

ALÉM DA FLORESTA

Um olhar internacional sobre a Amazônia

ADALBERTO FERNANDES SÁ JÚNIOR
CELSO ANTÔNIO COELHO VAZ
RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA FERREIRA
(organizadores)

EDITORA

2021

ALÉM DA FLORESTA

Um olhar internacional sobre a Amazônia

ALÉM DA FLORESTA

Um olhar internacional sobre a Amazônia

ADALBERTO FERNANDES SÁ JÚNIOR
CELSO ANTÔNIO COELHO VAZ
RITA DE CÁSSIA DE OLIVEIRA FERREIRA
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2021

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Sa 1 SÁ JÚNIOR, Adalberto Fernandes; VAZ, Celso Antônio Coelho; FERREIRA, Rita de Cássia de Oliveira (organizadores).

Além da floresta: Um olhar internacional sobre a Amazônia. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 161 p.

Série: Relações Internacionais. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-993758-9-7
http://doi.org/10.5281/zenodo.5048472

1 - Amazônia. 2 - Brasil. 3 - Novas Ameaças. 4 - Relações Internacionais.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Relações Internacionais. IV - Série

CDD – 327

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2021

PREFÁCIO

Há cerca de quinze anos, em Brasília, em um Congresso de lideranças comunitárias que renovava a Aliança dos Povos da Florestas, congregando seringueiros, agricultores familiares, pescadores e uma diversidade de representantes de populações tradicionais, uma jovem conclamou: "Em vez de internacionalizarem a Amazônia, vamos Amazonizar o mundo!". Inspirada em Chico Mendes e seu ativismo transnacional, a jovem invertia ao mesmo a lógica da análise tradicional da região como objeto da cobiça internacional (sem deixar de reconhecê-la, ontem e hoje), e convidava os amazônidas para protagonizar a ação política internacional. Um sujeito que se sentia compelido a pautar as agendas e a conduzir as transformações globais a partir da região. Isto implicava não somente aos ativistas e aos formuladores de políticas, mas também aos intelectuais e a academia: produzir conhecimentos e pesquisa-ação para amazonizar o Brasil e o Mundo.

Por isso, com enorme satisfação prefacio este livro com artigos dos talentos do programa de doutorado em relações internacionais da Universidade Federal do Pará, com seus olhares críticos e desafiadores às teorias e práticas de relações internacionais, que também conduzem a amazonizar o Mundo.

Analisar as relações internacionais a partir da Amazônia, um lugar periférico na arena política global, com a ambição de gerar conhecimento, engajamento social e influenciar o mundo é de partida a intenção de Luisa Lobato e Brenda Castro, buscando tornar as relações internacionais um campo mais plural, para além do eurocentrismo "as usual". Algo antes "incomum", que as autoras pretendem transformar em novo normal apesar dos isolamentos epistêmico e digital, que destacam e colocam a região e sua produção fora do centro das atenções da disciplina de RI.

As novas tecnologias de informação e os meios telemáticos, a internet com sua suposta capacidade de democratizar a exposição de conhecimento na rede global, teriam o potencial de reconfigurar tais isolamentos? As autoras exploram esta questão, apontam limites e potencialidades. O acesso à rede e a comunicação são os meios que explicam a equação até certo ponto. Os conteúdos e consistência de análise internacional (a produção do conhecimento de RI), suas infraestruturas e impactos epistemológicos nestes meios e em receptores-chave são aspectos que também importam.

Reverter o desencaixe do conhecimento produzido na região aos padrões da disciplina de RI requererá consistência teórica e empírica, inclusive para descolonizar os saberes sobre as alternativas analíticas ao papel do Estado-Nação, da modernidade e do capitalismo. Para além da crítica sociológica à RI hegemônica, será necessário estabelecer outras perguntas, hipóteses e respostas sobre e para as relações internacionais a partir da Amazônia. Uma tarefa para múltiplas disciplinas (política, economia, história, direito, geografia, entre outras) e para uma geração. E que bom que, a mim me parece, as autoras já perseguem este caminho.

A Amazônia tem sido objeto e sujeito de relações internacionais desde a criação do Brasil, com diferentes graus de extensão e intensidade política, e ao longo do tempo por razões diversas. O tema da soberania nacional versus cobiça internacional pela região acompanha sua história. No passado já foi dito que os mosquitos e outros vetores de doenças tropicais defenderam melhor a soberania amazônica do Brasil do que os meios e aparelho do Estado. O processo crescente de conexões local-nacional-internacionais amazônicas complexificou as condições materiais e de análise regional, trouxe novos atores e temas, mas as questões de estratégia e segurança da região se mantém na pauta e nas políticas.

Como destaca Bruna Santana, durante o regime militar (1964-1985) havia certa obsessão com o “fantasma do comunismo”

e grandes preocupações com potenciais invasões estrangeiras na Amazônia. Isto justificava a estratégia de "integrar para não entregar" baseada na ocupação da região com os chamados "grandes projetos" de colonização, rodovias, energia, mineração e agropecuária, com impactos socioambientais quase sempre ignorados.

Aliás, nos anos 1970 o governo promoveu campanhas nacionais e internacionais pró-desmatamento: "Toque a sua boiada para o maior pasto do mundo"; os militares pareciam até se orgulhar da alcunha de "vilão" do meio ambiente. Em meados de 1980, o ativismo do líder Chico Mendes contra o desmatamento e pelos direitos dos seringueiros, e na sequência de seu assassinato a mando de ruralistas, o governo brasileiro passou a sofrer pressões, domésticas e internacionais, a respeito de suas políticas para a Amazônia. O ativismo socioambientalista presente na região, com seu viés globalista, incomoda o Comando Militar da Amazônia desde então. Voltaremos a este tema posteriormente.

Santana aponta também que a partir da redemocratização do país e das transformações globais, sobretudo a partir dos 1990, outras ameaças transnacionais à soberania da Amazônia ganharam destaque, como contrabando, biopirataria e narcotráfico.

Mostra que além de constarem como dispositivos legais na Constituição Federal de 1988, a soberania, a segurança e a defesa nacional acompanham a história das relações internacionais da Amazônia. A proposito são temas-chave de política desde a antiguidade clássica.

Ao longo das primeiras décadas do século XXI o país desenvolveu planos estratégicos e programas de defesa, de proteção de fronteiras e implementou sistemas de vigilância na região amazônica.

A autora explora as medidas para vigiar e proteger a região contra o narcotráfico nas fronteiras, sob lideranças das forças armadas, como também operações de forças-tarefa com órgãos federais com o mesmo fim, como a Operação Ágata. Segundo relatório das Nações Unidas, apresentados no artigo, a Pan-Amazônia é palco de grande produção de cocaína e maconha, com destaque para Colômbia, Peru e Bolívia. O Brasil se destaca tanto como base de exportação desses produtos, quanto de apreensões de cocaína.

A pergunta-chave é: qual o impacto da Operação Ágata na redução do tráfico de drogas nas fronteiras.

Trata-se de um enorme desafio para o pais considerando as extensões continentais da região, com seu "grande corredor fluvial" para a corrente de comércio do narcotráfico, em face das limitações de presença física do Estado, de recursos e tecnologias do aparato estatal, das limitações da cooperação transfronteiriça para controle e fiscalização, e das crescentes capacidades dos traficantes para desenvolver operações criminosas.

Apesar da baixa transparência das ações do governo sobre fatos e dados desta Operação, cujo sigilo pode ser justificado por razões estratégicas e operacionais, a ausência de indicadores de performance e relações causais entre as ações federais e os resultados das apreensões, a autora conclui com certo otimismo sobre o sucesso da operação, com destaque para as ações sociais e de engajamento na fronteira que também integram a Operação, e defende sua continuidade. De fato, o narcotráfico se produz e reproduz na violência e violação de direitos, desagregação social, severos impactos ambientais e minam a democracia na região; seu enfrentamento é mais que necessário.

Junto com a permanente questão da soberania nacional, na medida em que a região amazônica intensificou sua globalização

como provedor de recursos naturais e matérias primas para cadeias internacionais de produção, em particular desde meados do século XX, a razão ambiental ganhou relevância, assim como os temas socioambientais emergiram na agenda das relações internacionais e diplomáticas, ao mesmo tempo que se adicionaram outros atores políticos para além do Estado na cena global, transbordando o espaço político para organizações civis, empresariais, experts e mídias. Os impactos sobre as florestas e abusos aos direitos humanos na Amazônia se tornaram objeto de conflitos e cooperação internacional.

A década de 1990 foi notabilizada pela emergência de regimes internacionais voltados para regular as ações de países e empresas sobre biodiversidade, florestas e clima. Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio´92, foi estabelecida a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC, ou UNFCCC na sigla em inglês), um tratado internacional assinado por quase todos os países do mundo, com o objetivo principal de estabilização da concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera em níveis que evitassem a interferência danosa no sistema climático com efeitos severos às condições humanas.

Desde então uma série de medidas entre os governos têm sido perseguidos para lidar com a questão climática. Regularmente buscam acordos que não prejudiquem suas posições relativas de poder, competitividade econômica e vulnerabilidades sociais, sob o escrutínio ativo de cientistas, de ativistas e cada vez mais participação do setor de negócios.

Em 2015, na 21ª. Conferência da Partes (COP21) da Convenção do Clima, foi aprovado o Acordo de Paris, por meio do qual se estabeleceu que o aquecimento global deveria ser contido abaixo de 2 ºC. Ao mesmo tempo em que se celebrou tal acordo

como um avanço na direção da mitigação e adaptação às mudanças do clima, também foi destacada sua limitada ambição circunscrita a metas voluntárias redução de emissões. A comunidade científica considera metas anunciadas até aqui como insuficientes para conter o aquecimento no nível pretendido.

Justamente aqui reside um dos elemento-chave da crítica de Carlos Siqueira ao analisar a complexidade de implementação das decisões deste regime internacional do clima na Amazônia brasileira. Segundo o autor, nas condições do sistema internacional capitalista contemporâneo os atores centrais (coalizão Estado-corporações) buscam manter certa estabilidade hegemônica e estruturas de poder, mais do que avançar na direção de reestruturações condizentes com a sustentabilidade global baseada em economia ecológica. Então, as medidas tenderiam a ter impacto incremental, sem alterar profundamente as condições materiais para as transformações do sistema-mundo em vigor.

No Brasil, considera a conjuntura anti-ambientalista da administração Bolsonaro, desde 2019, como um exemplo extremo da tradição simbiótica entre o modelo de desenvolvimento da Amazônia e seu desmatamento, no qual a região se insere como mero provedor de commodities minerais, agrícolas e energia da periferia para o centro sistema-mundo.

Os esforços dos governos subnacionais, e suas coalizões com comunidades e empresas em favor de políticas de mitigação e adaptação às mudanças do clima se mostrariam paliativas, e com baixa capacidade de enraizamento e transformação regional ao enfrentar a estrutura de poder capitalista, cuja natureza subsidia a insustentabilidade hegemônica ao longo de sua história.

Se desde a realização da citada Rio´92 o Brasil buscou construir uma outra narrativa para substituir a imagem de vilão do meio ambiente pelo protagonismo em favor da sustentabilidade, com

viés de cooperação multilateral, e viabilizou políticas e programas em meados dos anos 2000 que resultaram no sonhado aumento do PIB ao mesmo tempo que diminui o desmatamento na Amazônia, nos últimos anos a reação das forças estruturantes do modelo de desenvolvimento-desmatamento se impuseram novamente.

A conjuntura da política ambiental brasileira e os níveis de desmatamento da Amazônia não são nada promissores, tanto do ponto doméstico quanto em relação aos compromissos voluntários do país na arena internacional. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a taxa de corte raso na floresta entre agosto de 2019 e julho de 2020 foi de 11.088 km², o que corresponde a uma alta de 9,5% em relação aos 10.129 km² do período anterior. A maior em 12 anos. Tal taxa anual é quase três vezes maior que a meta de 3.925 km², estabelecida para 2020 pela Política Nacional de Mudança do Clima. Sabe-se que a devastação total da Floresta Amazônica é ainda maior do que mostram os dados de corte raso.

Ao acentuar a tradição 'desenvolvimentista a qualquer custo', o governo brasileiro sob a liderança do presidente Bolsonaro faz um jogo de dois níveis anti-ambientalista: no doméstico afrouxa os controles e monitoramentos ambientais que poderiam conter o avanço do desmatamento; e no internacional desqualifica a cooperação internacional para conservação de floresta, e gera baixa confiança das partes em um regime internacional em favor da conservação e uso sustentável de recursos naturais.

Em certa medida, a análise de Tienay Silva e Nirvia Souza caminha na mesma direção ao apontar as estruturas de poder estabelecidas pela coalizão Estado-corporações de viés neoliberal como força-motriz do modelo de desenvolvimento-desmatamento na Amazônia. Neste sentido, segundo os autores, os "grandes projetos" de infraestrutura, de exploração econômica e de integração na região atenderiam sobretudo a interesses privados, em detrimento

de objetivos públicos de conservação e uso sustentável dos recursos florestais, e de respeito aos direitos das populações amazônicas.

Além disso, indicam que as narrativas de economia verde, mercado de carbono, capital natural e as lógicas de mensuração de custo-benefício para formulação de políticas públicas, de cooperação e dos arranjos internacionais sobre uso dos recursos naturais reforçariam a primazia do mercado sobre o processo político, alinhados a um "imperialismo ecológico", típicos de uma relação colônia-metrópole, reforçando a desigualdade e a dependência nas relações internacionais da Amazônia com o sistema-mundo.

Perspicaz a imagem dos autores sobre o binômio proveitos-rejeitos. Para os centros de poder, os proveitos das matérias primas e energia baratas; para a periferia, a Amazônia, seus rejeitos, tais como as grandes bacias de rejeitos da mineração, as barragens de cursos d´água e os lagos para produção de energia que colocam em risco, senão impactam, milhares de comunidades tradicionais e cidades amazônicas.

Enfim, o paradigma do modelo neoliberal de desenvolvimento seria não somente insuficiente para atingir os objetivos de sustentabilidade da região, como contraditório a estes. A conjuntura, sob a liderança de Bolsonaro com seu negacionismo científico, militarização da política ambiental e postura anti-socioambientalista, reforçaria ainda mais a predominância do alinhamento político, econômico e ideológico entre os protagonistas do desmatamento, bem como o retorno ao autoritarismo nas decisões e ao esgarçamento de processos democráticos na região.

Ambos os artigos, de Siqueira e de Silva e Souza, destacam a erosão da política ambiental, o aumento do desmatamento e os abusos aos direitos de comunidades como fatores negativos que impactam as relações internacionais do Brasil. O país seguiria sustentando uma coalizão do Estado com o capital internacional e

exportadores de commodities associados à destruição das florestas da região.

A contradição neste cenário é que os setores de negócios mais globalizados da Amazônia, e em particular o de commodities agrícolas, são os mais impactados negativamente no comercio e no acesso a financiamentos internacionais.

Por exemplo, em 2021, o devido as altas taxas de desmatamento observados nos últimos dois anos, o Danske Bank, que administra cerca de €237 bilhões (R$1,53 trilhão), excluiu de dois dos seus fundos as empresas Cargill, Bunge e ADM, três gigantes globais que operam na Amazônia e no comércio internacional de produtos agrícolas, com destaque para a soja. Assim como os riscos ambientais do Brasil alavancados pelo governo Bolsonaro freiam avanços nos acordos comerciais do Mercosul com a União Europeia, bem como complicam a ambição de entrada do país na OCDE.

Se olharmos a Amazônia brasileira pela vertente do ambientalismo e do globalismo é possível observar coalisões que transpassam estruturas governamentais e multilaterais, corporações e movimentos sociais, que compartilham e disseminam valores, conceitos e práticas de caráter sustentabilista em oposição ao modelo de desenvolvimento predominantes na região.

Enfim, temos em mãos um rico material para análise crítica das relações internacionais a partir dos intelectuais da Amazônia. Que estas reflexões nos levem a amazonizar o Brasil e o Mundo, e a interagir com todos cada vez mais.

Fabio de Andrade Abdala

Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília
Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 19

CAPÍTULO 1 |
Repensando as Relações Internacionais a partir de uma Amazônia interconectada 23

CAPÍTULO 2 |
A complexidade de implementação das decisões do Regime Internacional do Clima na Amazônia brasileira 71

CAPÍTULO 3 |
O aumento do desmatamento na Amazônia Legal: Crítica a partir da atuação do Estado e da racionalidade neoliberal 99

CAPÍTULO 4 |
A Operação Ágata e o tráfico de drogas na região fronteiriça amazônica 127

SOBRE OS PESQUISADORES | 153

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este livro dedica-se à divulgação parcial de pesquisas de intelectuais que desenvolveram suas carreiras acadêmicas na Universidade Federal do Pará (UFPA). Seu teor versa, em diversos aspectos, sobre o tema das Relações Internacionais e Amazônia, os quais, obviamente, não esgotam a complexidade do tema.

No seu prefácio, Professor Fabio Abdala destaca o clamor de "uma jovem amazônida", militante dos movimentos sociais, para a ação de "amazonizar o mundo" "em vez de internacionalizarem a Amazônia". Chamado que nos sensibiliza para a reflexão, a pesquisa e a ação sobre o que estamos fazendo com o nosso mundo em referência ao que a Amazônia é para a permanência sustentável lato sensu da vida no mundo.

Agradecemos as autoras e autores que aqui contribuíram, e contribuem em outras circunstâncias, com o bom e bem cuidado do mundo, em especial da Amazônia.

Boa leitura!

Adalberto Fernandes Sá Júnior

Celso Antônio Coelho Vaz

Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

(Organizadores)

CAPÍTULO 1

Repensando as Relações Internacionais
a partir de uma Amazônia interconectada

REPENSANDO AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DE UMA AMAZÔNIA INTERCONECTADA

Luísa Cruz Lobato

Brenda Cardoso de Castro

Poderia a Amazônia ter algo a ensinar ao estudo das Relações Internacionais (RI)? Poderíamos, a partir do ímpeto criativo, tensões e contradições que marcam a relação entre os povos subalternos e a Internet, pensar diferentemente a política (e o político)? Exploramos essas questões no presente capítulo, propondo que, não basta somente se questionar sobre como conceber a Amazônia enquanto local para se pensar a política internacional, mas também entender como a região, a partir de seus povos, rearticula o moderno de 'dentro' da modernidade, o que aqui se manifesta a partir dos usos que esses povos fazem das tecnologias digitais. A partir da análise da invenção da Amazônia pelo projeto colonial, indicamos como as imagens da região ainda permeiam a produção de conhecimento sobre a mesma, produzindo dois tipos de isolamento: epistêmico e digital. Em seguida, exploramos modos de ação política atravessados pela Internet e como esta cria uma pluralidade de pontos de contato com mundos que são incomensuráveis com aquele que a ancoram, ao mesmo tempo em que esses mundos 'navegam' e se valem de suas funcionalidades. Por fim, refletimos sobre como alianças entre o moderno e aquilo que o excede nos mostra caminhos para repensar as RI.

Enquanto campo de conhecimento, as Relações Internacionais (RI) são predominantemente constituídas a partir de teorias focadas na supremacia do mundo “desenvolvido” e em uma divisão do trabalho intelectual na qual o Norte Global desenvolve a teoria, enquanto o Sul Global a aceita e a “aplica”. Ocupando 7 milhões de metros quadrados na América do Sul, a Amazônia é um

exemplo de como as hierarquias entre "Norte" e "Sul" na política internacional têm influência significativa no conhecimento produzido nas RI: exaltada por sua riqueza biológica e ecológica e por sua importância ambiental e estratégica, a região raramente é tida como local de produção de conhecimento sobre a política global, tampouco seus povos são vistos como capazes de decidir sobre seu próprio destino.

O fato de nas RI não existir uma teoria capaz de compreender as múltiplas realidades que constituem a Amazônia não se deve à falta de pesquisas sobre sua biodiversidade, relevância geopolítica e estratégica, e populações. Trata-se de uma ausência que chama a atenção para as agendas de poder que sustentam a construção do conhecimento sobre o que é política internacional e para os limites materiais e estruturais de se desenvolver uma concepção de política global que incorpore múltiplas realidades, cosmologias e cronologias.

Para lidar com a miopia epistêmica que ainda permeia parte considerável da disciplina, é necessário compreender e aceitar a possibilidade de conhecimentos produzidos a partir de e que viajam por regiões ditas "periféricas", abraçando a existência de outras epistemologias e ontologias, por vezes incomensuráveis com o modo de existir moderno (DE LA CADENA, 2015; QUEREJAZU, 2016). Isso, por consequência, abre diferentes possibilidades para uma perspectiva complexa do 'global' em uma disciplina onde, muitas vezes, o termo serve como mecanismo de controle do que é conhecimento "válido" (MIGNOLO, 2012).

Este artigo contribui com um esforço de re-situar locais frequentemente tidos por "incomuns"[1] na política internacional

[1] A própria concepção de "local incomum" é utilizada de modo ligeiramente provocativo neste trabalho, já que para as autoras, ambas nativas da região, a Amazônia dificilmente poderia ser considerada um lugar 'incomum'. A noção de incomum parte do pressuposto de

(BEIER, 2005; PICQ, 2016) e o faz a partir de um debate sobre o engajamento de povos amazônidas com e a partir da Internet. Cabe enfatizar que quando nos referimos à Amazônia no presente texto o fazemos tanto como referência ao território geográfico hoje compreendido enquanto Amazônia, quanto para além do aspecto geográfico, de modo a compreender as estratégias e alianças que inter-relacionam diferentes populações subalternizadas. Desse modo, buscamos não reproduzir um argumento regionalista, mas sim explorar os potenciais de ação política outra que se tornam parte de uma atenção para a figura da Amazônia. Essa ação política, como argumentamos, não dispensa compromissos e alianças com infraestruturas e tecnologias frequentemente associados a um estilo de vida 'ocidental'.

Ao mesmo tempo em que transforma a relação entre tempo e espaço e "reduz distâncias", a globalização implica em um afastamento do que está "próximo", facilitando acesso a conhecimentos produzidos a partir de outro continente em detrimento do que é produzido localmente. Nesse sentido, a Internet desempenha um papel importante nesta atribuição de visibilidade/invisibilidade a conhecimentos não-hegemônicos. As assimetrias de poder próprias da "revolução das tecnologias da informação" (CASTELLS, 1999) tem papel importante na manutenção de desigualdades na circulação de conhecimento, na medida que a visibilidade e a invisibilidade são condicionadas por um modo particular de existência digital, o potencial de viralização e a relatividade das distâncias quando se conecta. Este cenário torna

que é possível estabelecer um ponto de partida comum e universal sobre o que define as Relações Internacionais. Nesse sentido, o incomum recai sob esfera do "Outro", daquele que é objetificado e representado a partir de um "Eu" que define os termos a partir do qual este "Outro" passa a existir, assim como as condições dentro das quais os corpos "outros" se tornam passíveis de intervenções.

ainda mais complexa a tarefa de compreender as contradições e potencialidades de engajamentos locais a partir da Internet.

O texto se estrutura da seguinte forma: primeiramente, discutimos como a construção da Amazônia a partir do imaginário europeu e o modo como narrativas situadas sobre dito espaço se globalizam a ponto se tornarem constitutivos do que hoje entendemos por Amazônia. Em segundo lugar, apresentamos dois isolamentos – epistêmico e digital – que contribuem para manter a Amazônia na posição de 'lugar incomum', 'exótico' e marginalizado no modo como se produz e acessa conhecimento nas RI. Em terceiro lugar, discutimos, a partir de três histórias envolvendo o uso de tecnologias digitais, modos distintos de ação política, ao mesmo tempo em que situamos as contradições e tensões que vêm com as assimetrias e poder e acesso (re)produzidas por essas tecnologias. Por fim, discutimos a possibilidade de entender a Amazônia para além da categoria de lugar 'incomum', atentando para as conexões parciais (STRATHERN, 2004) que povos subalternizados estabelecem como forma de articular a luta política a partir da modernidade e ressignificar categorias constitutivas das RI, como autoridade e territorialidade. Com isso, nos juntamos aos esforços recentes de pluralizar não apenas as vozes, mas os universos a partir dos quais as RI são constituídas (QUEREJAZU, 2016; PICQ, 2016; LAGE; CHAMON, 2016).

IMAGINANDO A AMAZÔNIA

> Aqui nesta região do mundo, que a memória mais recente instituiu que se chama América, aqui nesta parte mais restrita, que nós chamamos de Brasil, muito antes de ser 'América' e muito antes de ter um carimbo de fronteiras que separa os países vizinhos e distantes, nossas famílias grandes já viviam aqui. (...)

> Muito mais do que somos hoje, nós tínhamos muitas etnias, muitos grupos com culturas diversas, com territórios distintos. Esses territórios se confrontavam, ou às vezes tinham vastas extensões onde nenhuma tribo estava localizada, e aquilo se constituía em grandes áreas livres, sem domínio cultural ou político. (...) Nesse lugar, que hoje o cientista, talvez o ecologista, chama de habitat, não está um sítio, não está uma cidade nem um país. É um lugar onde a alma de cada povo, o espírito de um povo, encontra a sua resposta, resposta verdadeira. De onde sai e volta, atualizando tudo, o sentido da tradição, o suporte da vida mesma.
>
> Ailton Krenak, *Antes o mundo não existia*, 1992, p. 201.

Estados soberanos, com seus territórios circunscritos por linhas fixas e imaginárias, persistem enquanto princípios organizadores de como vemos o mundo. As fronteiras artificiais que se consolidaram nos últimos séculos, através de processos violentos de lutas, invasões, apropriação e colonização, são as linhas pelas quais as relações internacionais continuam a ser escritas.

No trecho que inicia esta seção, Ailton Krenak, escritor, filósofo, ativista e liderança do povo Krenak, nos convida a revisitar o modo como a história é contada e como os territórios são pensados. Apesar de ser a referência de "surgimento" de muitos países o momento da invasão na historiografia predominante, a existência de povos e histórias locais há muito tempo antecedia a chegada do colonizador europeu no continente americano. Com a colonização, foram implementadas estratégias não apenas de ocupação material e física de outros mundos, mas também de colonização epistemológica e ontológica (FANON, 2008; QUIJANO, 2005).

Parte fundamental da empreitada colonial, o ato de (re)nomear, sugere Santos (2015), exerce uma função adestradora, "pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome" (SANTOS, 2015, p. 27). Ele se refere à imposição da categoria "índio" a todos os povos que habitavam o território agora conhecido como Brasil – como uma forma de substituir a capacidade de se definirem e decidirem por si próprios – para assim "quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar" (SANTOS, 2015, p. 27).

Este primeiro ponto é importante para que de início já se paute como se dão as relações de produção de conhecimento que servirão como embasamento para a construção e manutenção de estruturas e instituições. O ato de dar um nome a um povo ou a um território é uma relação de poder. E no caso da Amazônia, este ato remete ao relato do século XVI feito pelo frei espanhol Gaspar de Carvajal sobre as Ycamiaba, definidas por ele como mulheres altas e de pele alva, que viviam no rio Nhamundá e, em referência à mitologia grega das amazonas, nomeou-se o maior rio do mundo em extensão e volume de "*río de las Amazonas*" (CARVAJAL; ROJAS; ACUÑA, 1941), nome este que viria a ser cunhado posteriormente para se referir ao rio, mas também à definição do bioma predominante ao longo da bacia amazônica[2].

Ouvir ou ler o termo "Amazônia" pode suscitar diversas imagens, sentimentos e percepções prévias. Fascínio, contemplação, medo, desconhecimento. A palavra, atualmente difundida e utilizada

[2] Diversas figuras contribuíram para a difusão do termo e da ideia de generalidade da região precisamente no século XIX, como a definição de Hiléia proposta pelo cientista prussiano e naturalista Alexander Von Humboldt; a expressão "País das Amazonas" por Ignacio Accioli Cerqueira e Silva em 1833, entre outros como o barão Frederico José de Santa Anna Nery (1848-1901) que já em 1885 retomou a expressão de Silva em uma publicação e marcou a popularização do termo para se referir ao território abrangia os antigos estados do Grão-Pará e o Maranhão na administração colonial (FIGUEIREDO; CHAMBOULEYRON; ALONSO, 2017).

para se referir a um bioma e a uma região, foi estabelecida por colonizadores a partir de uma mistura de relato real e mito fundacional sobre mulheres que viveriam em uma sociedade matriarcal, eram guerreiras e teriam apenas um seio – características que apontam para diversas possibilidades da origem etimológica da palavra no grego e também na língua jônica.

Neide Gondim aponta como a "Amazônia é o mistério inventado pelos europeus" (GONDIM, 2019, p. 157), através dos relatos de viajantes, colonizadores, freis e padres, cientistas, naturalistas, cronistas e também de ficcionistas. Ela frisa que permeiam os escritos referências que oscilam entre o edenismo e o infernismo, ou seja, entre o deslumbramento e o assombro.

Dessa forma, a região carrega ainda hoje os efeitos e símbolos dessa denominação, que não se relacionava com um povo homogêneo único que habitava o território. Enquanto que os povos originários possuem nas memórias diversos outros nomes, como a Mundurukânia para os Munduruku, entre outros. As relações de identidade, memória e pertencimento não se formaram de cima para baixo, como nas empresas colonialistas que renomearam lugares e culturas como parte de uma estratégia de tentativa de dominação por meio da assimilação.

Contudo, é a partir de tal processo que hoje temos as referências geopolíticas que organizam as relações internacionais não apenas em torno das fronteiras dos Estados, mas também em continentes e regiões como Norte, Sul, Leste e Oeste. Referências estas que se projetam nas mentes de estudiosos, acadêmicos, líderes políticos e são reproduzidos e agenciados por muitas ferramentas como as midiáticas e a própria "ciência".

As referências espaciais não fazem sentido em um planeta que, no universo, não tem parâmetro do que é algo estar "acima" ou "abaixo" ou ter "lados". Elas foram possíveis porque quem as

elaborou e consolidou, principalmente a partir do século XIX com o Império Britânico, tomou a si mesmo como ponto de referência para desenhar o mundo, o que se engendra nas próprias dinâmicas das Relações Internacionais enquanto disciplina e prática (MIGNOLO, 2012).

Anna M. Agathangelou e Heather M. Turcotte (2010) destacam como a definição de Norte-Sul - extensível a outros casos - foi e é territorialmente marcada por histórias de luta e segregação, não sendo naturais e espontâneas. Enquanto a segregação geopolítica tenta "isolar" características, fenômenos e problemas, restringindo-as a alguns lugares, na realidade, os padrões desiguais de migração são perceptíveis, assim como nas relações de trabalho e outros tantos processos que desafiam essas definições rígidas e fixas, mostrando suas rachaduras. Assim, sendo um dos pontos de partida dessa reflexão, a discussão sobre a segregação geopolítica (AGATHANGELOU; LING, 2009) expõe como é um meio de solidificar as condições de poder que regulam, controlam e exploram os corpos como centrais para as reformas neocolonialistas da prática política e das formações de conhecimento.

Logo, os assuntos e sujeitos das RI são negociados por meio de geografias de poder divididas dentro da disciplina, em nome de projetos que centralizam o lucro e o medo como seus objetivos (*ibid.*, p. 29). Deve-se considerar que as Relações Internacionais enquanto campo de estudo, disciplina e práticas, tem como base a "segregação geopolítica de corpos, povos, terras e conhecimento para manter as estruturas de poder" (AGATHANGELOU; TURCOTTE, 2010, p. 46).

Do ponto de vista filosófico, sentimos os efeitos de uma concepção de autoridade política atrelada – ainda que de modo precário e ainda que a partir de outras configurações, algumas das quais 'híbridas' (ex: público-privado) –, territorialmente, ao Estado-nação e, temporalmente, à modernidade (WALKER, 1993). Esses

efeitos, por exemplo, se reproduzem na forma como certas identidades são constantemente (des)legitimadas e na ideia fixa e (a)temporal do Estado.

Aqui, propomos repensar as RI, mas também a própria ideia de Amazônia, constituída no âmago da formação do atual sistema internacional, posto que a "invenção da Amazônia" é indissociável das Relações Internacionais, de modo que a própria área e as dinâmicas nela imbricadas se imaginam, produzem-se e reproduzem-se dentro da lógica geopolítica da segregação na qual a região amazônica também é localizada.

Não se pode afirmar que a Amazônia sempre existiu enquanto lugar, região ou bioma, muito menos que haja uma unidade cultural e étnica. Entretanto, com o passar do tempo, as práticas e políticas embebidas no desenvolvimentismo e colonialidade destinadas à região, lida como "primitiva", "atrasada", "despovoada" (PORTO-GONÇALVES, 2015), tiveram como outro lado a construção identitária de relação de pertencimento para além dessas limitações, sendo a Amazônia não apenas um lugar de denominação exógena, mas também um lugar de onde se produzem subjetividades outras, de todas as histórias que se inscrevem nela. De modo que iniciativas de articulação tomam para si a identidade e a redefinem em sentido anticolonial, como o exemplo do Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA)[3].

Tal lógica é incompatível com a de muitos amazônidas e outros povos que habitam a região – os quais não necessariamente

[3] O FOSPA é uma iniciativa criada em 2002 no eixo do Fórum Social Mundial e envolve movimentos sociais, povos amazônicos e da sociedade civil organizada de todos os países que englobam Amazônia em torno de um discurso anti-hegemônico desenvolvimentista, em defesa de uma "utopia: a construção de um continente sem fronteiras, la Abya Yala, terra de muitos povos, direitos iguais e integrante uns com os outros. Uma terra livre de toda opressão e exploração". Disponível em: <http://www.forosocialpanamazonico.com>. Acesso em: 17/06/2021.

se identificam com esta identidade[4] e possuem diversas formas de se relacionar com o lugar (como indígenas e também não-indígenas)[5] – e desemboca no atual contexto de violência e disputa territorial, de embates entre preservação e destruição. E isto se dá na esteira das imagens produzidas sobre a região, influenciando como políticas são pensadas e implementadas.

Tanto a forma como se deu a produção dessas imagens da Amazônia como as políticas voltadas para a região não podem ser desassociadas dos instrumentos de produção de conhecimento, como citado anteriormente o processo de definição da ideia da região da colonização ao século XIX. Esse processo tem como base a valorização da escrita acima da oralidade, de modo que uma determinada linguagem e habilidade da qual poucos tinham acesso e a concentração dos instrumentos e condições para tal produção em determinados grupos da sociedade privilegiou que estes pudessem ter mais controle sobre as narrativas, sendo um exemplo da colonialidade do saber (MIGNOLO, 2002).

[4] Utiliza-se "amazônico" para se referir a algo da região e "amazônida" para sujeitos em relação à identidade e pertencimento. É comum o termo "amazônida" ser adotado em sentido identitário político e social.

[5] Estudos já abordaram a diversidade identitária que permeia a Amazônia e se dá em diferentes contextos étnico-raciais, sociais, econômicos e de modos de vida (FRAXE; WITKOSKI; MIGUEZ, 2009), que englobam - assim como em outras regiões do Brasil - povos ribeirinhos e da floresta, indígenas, quilombolas, seringueiros, entre outros. E no tocante às relações raciais existem análises sobre o processo de "caboclização" / desindianização (PEIXOTO, 2017) e também da problemática que envolve o apagamento da negritude na região por meio da "morenidade" (CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, 2015).

DOIS ISOLAMENTOS DA AMAZÔNIA: EPISTÊMICO E DIGITAL

A forma com a qual a Amazônia é entendida internacionalmente é influenciada pelo imaginário que remete à colonização, o que se reproduz pela recorrente prática de epistemicídio que a própria estrutura de produção de conhecimento disciplinar valoriza, pelo acesso material a recursos, pelo formato que se exige e se valida o conhecimento. Desse modo, constituem-se ciclos de saberes que se retroalimentam em sua própria lógica e marginalizam outros saberes e mundos ao constituir diversos entraves epistemológicos e estruturais para que estes circulem.

Citamos anteriormente como pesquisas pautadas na área da biologia por naturalistas e afins foi determinante para a consolidação da ideia de Amazônia (GONDIM, *op. cit.*) enquanto um bioma e a associação à floresta e aos rios no imaginário. Fraxe, Witkoski e Miguez (2009) salientam como a região é "(re)conhecida internacionalmente por suas paisagens exuberantes e continentais, nas quais o homem configura como parte indissociável, quase imobilizado no âmago da natureza, como se fosse possível a existência no mundo contemporâneo de uma natureza intocada" e como desta forma, "a história do homem na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua relativa invisibilidade e velam os traços configurativos da sua identidade" (*id.*, p. 30).

Tal visão é transposta e se mostra visível nas Relações Internacionais também. As décadas de 1980 e 1990 viram um amplo interesse acadêmico na Amazônia nesse campo de estudo (HURRELL, 1991; VIOLA, 1998; TULCHIN; GOLDING, 2002; HERZ, 2002). Isso ocorreu principalmente devido à proeminência dos movimentos ambientais globais no mesmo período, seguidos por uma defesa de Organizações Não- Governamentais (ONGs)

internacionais que trabalham com a agenda ambiental. A atenção dada à degradação da floresta foi seguida por um aumento da presença de ONGs na região e do espaço da agenda ambiental em fóruns internacionais (VIOLA, 1998).

No mesmo período, um consenso global foi construído sobre a importância da floresta para o clima e a biodiversidade globais. A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo e a maior bacia hidrográfica, ocupando cerca de 40% do território sul-americano e se estendendo por oito países. No Brasil, a ênfase na importância da proteção ambiental, aliada à democratização e liberalização da economia, contribuiu para a consolidação de uma agenda ambiental distinta em relação ao protecionismo e ao desenvolvimentismo que caracterizou a ditadura militar (VIOLA, 1998; ESPACH, 2002).

No entanto, a ideia de que o interesse internacional pela Amazônia era uma ameaça à soberania do país persiste entre os militares brasileiros mesmo após a democratização (BITTENCOURT, 2002), estando a região há muito sujeita a interesses locais e internacionais. Conflitos e tensões territoriais marcam sua história como, por exemplo, iniciativas e intenções expansionistas de países como França, Inglaterra e EUA nos séculos XIX e XX (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014), bem como conflitos epistêmicos, com o interesse científico e econômico de se apropriar dos saberes e recursos cultivados pelos povos que ali vivem (FILOCHE; PINTON, 2013). Políticas públicas e iniciativas de preservação, como o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), este último resultante da cooperação internacional entre o WWF, o Banco Mundial e o governo da Alemanha também são indicativos desse interesse. A região também é foco de ONGs internacionais, como a mencionada WWF, que atua na região desde 1971, Greenpeace, The Nature Conservancy e outros.

A partir da década de 1990, estudos em RI apontaram uma preocupação com o ritmo do desmatamento e a preservação da biodiversidade florestal (HURRELL, 1991; KECK, 2002; GARCIA, 2011); com cooperação internacional para a preservação da floresta tropical e seus instrumentos legais (KOLK, 1998; GARCIA, 2011; SILVA, 2015); com a relevância de tais instrumentos para o desenvolvimento de políticas ambientais domésticas (HURRELL, 1991; VIOLA, 1998); com o papel estratégico da floresta na soberania e segurança nacional (ESPACH, 2002; BITTENCOURT, 2002) e de uma perspectiva geopolítica (AMIN, 2015). O interesse dos pesquisadores brasileiros das RI pela Amazônia aumentou significativamente no mesmo período (HERZ, 2002).

No entanto, o reconhecimento de sua importância estratégica e a crescente atenção acadêmica não implicaram um deslocamento das cosmologias, cronologias e conhecimentos amazônicos para o centro de produção de conhecimento nas RI. Segundo Picq (2016), a Amazônia não é percebida como um espaço para estudar e produzir conhecimento sobre política internacional e está praticamente ausente em conferências e jornais internacionais de grande impacto. Os estudos críticos nas RI sugerem há muito tempo que as desigualdades são perpetuadas e reproduzidas também na maneira como o conhecimento é produzido e circulado e lança alguma luz sobre as consequências e possíveis alternativas a essa dinâmica (COX, 1986; SHILLIAM, 2016).

A marginalização do "Sul Global" na epistemologia e ontologia de RI é constantemente reproduzida na pesquisa acadêmica, que canaliza o conhecimento desenvolvido no centro, limitando assim a produção de teoria na periferia aos padrões de ciência estabelecidos pelo Norte. Nesse contexto, o conhecimento produzido na periferia ainda gera interesse limitado a partir do núcleo e, com frequência, é dito que o conhecimento alternativo

produzido no Sul não se encaixa nos padrões da disciplina (PICQ, 2016).

Com o advento da Internet, poderíamos supor que contaríamos com uma circulação mais ampla e profunda do conhecimento produzido sobre ou a partir de fora do mundo ocidental nas RI. Mas esse nem sempre é o caso, especialmente considerando que a informação online viaja de modo desigual. Mesmo que as pessoas possam ter acesso ao conteúdo que está disponível on-line, processos automatizados, atravessados pelo paradigma contemporâneo de personalização nas buscas e nas redes sociais, levaram a uma priorização da "relevância", onde cálculos correlacionais selecionam o que se vê com base no que os algoritmos de personalização julgam ser relevante para alguém (HALLINAN; STRIPHAS, 2016; URICCHIO, 2015; TUFEKCI, 2015; PASQUALE, 2015). Isso aumenta a visibilidade de páginas e eventos mais "relevantes" segundo critérios que se baseiam em número de acessos e relação com outras páginas mais visitadas, e diminui a chance de alguém acessar resultados menos populares. A substituição da cronologia, isto é, da enumeração de resultados e conteúdo a partir da data de publicação, modificação, etc., pela relevância personalizada, que considera elementos como o padrão de navegação e consumo do usuário e a quantidade de acessos, "likes", tempo gasto em uma página, entre outros, afetou a dinâmica da visibilidade e invisibilidade e a política geral da Web. Ao selecionar o que cada um verá, esses mecanismos moldam o relacionamento específico entre indivíduos e comunidades inteiras e o conteúdo ao qual eles têm acesso (LATZER *et al.*, 2014).

Assim, embora a informação e o conteúdo estejam amplamente disponíveis online, sendo produzidos por pessoas de todo o mundo, as estruturas de poder e recursos – como infraestruturas e materiais disponíveis (plástico, fibra, cabos, etc.), a

propriedade sobre bancos de dados, o impulsionamento de conteúdo e a propaganda – acabam reproduzindo novas assimetrias de poder.

Com base nessas dinâmicas, devemos considerar ainda a lógica dominante de circulação do conhecimento: não é incomum que periódicos científicos europeus e americanos apareçam com frequência entre os principais resultados de pesquisas. Isso pode muito bem implicar uma aproximação entre regiões distantes do mundo e em um maior acesso ao conhecimento. Mas um contexto no qual o julgamento automatizado define o que deve ou não ser visível, isso também expõe um distanciamento paradoxal do conhecimento produzido localmente. Ou seja, fica mais fácil para um estudante de RI da Amazônia brasileira se deparar com o pensamento e as obras de um teórico de algum lugar do Reino Unido, em vez daqueles de seu próprio país ou região.

Com isso não buscamos apontar uma ausência de publicações e estudos sobre e a partir da região, mas reconhecer a influência que tem os mecanismos de divulgação no tipo de conhecimento que ganha tração e é aceito como legítimo na área. Fatores como a reputação institucional de grupos seletos de universidades (talvez não por coincidência, da Europa Ocidental e Estados Unidos) e o número de vezes que os trabalhos produzidos a partir destes locais são referenciados e ganham "autoridade" (MOL, 2002), tendem a intensificar a difusão de ideias produzidas a partir destes locais. Isso leva muitos estudantes latino-americanos a adquirir maior conhecimento de problemas (e de modo de articular tais problemas) que frequentemente estão distantes de suas próprias realidades sociais e políticas, a exemplo do terrorismo, ameaças nucleares, guerras cibernéticas e outros.

Dinâmicas de repetição e apreciação das ideias veiculadas pelos "clássicos" das ciências sociais têm por efeito uma sensação de "inferioridade intelectual" ou minimização da relevância intelectual e teórica das produções de países da periferia. O modo de circulação

desses clássicos, mesmo daqueles que não tem origem exclusivamente ocidental ou abordem preocupações filosóficas, sociais e éticas a partir desta realidade, também reflete assimetrias de poder em recursos educacionais, e para pesquisas e publicações acadêmicas. Isso é parte da própria herança colonial de muitos países periféricos, não sendo um fenômeno único da revolução da informação, apesar de sua reprodução através das mídias digitais conferir uma nova camada de complexidade a essas assimetrias, além de produzir assimetrias próprias.

Outro efeito de se ter a Internet como ferramenta de aprendizado e acesso ao conhecimento é o afastamento do estudante periférico das RI dos impactos da realidade local na política global. Esse afastamento tem o seu aspecto físico, além daquele cognitivo: quando as visitas às bibliotecas não eram apenas hábito, mas obrigação,[6] o encontro com obras produzidas por autores nacionais e locais tornava-se mais frequente. Isso pode ser atribuído principalmente às limitações logísticas e econômicas da tradução e aquisição de livros em inglês no contexto de locais menos centrais dentro da própria periferia. Porém, à medida em que passa a ser substituída pela consulta online e pela disponibilização ampla de obras produzidas a partir do centro, a distância entre o que se produz localmente e o que circula globalmente pode aumentar consideravelmente.

O crescimento do campo de estudos pós-coloniais e, mais recentemente, decoloniais, levou muitas universidades do chamado "Terceiro Mundo" (SANTOS, 2009) a buscar perguntas e respostas, levando em consideração suas próprias preocupações locais (HARDING, 2016). No entanto, é importante observar que esse fenômeno não se deve necessariamente a uma democratização do conhecimento pela Internet, mas sim quando pensadores como

[6] Isso não implica dizer que não houvesse uma concentração de conhecimento produzido a partir dos centros de poder na política mundial.

Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak, Chandra Mohanty, Stuart Hall, Homi Bhabha, Walter Mignolo e María Lugones, para citar alguns, se deslocam de suas localizações periféricas (Palestina, Índia, Jamaica e Argentina) para países centrais (Estados Unidos e Reino Unido). É então que eles chegam ao espaço onde a produção de conhecimento está concentrada e que suas ideias se espalham pelo mundo, algo também possível graças ao domínio do inglês como idioma acadêmico (RIVERA CUSICANQUI, 2010). A desigualdade que permeia a relação entre local e global encontra uma explicação na dinâmica dos recursos disponíveis, ou seja, as desigualdades estruturais e a lógica da circulação de informações e conhecimentos na Internet: o quê, quem e de onde se decide quais são as publicações mais relevantes; a reprodução de clássicos externos e não locais. Esses são apenas alguns obstáculos preliminares para pensar as Relações Internacionais a partir das muitas realidades das quais ela participa (BEIER, 2005; TICKNER; WAEVER, 2009; PETER; WEMHEUER-VOGELAAR, 2016).

A atenção dada à Amazônia em outros campos (VIVEIROS DE CASTRO, 1986; FREITAS, 1998; BECKER, 2009; CASTRO, 2012; LOUREIRO, 2012; GARCIA, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2015; FEARNSIDE, 2015), bem como nas políticas públicas e por interesses econômicos e/ou políticos contrastam com o interesse limitado sobre o assunto nas RI e com a importância e a necessidade de debater as possibilidades da Amazônia à política mundial[7] (PICQ, 2016).

Do mesmo modo que relatos de viagem e outras formas de publicação produzidas 'de fora' auxiliaram na "invenção" da Amazônia, a circulação desigual do conhecimento na Internet também contribui na (des)construção de narrativas construídas sobre e/ou a partir da região. Nesse contexto, narrativas com viés

[7] Algumas exceções a esse desinteresse incluem os trabalhos de Silva (2019), Sequeira (2019) e Gonçalves (2009).

conservacionista, protecionista, de exploração econômica e/ou de gestão/governança ambiental costumam prevalecer. Ao mesmo tempo, porém, qualquer argumento que se prenda ao papel das tecnologias digitais na reprodução de dinâmicas de poder apenas corre o risco de omitir as subjetividades que há muito, a partir de diferentes estratégias de engajamento com e a partir dessa modernidade, lutam para manter seus universos vivos.

SUSPENDENDO O ISOLAMENTO: TENSÕES, POTENCIALIDADES E A INTERNET COMO PARTE DE AÇÃO POLÍTICA

É possível suspender, mesmo que temporariamente, a condição periférica da Amazônia na produção de conhecimento sobre política global? E, sendo isso possível, que mecanismos viriam ao auxílio de tal esforço? Partimos agora para uma tentativa de imaginar meios de situar a Amazônia – compreendida em termos não apenas de sua biodiversidade e importância estratégica, mas também da complexidade cultural e de saberes que a compõem – enquanto espaço de vivências e a partir do qual se pode produzir conhecimento, em detrimento de sua posição tradicional enquanto objeto a ser conhecido. Nosso argumento nesta seção se estrutura em torno do papel recente que tecnologias digitais têm desempenhado enquanto artefatos constitutivos de visões outras acerca de conhecimentos e povos subalternos e da tensão que caracteriza as assimetrias de poder que, por sua vez, compõem tais tecnologias. Reconhecemos o papel da Internet enquanto meio de circulação de narrativas outras *e* sua relevância para a construção de narrativas homogeneizantes sobre a região. É justamente nessa tensão que localizamos a importância política da Internet para reconfigurar o isolamento epistêmico da região nas RI. Junto a isso, propomos

também uma provocação: como essa (re)configuração nos permite refletir sobre o que a Amazônia tem para nos ensinar a respeito das assimetrias contemporâneas de poder na política global?

A existência da Internet é marcada por tensões a respeito de seu potencial político. À medida que a rede[8] se expande de modo desigual, porém contínuo, e que suas lógicas de comercialização se transformam,[9] o entusiasmo inicial com a possibilidade de democratização da "esfera pública" por meio da ação política articulada a partir de fóruns e redes sociais não se concretizou (MOROZOV, 2018). Fala-se, inclusive, na necessidade de se 'desencantar' com as promessas mágicas do mundo digital (COULDRY, 2014), em particular quando se considera que dinâmicas de poder e dominação sociais não somente são reproduzidas, mas criadas, mediante nosso engajamento online.

Por um lado, como Nye (2014) aponta, nosso modo de fazer e compreender política é transformado pela velocidade dessas tecnologias e pelo fato de que um volume sem precedentes de informações passa a estar acessível para um maior número de pessoas. Por outro lado, embora as tecnologias de comunicação do século XXI tenham possibilitado a produção e o compartilhamento

[8] Compreendemos a Internet como um emaranhado sócio-técnico, composto por agenciamentos humanos e não humanos. Em outras palavras: o que experienciamos enquanto Internet é na verdade produto de associações entre infra estruturas e materiais (cabos, plástico, servidores, etc.), processos e artefatos de governança (protocolos, códigos, algoritmos, etc.), escolhas e disposições estéticas (interface de usuário, linhas do tempo personalizadas, etc.), e da ação humana em si (design, programação, manutenção e uso de plataformas, websites, etc.).

[9] A Internet surge enquanto projeto do governo dos Estados Unidos em parceria com universidades, expandindo-se em ritmo gradual por esses meios até sua comercialização, no início da década de 1990. Nos referimos a lógicas de comercialização, no plural, em virtude do fato de a Internet contemporânea - marcada por um processo de plataformização (SRNICEK, 2017) e desenhada a fim de gerar o maior número possível de pontos de coleta de dados - diferir significativamente (em design, arquitetura e usos) da Internet daquele período.

de informações de forma rápida e barata, reduzindo significativamente o número de intermediários de comunicações, condições materiais de infraestrutura ainda limitam a maneira como as pessoas acessam e se comunicam por meio das tecnologias digitais e como as informações circulam na Web.

Tais assimetrias sugerem que a Revolução da Informação não é um processo homogêneo, nem democrático, livre ou justo. De onde a revolução ocorre, os países que dominam o material, o técnico e o código estão em vantagem desde o princípio. Soma-se à distribuição discrepante de recursos tecnológicos e infraestruturas de acesso uma divisão do conhecimento entre classes, grupos sociais e gênero, levando à composição de grupos que Paul Virilio (2006) caracteriza por *dromoaptos*: aqueles capazes de dominar a materialidade tecnológica (estrutural) e os códigos subjacentes a ela, adquiridos através de um processo de socialização e educação. Além disso, a própria economia de visibilidade que acompanha as mídias sociais contemporâneas, ou seja, a maneira como o conteúdo é priorizado nessas plataformas, aumenta substancialmente essas desigualdades, na medida em que "aqueles com mais reputação, fama, dinheiro ou poder, tendem a ter muito mais seguidores do que pessoas comuns (...) seus *tweets* também tendem a ser muito mais frequentemente retuitados do que os das pessoas comuns"[10] (FUCHS *apud* TRILLÒ, 2018, p. 121).

Como, então, se desenha a ação política em tal contexto? O que é perdido quando abraçamos sem refletir a hipótese do desencanto - quando nossa ação parece paralisada pela realização de que a Internet é esse espaço de disputas de poder e não a terra prometida da democracia participativa e do libertarismo, conforme

[10] Do original: "those *who have a lot of reputation, fame, money or power tend to have many more followers than everyday people (...) their tweets also tend to be much more often re-tweeted than common people's tweets*".

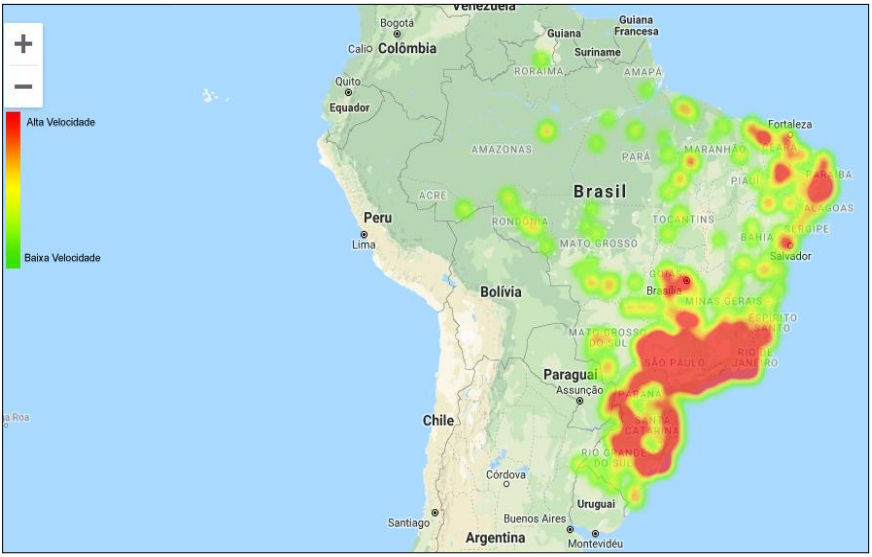
idealizaram seus criadores e primeiros usuários, algumas décadas atrás? Propomos explorar esta questão por meio de três histórias.

A primeira história é sobre infraestrutura de acesso. Pressupõe-se que o engajamento com e a partir da Web necessite de um acesso minimamente eficiente aos seus recursos.[11] Ao mesmo tempo, não é incomum que comunidades não-urbanas na Amazônia enfrentem dificuldades relacionadas à ausência de infraestrutura de acesso, como torres de transmissão, cabeamento (incluindo subfluvial), satélites, além de equipamentos funcionais (LOBATO, 2018), ou então à baixa velocidade das conexões.

Em comparação com o resto do Brasil, as comunidades amazônidas permanecem como as com menor velocidade de rede (figura 1). Por exemplo, o município de Boa Vista do Acará, a apenas 40 minutos de barco de Belém, no estado do Pará, sequer contava com infraestrutura de telecomunicações até 2016, tendo recebido sua primeira torre de transmissão de telefonia celular GSM por virtude de um projeto coordenado no âmbito da Universidade Federal do Pará (LOBATO, 2018). Em municípios e localidades com um mínimo de infraestrutura, o alcance dos sinais de rede (ou sua ausência) pode ser um desafio, o que leva à adoção de estratégias de conectividade, como, por exemplo, buscar locais específicos onde se sabe que o sinal de Internet chega ou a percepção de que a apenas combinação de determinado modelo de smartphone e o chip de certa operadora funcionam (CARDOSO DE CASTRO, 2020). Em alguns casos, alternativas como redes comunitárias podem vir a suprir a ausência ou baixo alcance dos serviços comerciais nessas regiões (LEÃO *et al.*, 2019; CASTRO *et al.*, 2019).

[11] Nota-se que a disseminação da Internet enquanto meio de comunicação fundamental para a vida cotidiana contemporânea levou pesquisadores e governos a tratar o acesso à Internet Banda larga como um direito. Ver Cerf (2012) para uma distinção do acesso à Internet enquanto direito humano ou fundamental e direito civil.

Figura 1 - Mapa comparativo da velocidade da Internet no Brasil

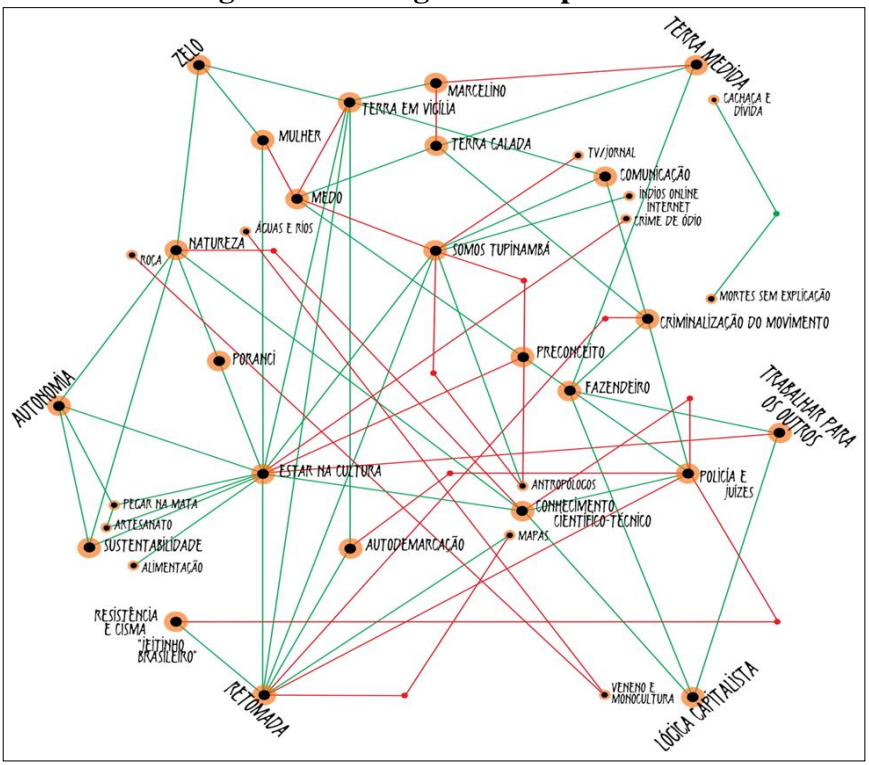


Fonte: Minha Conexão (2019). Disponível em: <http://www.minhaconexao.com.br/ranking>.

A segunda história é um desdobramento da primeira e diz respeito a como é possível conceber uma ação política local apesar de e a partir das limitações econômicas e materiais que se apresentam. Aqui, saímos da Amazônia enquanto espaço circunscrito por fronteiras imaginadas e geográficas e olhamos para as alianças forjadas entre acadêmicos e indígenas Tupinambá do Sul da Bahia em torno da produção de cartografias capazes de situar as relações que constituem a vida e luta destes. Como dito anteriormente, nosso objetivo com este trabalho é o de pensar a Amazônia enquanto categoria que possibilite reflexões em torno de uma experiência outra, para além daquelas tipicamente associadas a uma visão eurocêntrica e ocidental do mundo. A produção da cartografia Tupi Vivo aponta para uma forma importante de ação

política, qual seja, alianças com acadêmicos, artistas, políticos, entre outros, (isso quando não ocupam essas posições), por meio das quais populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas no Brasil há muito tem se engajado: tomar para si a narrativa sobre suas lutas e histórias.

Figura 2 - Cartografia "Tupi Vivo"



Fonte: Tupi Vivo (s.d.).

De acordo com o Portal Tupi Vivo, a cartografia em questão atualiza, a partir do arquétipo da rede – por sua vez tornada interativa a partir de uma infraestrutura computacional necessária para acessá-

la – uma estratégia de representação produzida conjuntamente por Tupinambás e acadêmicos. Nessa estratégia, enfatiza-se os encontros entre corpos, os quais compõem "híbridos que só emergem e se constituem na complexidade de suas relações" (TUPI VIVO, s.d.). Com isso, tal esforço mobiliza o 'digital' – atravessado por atos como navegar pela página, clicar em diferentes nodos da rede, assistir vídeos que permitem compreender suas relações, entre outros – em benefício da narrativa (parcial) produzida a partir da cosmovisão Tupinambá sobre si mesma.

O estabelecimento de alianças como essas torna possível não apenas a (re)tomada da própria narrativa, mas também lhe dá um potencial de circulação mais ampla dessas narrativas, a despeito das condições de acesso (ou sua falta) que possam se apresentar, na medida que requerem uma construção *conjunta*.

Aliança similar se apresenta no Mapa da Vida (figura 3), elaborado pelo povo Munduruku em parceria com o Greenpeace. A iniciativa é uma resposta ao projeto de construção de hidrelétricas no rio Tapajós, por meio da qual os Munduruku realizaram um mapeamento territorial e cultural para contrapor à visão do rio como objeto de exploração, assim, reafirmando a própria visão sobre o lugar enquanto terra, lugar sagrado, casa dos peixes e animais da floresta, ou seja, da vida e não de uma "riqueza". Para Ana Poxo, coordenadora do Movimento Munduruku Ipereg Ayu, "o mapeamento é para fortalecer nossa luta e para mostrar onde estão os lugares que não podem ser destruídos, onde estão nossas coisas sagradas, tudo que não pode ser tocado" (O MAPA DA VIDA, s.d.).

Que os Munduruku tenham solicitado ao Greenpeace que ajudasse na construção de tal ferramenta (GREENPEACE BRASIL, 2018) ilustra precisamente a importância de alianças que se utilizem da Internet para a formulação e circulação de contra narrativas capazes de desafiar a ideia da Amazônia enquanto um "vazio" e de questionar projetos políticos de exploração da região. Esse tipo de

aliança não é apenas estratégica para os Munduruku, mas também necessária devido às condições de assimetria que enfrentam.

Figura 3 - O Mapa da Vida



Fonte: Heart of the Amazon (s.d.). Disponível em: <https://br.heartoftheamazon.org>.

A terceira e última história diz respeito a outro modo de engajamento com e a partir do 'digital': aquele que se dá a partir das redes sociais – plataformas comerciais estruturadas em torno das interações entre seus usuários. O debate em torno do poder dessas plataformas acompanhou o crescimento de empresas de tecnologia,

como o Facebook, o Google e o Twitter, e o modo como estas não apenas se tornaram amplamente utilizadas no mundo, mas também se constituíram como estruturas computacionais (de hardware e software) a partir das quais outros poderiam ancorar suas operações (SRNICEK, 2017). Redes sociais são controversas precisamente por compreenderem, ao mesmo tempo, a expectativa de relações mais 'horizontais' ou, no mínimo, meios de engajamento pouco mediados e com amplo potencial de alcance, e por serem precisamente aquelas que mediam e (re)configuram essas relações e engajamentos – por exemplo, a partir de linhas do tempo e *feeds* personalizados.

Redes sociais como o Facebook, o Twitter e o Instagram, têm servido como importantes plataformas de articulação da ação política de movimentos sociais, em especial aqueles voltados para os povos indígenas. Indivíduos e movimentos procuram ajustar suas estratégias e discursos aos diferentes mecanismos de interação promovidos por cada rede (ex: funcionalidades como o *stories*, no Instagram, ou os limites de caracteres do Twitter). Perfis de lideranças que contam com alcance e reconhecimento por sua atuação com a pauta indígena e pela Amazônia, como da deputada Joênia Wapichana[12], o do Instituto do Cacique Raoni[13], o de Sônia Guajajara[14], assim como de lideranças mais jovens, como Célia Xakriabá[15], sugerem uma atuação articulada de sujeitas e sujeitos com certa notoriedade — tanto devido sua visibilidade no espaço público como pelo número de seguidores —, com perfis de

[12] Instagram: @joeniawapichana; Twitter @JoeniaWapichana; e, Facebook: <https://facebook.com/joenia>.

[13] Instagram: @institutoraoni; Twitter @InstitutoRaoni; e, Facebook <https://facebook.com/institutoraoni>.

[14] Instagram: @guajajarasonia; Twitter @GuajajaraSonia; e, Facebook <https://facebook.com/soniaguajajara>.

[15] Instagram @celia.xakriaba; e, Facebook <https://www.facebook.com/celia.xakriaba>.

movimentos sociais indígenas[16], de ONGs e institutos ligados à pauta ambiental[17] e também a questões indígenas, à terra e à violência no campo[18] e aos impactos de grandes projetos[19].

A interação entre os perfis/sujeitos/movimentos citados costuma se alinhar nos conteúdos de denúncias urgentes (desmatamentos/queimadas, assassinatos, invasões de terras ou projetos de lei que merecem atenção e pressão), pela movimentação por *hashtags* coordenadas em que os perfis engajam simultaneamente como a *#PelaAmazonia*, de 5 de setembro de 2019, cujo objetivo central foi chamar atenção para a defesa da floresta e dos povos indígenas; a *#ADPF709*, de 3 de agosto de 2020, que visou apoiar e pressionar publicamente o Supremo Tribunal Federal (STF) a reconhecer a procedência do pedido da ação feito pela APIB para obrigar o governo a adotar medidas de segurança sanitária aos povos indígenas em decorrência da pandemia de COVID-19.

Realizada em 2019, a campanha "Jornada Sangue Indígena: Nenhuma Gota a Mais" foi marcada pela viagem de uma delegação de lideranças da APIB pela Europa, onde participaram de conferências, encontros políticos e com entrevistas visando alertar e sensibilizar para as violências vividas pelos povos indígenas no Brasil do governo de Jair Bolsonaro, além de estruturar uma narrativa que atribui também aos governos europeus a responsabilidade por apoiar o agronegócio brasileiro. Nas redes, a campanha se articulou em torno da hashtag *#NenhumaGotaMais*.

[16] Destaque para a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Coordenação das Associações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

[17] Por exemplo, a Anistia Internacional, a WWF, o Greenpeace, o Instituto Socioambiental (ISA).

[18] Respectivamente: Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

[19] Por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Além do uso de redes sociais para a denúncia, diferentes movimentos e iniciativas também articulam contra narrativas que visam desconstruir a figura do indígena perante populações não-indígenas, o que, no caso brasileiro, frequentemente remete à uma separação entre o modo de vida indígena e elementos da modernidade, como o estudo formal, o uso de roupas como calças jeans, o domínio de tecnologias, entre outros.[20] Nesse sentido, funcionalidades como vídeos (longos e curtos) presentes nessas redes – além do próprio YouTube – permitem não somente apresentar questões e problemas relativos ao cotidiano nas comunidades, mas também fazê-lo por meio da comunicação oral, que notadamente possui importância central em diferentes culturas indígenas e ribeirinhas.

O domínio das dinâmicas das redes sociais – apesar das limitações em termos de alcance oriundas de sua economia da visibilidade – e as diferentes alianças estabelecidas entre povos indígenas e comunidades tradicionais com a 'modernidade' – ONGs, pesquisadores, veículos de mídia, entre outros – devem ser compreendidos no contexto de um contínuo de lutas com as quais essas populações têm se engajado desde muito tempo. Nesse sentido, são estratégias que, muito embora não eliminem, visam suspender o isolamento que dinâmicas infraestruturais e de circulação das tecnologias e do conhecimento (especialmente nas RI) impõem, ainda que discretamente, a universos e realidades outras que não aquelas que convergem com a história ocidental e moderna. É com isso em mente que agora discutimos a contribuição desse tipo de suspensão para as Relações Internacionais.

[20] A noção de que o indígena é um ser humano em um nível abaixo daquele da civilização moderna é, inclusive, reproduzida por Jair Bolsonaro ao afirmar que "cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós". Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br>.

PARA ALÉM DO LUGAR "INCOMUM": COEXISTINDO COM A INCOMENSURABILIDADE

> Como apresentar uma proposição cujo desafio não é o de dizer o que ela é, nem de dizer o que ela deve ser, mas de fazer pensar; e que não requer outra verificação senão esta: a forma como ela terá "desacelerado" os raciocínios cria a ocasião de uma sensibilidade um pouco diferente no que concerne aos problemas e situações que nos mobilizam?
>
> Isabelle Stengers, *A Proposição Cosmopolítica*, 2018.

Iniciamos este texto com uma proposta pouco modesta: como podemos repensar as Relações Internacionais a partir das relações entre a Amazônia e a Internet? A realidade do que propomos, porém, não convém repensar as Relações Internacionais enquanto disciplina – esse esforço dificilmente se encaixaria em um texto tão curto e, decerto, dificilmente se encaixaria no que este artigo de fato fez. Mas o que ele fez? O que é a nossa proposta, afinal?

No parágrafo que inicia esta seção, a filósofa belga Isabelle Stengers se questiona sobre a possibilidade de uma proposição que suspenda nossos anseios normativos com o intuito de desacelerar e, assim, criar uma sensibilidade outra àquilo que nos mobiliza. Ao lançar tal questionamento, Stengers, o estende a nós, suas leitoras. Seu(s) *cosmo*(s), em cosmopolítico, alude não a uma paz final e totalizante, mas ao "desconhecido que constitui... mundos múltiplos, divergentes" (STENGERS, 2018, p. 447). O que podemos aprender com Stengers, com a Amazônia e seus povos e com suas relações com a Web tem alguma coisa disso, de fugir de qualquer tentativa de, conforme sugere Walter Mignolo (2012), universalizar histórias locais tal como fez a Europa com sua (agora também nossa)

modernidade e como fazem as Relações Internacionais com seu apego à uma forma específica de autoridade política (WALKER, 1993).

A ação política não totalizante não parte da tentativa de assimilar o outro, de estender para este a sua condição específica. Ela requer, contrariamente, reconhecer que certos mundos são incomensuráveis; que certos mundos são compreendidos pela modernidade ocidental enquanto um excesso, algo que essa modernidade é incapaz de compreender e assimilar. Ao mesmo tempo, reconhecer tal incomensurabilidade não é reduzir o espaço da ação política, mas compreender que ela ocorre mesmo quando este é o caso. Voltemos, por um momento, à nossa discussão sobre a Internet.

Condições materiais e de infraestrutura limitam a maneira como as pessoas acessam e se comunicam por meio das tecnologias digitais, bem como a circulação de informações na Web. Como já vimos, essas tecnologias (e sua relevância em matéria de política global) são moldadas por condições sociais, materiais e históricas particulares, que favorecem grupos de atores em detrimento de outros (MCCARTHY, 2015). Nesse universo, plataformas de propriedade de empresas privadas regulam que tipo de informação é ou não autorizada a circular, estabelecem regimes de visibilidade e priorização e conteúdo (TRILLÒ, 2018), ao mesmo tempo em que se tornam frequentemente espaços de vigilância disseminada (ZUBOFF, 2019) e insegurança para grupos vulneráveis ou marginalizados (LOBATO; GONZALEZ, 2020).

Algumas das iniciativas que escolhemos enfatizar neste artigo se utilizam dessas plataformas para produzir e impulsionar a circulação de conteúdo, narrativas e modos de existência. Outras se valem de ferramentas digitais para gerar interações substantivas com o modo de ver do outro (p.ex., Tupi Vivo, Mapa da Vida). Todas,

porém, compartilham em comum o recurso à Internet para fazer circular seu conhecimento, ontologias e experiências situadas.

A globalização historicamente colocou em contato mundos múltiplos, por vezes incomensuráveis (LOBO-GUERRERO; ALT; MEIJER, 2020). Essa conectividade se estende temporalmente para o passado e materialmente para além do computador e das analogias de rede que colonizam o modo como vemos o mundo, estando no cerne da criação de novos espaços de governança. A respeito do caráter da novidade, Lobo-Guerrero, Alt e Meijer (2020) enfatizam, citando Hannah Arendt, tratar-se de uma "quase que violenta insistência de basicamente todos os grandes autores, cientistas e filósofos desde o século dezessete que viam coisas nunca antes vistas, pensavam pensamentos jamais pensados antes"[21] (ARENDT *apud* LOBO-GUERRERO; ALT; MEIJER, 2020, p. 5).

A interação tornada possível pela crescente conectividade entre múltiplos mundos gera evidentes tensões entre eles, como é o caso da perseguição, extermínio e/ou conversão de povos ameríndios à época da colonização europeia no continente e da persistente condição de abandono (ou perseguição ativa), pelo Estado, dos povos que hoje insistem em sobreviver, e outras menos evidentes, como é o caso das alianças que esses povos estabeleceram com ativistas, acadêmicos, advogados, jornalistas e políticos, em sua luta por melhores condições de vida (DE LA CADENA, 2015).

A respeito destas últimas, de la Cadena trabalha com o conceito de conexões parciais, de Marilyn Strathern, para atribuir sentido à relação entre os povos Runakuna, seu mundo e o mundo ao seu redor. De la Cadena assim descreve sua compreensão de tais conexões parciais:

[21] Do original: "*the almost violent insistence of nearly all the great authors, scientists, and philosophers since the seventeenth century that they saw things never seen before, thought thoughts never thought before*".

> (...) o meu mundo estava incluído no mundo em que meus amigos habitavam e vice-versa, mas o mundo deles não podia ser reduzido ao meu ou o meu ao deles. Conscientes dessa condição de uma maneira que não precisa ser expressa em palavras, sabíamos que estarmos juntos unia mundos distintos e também iguais. E, em vez de manter a separação que a diferença causava, optamos por explorar a diferença juntos"[22] (DE LA CADENA, 2015, p. 4).

Conexões parciais, no sentido proposto por Strathern (2004), ocorrem em um mundo que é fractal, em vez de fragmentado, ontologicamente múltiplo, em vez de feito de partes e todos. Quando enactado[23], este mundo também produz espaços de incomensurabilidade, espaços onde duas coisas diferentes e não redutíveis uma à outra podem existir. Ele é, ao mesmo tempo, um e um múltiplo, aquilo que contém e que é contido – um mundo onde jamais podemos ter acesso a tudo o que ele contém ao mesmo tempo.

É este mundo, que é um e vários ao mesmo tempo, que nos importa trazer a este trabalho. Como enfatizamos acima, o tropo da conectividade que vem a caracterizar o processo globalizatório

[22] Do original: "*my world was included in the world that my friends inhabited and vice versa, but their world could not be reduced to mine, or mine to theirs. Aware of this condition in a manner that does not need to be expressed in words, we knew that our being together joined worlds that were distinct and also the same. And rather than maintaining the separation that the difference caused, we chose to explore the difference together*".

[23] Aqui optamos por utilizar o neologismo "enactar". Derivado do verbo em inglês "*to enact*", originalmente utilizado por Strathern. Em seu original, o verbo enactar expressa a ideia de "evidenciar algo existente e determinante para o presente" ou "atribuir funções a uma legislação determinante para o futuro". Em ambos os casos, carrega consigo o sentido de um ato de 'colocar em ação'. Fonte: Cambridge Dictionary (online).

contemporâneo permite compreender como o engajamento de povos indígenas com a Internet põe em circulação diversos outros modos de viver e compreender o mundo, o presente e o futuro. Já evidenciamos também que essa circulação se dá de forma desigual, o que enseja estratégias variadas de engajamento e ampliação do alcance da mensagem. E é a partir dessa circulação que espaços de interação se tornam possíveis e é nessas interações que as conexões parciais se tornam significativas, como é o caso das alianças estabelecidas entre o povo Munduruku e o Greenpeace ou daquela com acadêmicos, que ajudou a compor a cartografia Tupi Vivo – e de diversas outras entre essas populações e grupos de ativismo, advocacia e outras comunidades em luta.

Ao mesmo tempo, a interação proporcionada pela Internet se difere daquela narrada por Marisol de la Cadena (2015) em seu estudo sobre os povos runakuna e a luta pela reforma agrária no Peru na década de 1960. A mediação que a Internet proporciona pode tornar essas conexões ainda mais efêmeras e unir as pessoas e movimentos não apenas por laços de afinidade ou profissionais, mas também pelo encontro fortuito impulsionado por algoritmos de recomendação – embora não sejam estes os casos da maioria dos projetos que trouxemos. Quando nos referimos à efemeridade de tais conexões, pensamos, por exemplo, na qualidade do engajamento que a atuação nas redes sociais gera. É típico desta dinâmica a reprodução de alianças poderosas, porém temporárias (TRILLÒ, 2018), como no caso do movimento Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, em 2018 (LOBATO; GONZALEZ, 2020).

Nesse sentido, uma tensão importante que o ‘digital’ proporciona é precisamente aquela entre efemeridade e a ramificação das conexões (por ramificação, entendemos aquelas alianças que se estendem e se fortalecem a partir e por diferentes meios e canais) e o nosso argumento é que os esforços para suspender o isolamento da Amazônia navegam precisamente por

essas tensões, desestabilizando a própria segregação geopolítica construída nas RI (AGATHANGELOU; LING, 2009). É fato que as Relações Internacionais passam por um processo de ressignificação daquilo que compreende como política e também o é que esses esforços e tensões tem algo a lhe ensinar a esse respeito.

Em certa medida, a Internet produz múltiplos pontos de contato com o incomensurável. Este não é um mérito exclusivo da rede, mas também de uma série de associações e estratégias de uso estabelecidas pelos universos que de algum modo existem dentro e ao mesmo tempo excedem o moderno. O que esses engajamentos e modos de agir nos ensinam é justamente que reconhecer tal incomensurabilidade não implica sua aniquilação – apesar de esse ser o projeto "moderno" desde o começo. As histórias e reflexões que aqui trouxemos buscam, como Stengers sugere, gerar uma sensibilidade outra a respeito do que é e de como se faz política e do que é que caracterizamos como internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu livro “A Invenção da Amazônia”, Neide Gondim (2019) analisa o papel do imaginário europeu na construção de uma ideia sobre a região que oscila entre o medo e o fascínio; a necessidade de conquistar, a divisão entre bárbaros e selvagens – e, paradoxalmente, sua cultura exótica e rica. Séculos após a colonização da Amazônia pelos europeus, um artefato próprio de sua modernidade – a Internet – é atravessado por uma tensão entre imaginários: aquele que insiste na versão europeia e aquele que que busca subvertê-la.

Ao longo deste trabalho, buscamos ilustrar como as RI se constituem a partir dessa modernidade (e a reforçam), tendo na diferença objeto de controle, previsão, assimilação e, quando isso

não é possível, aniquilação. Ao mesmo tempo, mostramos que uma instabilidade permanente, provocada pela resistência da diferença, insiste em desafiar tais seguranças ontológicas (WALKER, 1993). Exploramos como essas narrativas modernas se cristalizam a partir de assimetrias materiais (p.ex., tecnologias digitais) e epistemológicas (produção de conhecimento sobre a Amazônia). Os estudos sobre a região pelas RI normalmente reafirmam uma visão de exotismo, por meio de um agenciamento que pouco, ou nada, ouve os povos, mas que continua reproduzindo narrativas de salvação, proteção, exploração de suas riquezas, assim como de um vazio demográfico, um lugar estático, fixo, definido.

Ao mesmo tempo, o modo como populações que tiveram seus saberes e demandas subalternizados se apropriam da Internet - uma tecnologia própria da modernidade que os nega ou busca assimilar - convida a uma desestabilização das narrativas totalizantes e unificantes. A utilização da pauta "Amazônia", por exemplo, transborda a segregação geopolítica que assume uma fixidez aos sujeitos, de modo que povos indígenas de todo o Brasil se articulam pela região não por ela ser a "Amazônia", mas por suas próprias formas de ver a floresta enquanto vida, que não se restringe a fronteiras imaginárias.

Apesar das assimetrias que caracterizam suas relações com a Internet, há uma intensificação de alianças entre lideranças sociais e políticas, associações, universidades, ONGs, ativistas, entre outros, que acabam por interagir com o teor de denúncias e de definição de pautas produzidos por estes povos, que veem nessas ferramentas uma forma de romper com o agenciamento histórico feito sobre suas vozes.

Longe de romantizar esse engajamento, buscamos, ao longo do trabalho, retratar a Internet enquanto campo de disputa de ações políticas; que não substitui ou arrefece a articulação nas ruas, nas aldeias ou no Planalto, mas que guarda uma potencialidade de

reverberação e transformação da produção de conhecimento, da subjetividade de lugares como a Amazônia. Combinando-se, por exemplo, com campanhas, marchas, publicação de cartas, vídeos e outras formas de conteúdo, possibilitando inclusive uma comunicação para além da escrita, que trazem a mesma mensagem: existem outros saberes e demandas, projetos políticos, que não se restringem às limitações do imaginário inventado sobre corpos e territórios na modernidade.

Tais engajamentos e os mundos que buscam visibilizar desafiam não apenas a segregação geopolítica característica do que as RI entendem enquanto autoridade política - o Estado-Nação -, mas também a própria natureza do que é fazer política na disciplina. Propomos, a partir das histórias aqui narrada, que fazer política envolve uma negociação constante entre mundos que não podem ser mensurados um contra o outro, mundos - e suas tecnologias - que, por vezes, são incompatíveis, mas existem e se articulam um a partir do outro. Talvez, uma lição importante para o estudo da política internacional, é que nem sempre é necessário ir tão 'longe' para começar a compreender isso.

REFERÊNCIAS

AGATHANGELOU, A. M.; LING, L. H. M. **Transforming World Politics**: From Empire to Multiple Worlds. New York: Routledge, 2009.

AGATHANGELOU, A. M.; TURCOTTE, H. M. "Postcolonial theories and challenges to 'First-Worldism'". *In*: SHEPHERD, L. J. (org.). **Gender matters in global politics**. New York: Oxford University Press, 2010.

AMIN, M. M. "A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI". **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 107, setembro, 2015.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

BEIER, M. J. **International Relations in Uncommon Places**: Indigeneity, Cosmology and the Limits of International Theory. New York: Palgrave McMillan, 2005.

BITTENCOURT, L. "The Importance of the Amazon Basin in Brazil's Evolving Security Agenda". *In*: TULCHIN, J. S.; GOLDING, H. A. (eds.). **Environment and Security in the Amazon Basin**. Washington DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2002.

CARDOSO DE CASTRO, B. T. **Mulheres descolonizando a Amazônia pelos caminhos de vida**: produção de subjetividades atravessadas pelo projeto de nação desenvolvimentista (Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia). Belém: UFPA, 2020.

CARVAJAL, G.; ROJAS, A.; ACUÑA, C. **Descobrimentos do rio das Amazonas**. São Paulo: Brasiliana, Editora Nacional, 1941.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. "Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-americana". **Caderno CRH**, vol. 25, n. 64, 2012.

CASTRO, L.; LAREDO, G.; OLIVEIRA, E.; DIAS, M.; MULLER, F.; KLAUTAU, A. "Uso de Rede de Telefonia Celular Comunitária para Inclusão Social e Digital na Amazônia". **Anais do XXXVII**

Simpósio Brasileiro de Telecomunicações e Processamento de Sinais (SBrT 19). Petrópolis: UERJ; CEFET/RJ; UFRJ; CTEX, 2019.

CONRADO, M.; CAMPELO, M.; RIBEIRO, A. "Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense". **Revista Afro-Ásia**, n. 51, 2015.

COULDRY, N. "Inaugural: A Necessary Disenchantment: Myth, Agency and Injustice in a Digital World". **The Sociological Review**, vol. 62, n. 4, 2014.

COX, R. "Social forces, States, and World Orders: Beyond International Relations Theory". In: KEOHANE, R. (ed.). **Neorealism and Its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

DE LA CADENA, M. **Earth beings, ecologies of practice across Andean worlds**. Durham: Duke University Press, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997.

DORATIOTO, F.; VIDIGAL, C. E. "História das Relações Internacionais do Brasil". *In*: LESSA, A. C.; OLIVEIRA, H. A. (orgs.). **Coleção Temas Essenciais em RI**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

ESPACH, R. H. "The Brazilian Amazon in Strategic Perspective". *In*: TULCHIN, J. S.; GOLDING, H. A. (eds). **Environment and Security in the Amazon Basin**. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2002.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FIGUEIREDO, A. M.; CHAMBOULEYRON, R.; ALONSO, J. L. RP. "Amazônia e história global – Apresentação". **Tempo**, vol. 23, n. 3, 2017.

FRAXE, T. J. P.; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. "O Ser da Amazônia: identidade e invisibilidade". **Ciência e Cultura**, vol. 61, n. 3, 2009.

FREITAS, M. L. D. **Amazonia**: heaven of a New World - A collection of articles on Science and life in the Brazilian Amazon. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

GARCIA, B. **The Amazon from an International Law Perspective**. Cambridge: Editora Cambridge University Press, 2011.

GONÇALVES, M. V. "Between the Leader of Virtù and the Good Savage: Indigenous Struggles and Life Projects in the Amazon basin". *In*: BEIER, J. M. (ed.). **Indigenous diplomacies**. New York: Palgrave Macmillan US, 2009.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2019.

GREENPEACE BRASIL. "O Mapa da Vida". **Portal Eletrônico Greenpeace Brasil** [24/05/2018]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org>. Acesso em: 03/08/2020.

HALLINAN, B.; STRIPHAS, T. "Recommended for you: The Netflix Prize and the production of algorithmic culture". **New Media & Society**, vol. 18, n. 1, 2016.

HARDING, S. "Latin America Decolonial Social Studies of Scientific Knowledge: Alliances and Tensions". **Science, Technology and Human Values**, vol. 46, n. 6, 2016.

HERZ, M. "O Crescimento da área de relações internacionais no Brasil". **Contexto Internacional**, vol. 24, n. 1, 2002.

HURRELL, A. "The Politics of Amazonian Deforestation". **Journal of Latin American Studies**, vol. 23, n. 1, 1991.

KECK, M. E. "Amazônia in Environmental Politics". *In*: TULCHIN, J. S.; GOLDING, H. A. (eds). **Environment and Security in the Amazon Basin**. Washington DC: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2002.

KOLK, A. "From Conflict to Cooperation: International Policies to Protect the Brazilian Amazon". **World Development**, vol. 26, n. 8, 1998.

KRENAK, A. "Antes, o mundo não existia". *In*: NOVAES, A. (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992.

LAGE, V. C.; CHAMON, P. H. "Resisting the denial of coevalness in International Relations: provincializing, perspectivism, border thinking". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 59, n. 2, 2016.

LATZER, M.; HOLLNBUCHNER, K.; JUST, N.; SAURWEIN, F. "The economics of algorithmic selection on the Internet". **Working Paper**, University of Zurich, 2014.

LEÃO, G. L.; CASTRO, L. B.; LIMA, M.; PINTO, L. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, E. S.; KLAUTAU, A. "Projeto CELCOM: Um processo de inclusão digital em comunidades isoladas através de redes comunitárias". **Computer On The Beach 2019**, vol. 1, 2019.

LOBATO, L. C. "Governança da Internet a partir da Periferia: Integrando a Amazônia Brasileira aos Debates sobre a Governança da Internet". *In*: OPPERMANN, D. (ed.). **Internet Governance in the Global South**: History, Theory, and Contemporary Debates. São Paulo: Editora da NUPRI-USP, 2018.

LOBATO, L. C.; GONZALEZ, C. "Embodying the Web, recoding gender: How feminists are shaping progressive politics in Latin America". **First Monday**, vol. 25, n. 5, 2020.

LOBO-GUERRERO, L.; ALT, S.; MEIJER, M. **Imaginaries of Connectivity**: The creation of novel spaces of governance. London: Rowman and Littlefield, 2019.

LOUREIRO, V. R. "A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento". **Revista Direito GV**, vol. 8, 2012.

MCCARTHY, D. R. **Power, Information Technology and International Relations Theory**: the power and politics of US Foreign Policy and Internet. Hampshire: Palgrave Macmillian, 2015.

MIGNOLO, W. D. "The geopolitics of knowledge and the colonial difference". **The South Atlantic Quarterly**, vol. 101, n. 1, 2002.

MIGNOLO, W. D. **Local Histories/Global Designs**: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking. Princeton University Press, 2012.

MOL, A. **The Body Multiple**: Ontology in Medical practice. Durham: Duke University Press, 2002.

MOROZOV, E. **The net delusion**: The dark side of Internet freedom. New York: PublicAffairs, 2011.

O MAPA DA VIDA. **Portal Eletrônico Heart Of The Amazon** [2020]. Disponível em: <https://br.heartoftheamazon.org/omapadavida/>. Acesso em: 03/08/2020.

PASQUALE, F. **The Black Box Society**: The Secret Algorithms That Control Money and Information. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

PEIXOTO, K. O. F. **"EU EXISTO"**: afirmação indígena e nomeação do racismo. Os Borari e os Arapium da Terra Maró, Amazônia (Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia). Belém: UFPA, 2017.

PICQ, M. "Rethinking IR from the Amazon". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 59, n. 2, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

QUEREJAZU, A. "Encountering the Pluriverse: Looking for Alternatives in Other Worlds". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 59, n. 2, 2016.

QUIJANO, A. “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina”. *In*: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Ch’ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: Editora da INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora CES, 2009.

SEQUEIRA, J. E. O. A. **Mobilização transnacional pelos direitos dos povos da floresta - entre rios, gabinetes e cortes**: o caso das usinas hidrelétricas no médio rio Tapajós (PA) (Tese de Doutorado em Relações Internacionais). Brasília: UnB/UFPA, 2019.

SHILLIAM, R. “On Africa in Oceania: Thinking Besides the Subaltern”. **Theory, Culture & Society**, vol. 6, 2016.

SILVA, A. T. **Amazônia na agenda ambiental global**. Belém: Editora da NUMA/UFPA, 2015.

SILVA, M. B. **Colonialismo e colonialidade no Brasil e na Amazônia paraense** (Tese de Doutorado em Relações Internacionais). Brasília: UnB/UFPA, 2019.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STENGERS, I. “A proposição cosmopolítica”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, abril, 2018.

STRATHERN, M. **Partial Connections**. Lanham: Rowman Altamira, 2004.

TICKNER, A.; WAEVER, O. **International relations scholarship around the world**. Abingdon: Routledge, 2009.

TRILLÒ, T. "Can the subaltern tweet? Reflections on Twitter as a space of appearance and inequality in accessing visibility". **Studies on Home and Community Science**, vol. 11, n. 2, 2018.

TUFEKCI, Z. "Algorithmic harms beyond Facebook and Google: Emergent challenges of computational agency". **Journal on Telecommunications and High-Tech Law**, vol. 13, n. 2, 2015.

TULCHIN, J. S.; GOLDING, H. A. **Environment and security in the Amazon basin**. Washington DC: Woodrow Wilson International Centers for Scholars, 2002.

TUPI VIVO. **Portal Eletrônico Tupi Vivo** [2020]. Disponível em: <http://www.tupivivo.org>. Acesso em: 20/07/2020.

URICCHIO, W. "Recommended for You: Prediction, Creation and the Cultural Work of Algorithms." **The Berlin Journal**, vol. 28, 2015.

VIOLA, E. "A Globalização da Política Ambiental no Brasil, 1990-1998". **XXI International Congress of the Latin American Studies**. Chicago, 1998.

VIRILIO, P. **Speed and politics**. Los Angeles: Semiotext(e), 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Araweté**: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1986.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside**: Relações Internacionais como teoria política. Rio de Janeiro Editora da PUC-Rio, 1993.

ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism**. New York: Public Affairs, 2019.

CAPÍTULO 2

A complexidade de implementação das decisões do Regime Internacional do Clima na Amazônia brasileira

A COMPLEXIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DO REGIME INTERNACIONAL DO CLIMA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Carlos Eduardo de Souza Siqueira

O presente estudo parte da tese de que existe a produção de uma organização espacial do sistema- mundo que origina a ideia de centro, semiperiferia e periferia, de que cada região cumpre a sua função de reprodução do capital. O objetivo proposto é estudar a luz da teoria do sistema-mundo, dos regimes internacionais, a relação da economia capitalista com o desafio de gerar sustentabilidade ambiental em regiões de periferia do capital como a Amazônia brasileira, a partir do debate sobre a formação do regime internacional climático e as respostas locais de políticas públicas levadas a cabo pelo Estado brasileiro. A metodologia consiste em revisão de literatura das teorias propostas, bem como o atento exame de documentos advindos do processo decisório de produção de políticas públicas. Ao refletir em torno das teorias e da realidade amazônica pareceu-nos que a região está enquadrada nas categorias periféricas do sistema- mundo e que diante de tais atividades que sustentam a região, dificilmente as políticas produzidas poderão cumprir um papel mais efetivo como determinado no regime internacional do clima, quais sejam de mitigar e adaptar-se às mudanças climáticas.

Grandes processos têm determinado as diversas dimensões da vida das sociedades humanas. A cada tempo um novo contexto se apresenta, e desta forma, um conjunto de forças, atores, arenas em disputas cujo objetivo é determinar os rumos dessa sociedade. Dentre esses grandes processos e perspectivas se destaca o paradigma preponderante historicamente, o sistema capitalista. Vários teóricos de Marx aos mais contemporâneos se detiveram na compreensão deste fenômeno e, consequente, da realidade social, política e econômica impactada por este. O cerne desse processo de

compreensão histórica e produção de conhecimento é a ideia de vislumbrar a totalidade do paradigma capitalista em perspectiva histórica, ao que se convencionou chamar de Sistema- Mundo e sua Economia- Mundo.

Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Eric Hobsbawn dentre outros são as referências de compreensão do capital enquanto sistema. Estes seguem e reforçam o caminho do historiador francês Fernand Braudel pioneiro no estudo do sistema- mundo. Segundo Pecequilo (2016), ao analisar os estudos de Wallerstein e, consequentemente, o sistema-mundo e sua longa duração, destaca o processo histórico de formação do capitalismo e seus ciclos de acumulação e de substituição dos modelos político-econômicos vigentes por outros, bem como da mão de obra- que passa de agrária para industrial-, o que implicou no rebatimento sobre todos os modos de vida em sociedade.

Giovanni Arrighi (1996) fala em quatro ciclos sistêmicos de acumulação capitalista. Cada ciclo caracteriza-se por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação de capital em escala mundial. Desta forma é apresentado o ciclo genovês; o ciclo holandês; o ciclo britânico e o norte americano. São ciclos que se superpõe, contabilizando mais de um século. Visto em conjunto, pode-se falar em um longo século, tomado como unidade básica para análise de acumulação capitalista.

Nas palavras de Wallerstein (2001, p. 18), "o capitalismo histórico é o *locus* concreto- integrado e delimitado no tempo e no espaço - de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital". Tal acumulação tem governado a atividade econômica fundamental. Neste sistema social os operadores, dentro dessas regras, impactaram o conjunto criando condições que forçaram os outros a se adaptar, sofrendo as consequências dessa acumulação como lei. Ainda em Wallerstein (2001) destacam-se as categorias que obedecem a uma hierarquia,

tanto espaciais geográficas quanto econômicas. Tem-se um centro econômico e político desenvolvido especializado na produção de bem e serviços com alto valor agregado, uma semiperiferia que executa atividade de áreas centrais e de periferia, e a periferia produtora e exportadora de matérias- primas.

Nossos estudos tem o objetivo de situar a partir do diálogo da economia política internacional e a teoria dos regimes internacionais, a relação da economia capitalista com o desafio de gerar sustentabilidade ambiental em regiões de periferia do capital como a Amazônia brasileira, a partir da formação do regime internacional climático e as respostas locais de políticas públicas levadas a cabo pelo Estado brasileiro. O caminho metodológico é o diálogo com os precursores do conjunto teórico apresentado a priori, com as decisões e arranjos sobre o regime internacional do clima e os processos decisórios locais que, através de políticas públicas, visam se adequar às decisões deste regime climático. Para isso, na primeira parte abordaremos brevemente o histórico de formação do sistema capitalista e, em seguida, a relação da economia política internacional com a construção do regime internacional do clima e, por fim, os desafios de implementar as decisões do regime internacional do clima na Amazônia brasileira.

BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

Segundo Wallerstein (2001, p. 13), "o Capitalismo é em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico". Nesse sistema social em questão o capital passou a ser usado para sua auto-expansão, pois só é capital, arremata o autor, na medida em que é usado para acumular mais da mesma coisa. Isso corrobora com o cerne da crítica da economia política de Marx (2013), quando diz

que o valor de uso das coisas está vinculado a sua utilidade e forma o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta na sociedade capitalista. São os suportes materiais do valor de troca.

Dentro dessa perspectiva histórica Jeffry Frieden (2008) em sua narrativa sobre a dinâmica do capitalismo aponta a formação do sistema econômico internacional a partir de alguns eventos que foram marcantes para a construção de hegemonias tal como as conhecemos hoje, uma dessas referências foram as guerras napoleônicas. Uma nova ordem surgiu quando as forças da Grã-Bretanha, Prússia, Áustria, Rússia e Holanda se juntaram contra os franceses para definir quem seria o hegemon que controlaria o mundo. Uma vez Napoleão derrotado, inaugura-se a *pax britânica*, terceiro ciclo de acumulação capitalista segundo Giovanni Arrighi (1996).

> A vitória dos britânicos e aliados nas Guerras Napoleônicas foi o ponto mais alto de um período de 300 anos de monarquia absolutista e da ordem econômica que a apoiava. As grandes potências europeias se organizaram para lutar por territórios e interesses, mandando seus exércitos para uma série de guerras dinásticas. Os governantes das regiões financiavam a parafernália militar por meio de um sistema chamado mercantilismo, que eles utilizavam para manipular suas economias em busca de vantagens militares. Questões políticas e diplomáticas eram prioridade; as relações econômicas eram usadas como ferramentas para fortalecer e reforçar o poder dinástico, e as fortunas privadas dependiam do favorecimento das famílias reais. O desafio revolucionário francês a essa ordem política e econômica foi vencido em 1815 nas cercanias de Bruxelas, (FRIEDEN, 2008, p. 17).

Em síntese Frieden assim expressava sobre o contexto do mercantilismo,

> As monarquias que governaram a Europa e o mundo antes de 1800 se preocupavam com as alianças geopolíticas, a extração colonial e o tamanho e o poder de seus Estados nacionais. Sob o regime mercantilista, o poder colonial forçava suas possessões a comercializar com a metrópole para enriquecendo o governo e seus apoiadores. Os países dominados vendiam exclusivamente para a potência, que pagava um valor abaixo do preço do mercado mundial por produtos agrícolas e matérias-primas. O mercantilismo e sua política exigia que as colônias comprassem os produtos das metrópoles, que vendiam acima do valor do mercado mundial (FRIEDEN, 2008, p. 18).

Ha- Joon Chang (2004, p. 94) diz que "um país, quando se adianta aos outros, sente-se naturalmente estimulado a se valer do seu poder político e econômico para se adiantar ainda mais". Assim foram as políticas britânicas do século XVIII e XIX caracterizada somente pelo incentivo à produção de bens primários junto às colônias e fora delas a tentativa de impedir o desenvolvimento industrial de países menos desenvolvidos e a imposição do livre comércio pelos chamados tratados desiguais.

Com o fim do mercantilismo o sistema econômico internacional se expandiu redesenhando suas fronteiras, integrando mercados, e consequentemente o desenvolvimento tecnológico tendo como protagonista a Grã- Bretanha. Tal processo fica evidente na seguinte passagem:

> Os transportes e as comunicações também se desenvolveram de forma substancial. Na época da Batalha de Waterloo, as viagens de longa distância e os meios de transporte e de comunicação eram todos muito caros e lentos. Até o fim do século XIX, telégrafos, telefones, navios a vapor e ferrovias substituíram cavalos, pombos, mensageiros e barcos a vela. As estradas de ferro, principal avanço para o transporte terrestre desde os tempos dos gregos, modificaram a velocidade e o custo do frete de cargas por terra. O navio a vapor revolucionou o envio transoceânico, reduzindo a travessia do Atlântico de mais de um mês, em 1816, para menos de uma semana em 1896. Além disso, os navios a vapor podiam viajar mais rápido, carregar mais carga e operar com menos custos que os barcos a vela, (FRIEDEN, 2008, p. 21).

Dessa reconfiguração do sistema econômico internacional surge o padrão ouro, que se tornou o princípio organizador do capitalismo global durante o século XIX. Na década de 1870, as principais nações industriais aderiram ao padrão-ouro. Decorre que ao adotar esse sistema, os governos dos Estados se comprometiam a trocar sua moeda por ouro a uma taxa preestabelecida. Assim a moeda do país se tornava equivalente ao ouro e podia ser trocada a uma taxa fixa pela de qualquer outro Estado que também tivesse adotado o mesmo padrão, (FRIEDEN, 2008).

Nessa perspectiva de arranjo do sistema econômico mundial nem tudo saiu como previsto. Maior integração territorial e tecnológica teve seus efeitos negativos. Ao fim e ao cabo já se podia sentir os efeitos das novas formas econômicas estabelecidas. Nem todos deram boas-vindas à integração econômica. Com a abertura da economia mundial e consequente desenvolvimento de novas tecnologias de transportes, os grãos baratos do Novo Mundo invadiram o mercado mundial, o que provocou a queda dos preços

agrícolas e devastou muitas áreas rurais do Velho Mundo. Na esteira das mudanças tecnológicas, essas novas técnicas de fabricação tornaram os artesãos obsoletos e, com os avanços na produtividade agrícola, os trabalhadores do campo perderam importância. A produção de quase todos os bens agrícolas aumentou de forma significativa devido às mudanças tecnológicas, mas os benefícios desses avanços não foram distribuídos de forma proporcional (FRIEDEN, 2008).

Por fim, "o fenômeno macroeconômico que eclodira na história como a Grande Depressão de 1873- 1896 contribuiu para a insatisfação com o livre-comércio e o padrão-ouro" [...] Para os que acreditavam estar do lado perdedor da economia global, o padrão-ouro se tornou um símbolo poderoso da odiada *Pax Britânica* (FRIEDEN, 2008, p. 24-26). No fim do século XIX, os acontecimentos pareciam ameaçar a essência do capitalismo global. Tudo era questionado: o livre-comércio, o padrão-ouro, as finanças internacionais e até mesmo a paz entre as grandes potências. Em todo o mundo, vozes ecoavam pela proteção do comércio, e contra o ouro e a integração econômica. A cada nova crise se desencadeavam novos conflitos violentos de interesses e ideias.

Giovanni Arrighi (1996) aponta que além da depressão econômica do século XIX, vieram as crises dos 30 anos (1914-1945) e a da década de 1970. Esses eventos em conjunto moldaram o século XX o que constituiu uma etapa particular do desenvolvimento capitalista mundial. Durante os ciclos do capitalismo, as expansões financeiras determinaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. E dessa forma, essas expansões foram aspectos importantes para o processo de mudanças de regimes, novos em lugar dos antigos, substituição da *pax britânica* pela *pax americana.*

Assim, no *process tracing* (reconstrução do caminho do objeto) do sistema capitalista, torna-se evidente a conformação das

regras que balizam essas relações econômicas sobre as quais passamos a compreender - a partir da confrontação entre a economia política internacional e a feitura dos regimes internacionais- mais especificamente para esse artigo o regime internacional do clima. Confronto este que não está apartado de todas as camadas que dão sentido ao sistema capitalista, tanto da vida material, da economia de mercado, quanto do antimercado- este o andar superior, lugar onde circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva, conforme destaca Arrighi (1996) ao lembrar Braudel.

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E A CONSTRUÇÃO DO REGIME INTERNACIONAL DO CLIMA

A Economia Política Internacional (EPI) dentro de seu processo de construção e a partir das teorias busca compreender a dinâmica dos processos econômicos na ambiência internacional e, ao mesmo tempo tornar evidente a tensão entre política e economia. O que interessa à EPI é compreender como regimes internacionais são criados e mantidos, já que eles acabam sendo a face concreta do sistema econômico capitalista. Stephen Krasner (2012) é o modelo e ponto de partida quando Gilpin (2002) demonstra os pressupostos da estabilidade hegemônica no tocante à importância da potência hegemônica para gerar estabilidade ao sistema econômico e, neste sentido a construção de regimes parece preponderante. As dimensões característica desses regimes procuram enfatizar e fortalecer os interesses da potência que paga os custos de manutenção do sistema, prevalecendo até hoje segundo Gilpin (2002) o princípio da nação mais favorecida (do GATT à OMC).

A partir da teoria da estabilidade hegemônica- que no seu cerne carrega a ideia de equilíbrio do sistema econômico- e de sua

convergência com o conceito de regimes internacionais, entendido como princípios, normas e procedimentos decisórios em torno dos quais convergem a expectativa dos atores em certas áreas temáticas (KRASNER, 2012). Em Ruggie (1998) embora haja uma clara de definição em Krasner sobre os regimes, estes padecem de sérios problemas epistemológicos, decorrente de uma disjunção entre a natureza do seu objeto de estudo, por um lado, e os preceitos epistemológicos e prescrições em vigor para o seu estudo, por outro.

Os regimes construídos no sistema internacional até agora parecem obedecer à lógica do comportamento do hegemon. Da *pax britânica à pax americana* tem sido assim. Soma-se a esta análise a teoria do poder estrutural de Susan Strange (1988), que permite a ordenação e reordenação do sistema econômico sob velhos e novos princípios de regimes (o custo de construção de novos regimes é muito alto), de maneira a garantir o funcionamento do sistema e desta forma a preponderância da potência hegemônica. As mais evidentes ordenações e redesenho da ordem podem ser entendido a partir da construção do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e de sua reordenação em torno da Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como do Banco Mundial, e do Fundo Monetário Internacional FMI, sob a liderança dos Estados Unidos da América.

O regime climático parece não fugir à definição krasniana, tampouco aos pressupostos da teoria da estabilidade hegemônica e do poder estrutural de Strange (1988), embora autores como Viola e Franchini (2013) apontem atores estatais e sociais não hegemônicos que podem ter certo nível de influência nos resultados sociais deste regime uma vez que a estrutura é extremamente complexa, envolvendo diversas dimensões (econômica, ambiental, de segurança) e diversos atores (públicos e privados, locais e globais).

Vale (2010) procura estudar o regime climático e sua complexidade a partir dos pressupostos econômicos comparando modelos (Nordhaus e Stern) a fim de compreender quanto custaria a

mitigação e adaptação do regime. Ao acompanharmos o desenrolar das conferências das partes (Cops), fica evidente o alto custo desse processo, fazendo com que a possibilidade de um acordo fique cada vez mais distante ou, no mínimo, embaraçoso. Como destaca Gilpin (2002) no pressuposto da estabilidade hegemônica: o custo de se manter um regime recai sempre sobre os ombros do *hegemon*.

É sempre bom notar que esse debate não é tão novo. Começa com percepção da dimensão ambiental da globalização que têm influenciado a agenda política dos Estados nacionais. Impacta a velha ordem vigente do poder soberano dos Estados e, ao mesmo tempo, cria um ambiente para o florescimento de uma nova ordem com novos atores capazes de interferir nos negócios estatais (SIQUEIRA, 2012). O ponto de partida dessa nova configuração é a década de 1970 que decorre do confronto entre a economia capitalista e a preocupação ambiental.

Para Oliveira (2012), as economias neoclássica e ecológica em confronto poderiam nos mostrar os caminhos possíveis para compreensão da relação economia e meio ambiente. Pois, se a primeira trabalha com a ideia de um meio ambiente neutro e passivo, externalidades causadas pelo sistema econômico, a segunda tem uma perspectiva mais sistêmica, incorporando dimensões políticos-sociais e culturais. Fala-se também em uma economia verde. Pautada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no entanto, está mais próxima da economia neoclássica do que de uma economia ecológica, ao defender enfaticamente políticas ambientais integradas estratégicas, sobretudo políticas de incentivo a inovações tecnológicas ambientais. Por sua vez, a economia verde segue ainda distante da perspectiva da economia ecológica ao tratá-la de forma muito indireta e pela recomendação de valoração e contabilização econômica das perdas de capital natural nas contas nacionais assegura Almeida (2012).

Além do destaque para a década ambiental de 1970, o relatório das Nações Unidas intitulado Nossa Comunidade Global (1996) trouxe a preocupação com os recursos do planeta destacando o rápido crescimento demográfico que impactava a segurança ambiental, acumulando-se os indícios de deterioração ecológica causada pela atividade humana: erosão do solo, pastagem com excessos de rebanhos, desertificação, espécie em extinção, desmatamento, poluição do ar e da água, tudo isto relacionado aos problemas das mudanças climáticas, tornando a Terra menos habitável e a vida mais perigosa.

Desta forma Siqueira destaca que, (2012, p. 14):

> A Globalização e a Governança tem influenciado o debate e a concretização de um novo tipo de política pública que outrora se fazia inimaginável, tais como as relativas às mudanças climáticas. A quase totalidade dos países do sistema das Nações Unidas discutiu a questão climática, e signatários ou não da Convenção Quadro sobre Mudança do Clima (CQNUMC) de alguma forma sentirão o impacto das mudanças climáticas. Por isso terão que agir o quanto antes para gerar mecanismos de proteção às suas populações, principalmente as mais vulneráveis. Os Estados signatários devem formular políticas públicas a partir e condizentes com os tratados, convenções e protocolos das Nações Unidas.

Viola *et al.* (2013), destaca em Breitmeier (2006), que há demarcações temporais e eventos "divisores de águas" na formação do Regime de Mudança Climática e que implicam na reestruturação de princípios e normas, de atores líderes ou de expansão significativa no escopo funcional do regime. Os autores segundo Viola *et al.*

demarcaram a pesquisa até 1998, o que resultou em apenas um evento "divisor de águas" em 1997 - o Protocolo de Quioto.

A partir de Gupta (2010), Viola *et al.* (2013), dividem a história do Regime de Mudança Climática em cinco períodos, dentro de um quadro de análise que leva em consideração o conceito de liderança, os principais discurso, temas, atores e resultados. Destaca-se que o paradigma da liderança deve ser considerado como o centro das discussões sobre o futuro do regime. Tal paradigma foi elaborado na declaração de Noordwijk, em 1989, e na segunda Conferência Climática, em 1990, e implica a liderança dos países desenvolvidos para redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e para assistência aos países em desenvolvimento, tanto na adoção de tecnologias que permitissem redução de emissões quanto na adaptação à mudança do clima.

Segundo Viola *et al.* (2013), os períodos são assim estabelecidos: o primeiro período é chamado pré 1990, refere-se ao enquadramento da questão; o segundo de 1991 a 1996, é o de articulação da liderança; o terceiro de 1996 a 2001, é o da liderança condicional; o quarto, de 2002 a 2007, de competição na liderança; e o quinto, de 2008 em diante, o de liderança na crise financeira. Segundo artigo da revista carta capital (2016), dois estudos (Nasa e Oxfam)[24] divulgados recentemente apresentam pontos

[24] A constatação de que o ano passado foi o mais quente já registrado desde 1880, quando os dados começaram a ser levantados, foi feita pela agência espacial norte-americana, a Nasa, e pela Agência Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA). As duas entidades realizaram estudos separados, mas chegaram às mesmas conclusões: a temperatura do planeta ficou, em média, 0,90ºC acima da registrada no século XX e 0,16ºC acima do recorde anterior, registrado em 2014. O outro ponto é o levantamento anual da ONG britânica Oxfam sobre desigualdade e concentração de renda. A organização afirma que, neste ano de 2016, as 37 milhões de pessoas que compõem o 1% mais rico da população mundial terão mais dinheiro do que os outros 99% juntos. Os dois estudos apontados neste artigo possuem o poder de determinar os caminhos da humanidade para um futuro em que as demais questões serão decorrência desses dois fatores, ou seja, o crescimento da desigualdade e mudanças climáticas cada vez mais fortes e persistentes.

aparentemente paralelos, mas que possuem uma terrível e nefasta convergência: 2015 foi o ano mais quente e, ao mesmo tempo, o mais desigual da história. Tal observação converge com o quinto período de crise financeira destacado no estudo dos autores.

Outro fator importante observado por Viola *et al.* (2013) em Gupta (2010) são as ações paralelas de atores subnacionais às negociações formais, com destaque as cidades e autoridades locais com aumento de acordos paralelos às negociações nas Nações Unidas- que, por vezes, apoiam e, noutras vezes, contradizem o foco das negociações sobre o clima. Mas será que os acordos no regime climático têm gerado os resultados que se espera? Uma vez que estão enredados dentro do sistema de produção capitalista posicionados na periferia do sistema, seus efeitos são incertos? Esse é o principal desafio neste estudo, sobre os quais passamos a analisar os atores na Amazônia brasileira.

OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAR AS DECISÕES DO REGIME INTERNACIONAL DO CLIMA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA À LUZ DO SISTEMA- MUNDO

A teoria do sistema- mundo tem se preocupado em demonstrar o *process tracing* do sistema capitalista. Nesse esforço destacam-se os processos de acumulação capitalista distribuídos em quatro fases distintas- do ciclo genovês ao norte americano- suas dimensões espaciais com suas especializações- centro, semiperiferia e a periferia, perfazendo a velha lógica da divisão internacional do trabalho. Esse processo de consolidação do sistema capitalista tem atravessado os últimos quatro séculos. Pela superposição das suas fases Giovanni Arrighi (1996) o chamou de longo século.

Dentro desse desenho do sistema- mundo estabelecido e de acordo com suas premissas, vamos verificando os diversos mecanismos que vão se desenvolvendo a partir dos processos de acumulação, bem como das espacialidades e suas especializações. Quando vislumbramos esse modelo de análise, podemos perceber a chegada de novos desafios ao sistema capitalista. Um desses grandes desafios é fazer convergir os modos de exploração capitalista com o paradigma do meio ambiente.

Ao longo da década de 1970 até aos dias de hoje, organismos internacionais vêm proporcionando esse debate. As Organizações das Nações Unidas (ONU) com a conferência de Estocolmo em 1972 destacando a oposição capital versus natureza e da necessidade de outro modelo que privilegie o desenvolvimento sustentável. Vinte anos depois outra conferência da ONU para o desenvolvimento onde se estabelece vários acordos, tratados e protocolos futuros. A Rio 92 se tornou emblemática quanto à convergência desses dois paradigmas excludentes: a natureza do capital como o grande *Galactus*[25] devorador de mundos e a natureza com seus recursos naturais garantidores de vida com a sua finitude (SENHORAS; MOREIRA, 2008).

Desses encontros, dentro do grande tema meio ambiente, se formou o regime internacional do clima (1992) que estabeleceu a Convenção Quadro sobre Mudança Climática (CQNUC) e o Protocolo de Quioto (1997), os dois mais importantes instrumentos de governança sobre mudanças climáticas. De acordo com a convenção as partes países assumem compromissos climáticos de acordo com o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada. Os países desenvolvidos (historicamente os grandes emissores) compõem o ANEXO I, assumiram os primeiros compromissos com a redução das emissões, enquanto os países em

[25] Personagem fictício do universo Marvel.

desenvolvimento (NÃO ANEXO) não teriam essas responsabilidades de mitigar emissões ficaram de fora desse primeiro período de compromissos. O protocolo de Quioto estabeleceu com base nos princípios da convenção a redução diferenciada de emissões de gases de efeito estufa, no protocolo os países desenvolvidos figuram no ANEXO B, para atingir as metas estabelecidas, há necessidade de esforços econômicos, e nesse sentido foram estabelecidos três mecanismo de flexibilização: o comércio de emissões, a implementação conjunta de projetos e o mecanismo de desenvolvimento limpo. Levando em consideração todo esse arranjo econômico, não nos parece que esteja fora dos processos de acumulação capitalista de acordo com arranjo do sistema- mundo, (BRAUDEL, 1986; ARRIGHI, 1996; WALLERSTEIN, 2001).

Dessa forma fica evidente a divisão norte e sul global; centro e periferia quanto às responsabilidades. Nesse processo de negociação em torno do tratado climático, as metas de mitigação climáticas assumidas ainda são tímidas, o que denota que o centro não abriu mão de sua condição *hegemon*- de fazer e controlar as regras do jogo (STRANGE, 1988), bem como a resistência de transferência de recursos e tecnologia para a periferia do sul global. O contexto desse processo tem se apresentado de forma desnuda nas conferências das partes (Cops) de Berlim à Paris.

Os encontros das Cops se constituem um *lócus* cujas decisões têm apontado para mitigação e a adaptação às mudanças climáticas, mas o balanço dos processos de implementação de políticas de combate às mudanças climáticas parecem tímidas e incrementais, e as regiões das especialidades periféricas são as que mais têm sofrido com os fenômenos climáticos. No Brasil, ator importante no tabuleiro internacional, percebe-se um esforço nas últimas décadas para fazer valer essas decisões. O Estado brasileiro tem procurado criar políticas para frear o desmatamento e as atividades ilegais

principalmente na região amazônica, seu calcanhar de Aquiles. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) que envolve, além de ministérios, instituições de repressão como a polícia federal e o Exército, constitui uma dessas políticas. Segundo o relatório da terceira fase, o PPCDAm é um dos mecanismos que o Governo Brasileiro adotou para contribuir no compromisso nacional voluntário em reduzir as emissões de gases de efeito estufa, conforme Art. 12 da Lei nº 12.187/2009.

Outros atores importantes tem se esforçado em combater as mudanças climáticas na Amazônia brasileira- os governos subnacionais têm competências legislativas e administrativas sobre matéria ambiental e políticas sociais, cabendo, portanto, a esses governos a definição de políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável da região onde governam. Soma-se a esse ponto o fato de que as iniciativas dos governos subnacionais no combate às mudanças climáticas globais têm ampliado os resultados da governança ambiental (REI *et al.*, 2012). Ainda segundo Rei, em alguns casos essas iniciativas somam-se aos esforços nacionais e internacionais de enfrentamento do problema, contribuindo para que os Estados cumpram com compromissos internacionalmente assumidos. Em outros casos, as ações subnacionais resultam em efetivas reduções de gases de efeito estufa (GEE), apesar da inércia dos governos nacionais. De qualquer forma, essas iniciativas acabam exercendo uma influência estratégica nas negociações internacionais do regime climático, uma vez que funcionam como elemento de pressão (e constrangimento) para que os Estados avancem em seus compromissos e estejam abertos a novos esforços multilaterais.

Siqueira (2012) em estudos sobre as políticas públicas subnacionais (governos estaduais) na Amazônia brasileira, destacam-se os fóruns e as políticas estaduais sobre mudanças climáticas. Assim, verifica-se algum tipo de iniciativa nos estados

amazônicos, com fóruns no Amazonas, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia[26] e Maranhão; lei estadual e projeto de lei no estado do Acre e Amapá, respectivamente. Isso demonstra que há uma preocupação evidente de consolidação dessa política. Alguns estados estabeleceram padrão de organização diferenciado, como é o caso do Amazonas, com fundo estadual de investimento e captação de recursos e programa de transferência de renda (programa Bolsa Floresta).

Percebe-se que essas iniciativas começaram a tomar corpo a partir dos últimos dez anos, com estágios e resultados diferentes de implementação. Se comparadas à trajetória do modelo e, consequentemente, às atividades legais que geram divisas e também impactos, somados àquelas consideradas criminosas, não se pode vislumbrar um futuro estável para esta região, mesmo com o esforço em institucionalizar políticas com vista à mitigação e a adaptação às mudanças climáticas, não por parte dessas unidades subnacionais.

O desafio posto ao conjunto dos governos estaduais amazônicos é, conforme determina o regime climático internacional, fazer convergir as políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com as atividades que ocorrem em seus territórios que, em grande medida, impactam fortemente o meio ambiente, principalmente: a mineração; produção de energia em larga escala, como as hidroelétricas, e; atividades madeireiras. Todas estas atividades geram grande lastro de recursos (*royalties*) e, desta forma, mantém o orçamento destes governos.

A implementação dessas políticas climáticas, não parecem enraizadas no cotidiano da sociedade amazônica e, se comparada com os subsídios dados às atividades econômicas elencadas, parece que não produzirão o efeito desejado, nem no curto, tampouco no

[26] Disponível em: <http://forumempresarialpeloclima.ethos.org.br>. Acesso em: 17/06/2021.

longo prazo, se seguirmos a trajetória do modelo de desenvolvimento dentro do espectro centro-semiperiferia- periferia do capital (WALLERSTEIN, 2001).

Esse horizonte parece que está cada vez mais distante. Um conjunto altamente relevante de eventos recentes parece provar esta tendência de baixo compromisso com a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, conforme podemos verificar:

> a) o subsídio dado pelo governo do Pará à cadeia do alumínio, controlada pela empresa norueguesa Norsk Hydro[27], feita através da Resolução N° 014, de 10 de julho de 2015. Contra este conglomerado pesam acusações de forte contaminação de rios, igarapés, populações locais e quilombolas e, sendo alvo de ação civil pública levada a cabo pelo Ministério Público Federal (MPF), aplicação de multa de 17 milhões de reais dada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além de responder desde 2012 a 5.300 processos judiciais (PARÁ, 2015; NETO; MPF, 2017);
>
> b) autorização para exploração mineral numa grande área nos estado do Pará e Amapá, autorizada através da portaria nº 128 de 30 de março de 2017 do Ministério de Minas e Energia (MME) que determinou a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) (MME, 2017);
>
> c) exploração de petróleo na bacia do foz do rio amazonas, no Amapá, por um consórcio de empresas

[27] Os principais acionistas são o Estado norueguês, com 34,3 por cento, a companhia de mineração Vale, com 22 por cento, o fundo de aposentadoria do governo da Noruega com 4,2 por cento, outros acionistas majoritários são bancos e participantes do setor industrial na Noruega, EUA e no Reino Unido. Fonte: Hydro. Disponível em: <http://www.hydro.com>. Acesso em: 17/06/2021.

> que envolve a francesa Total, a Britânica BP e a Petrobrás (NOGUEIRA, 2015);
>
> d) medidas provisórias nº 756 e 758, que autorizam redução de grande área de preservação ambiental no Pará, a floresta Nacional do Jamanxim, em 486 mil hectares, rebaixando para área de proteção ambiental (APA) onde são permitidos atividades de pecuária e mineração, além da MP nº 759, que versa sobre a mercantilização de terras inclusive para estrangeiros, embora as duas primeiras MPs estejam paralisadas, tramita o projeto de lei/ 8107/17 na Câmara dos Deputados em regime de urgência que mantém os mesmos objetivos dessas medidas provisórias, ou seja, reduzir a flona Jamanxim (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017);
>
> e) a baixa efetividade do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em coibir desmatamentos e queimadas em propriedades rurais (IPAM, 2017).

Desta forma os fatos deixam claro que, apesar dos esforços de contenção de queimadas, desmatamentos e outras atividades predatórias na Amazônia, com estabelecimentos de diversos mecanismos de controle tanto federal como estaduais, percebe-se uma tendência de afrouxamento de toda legislação de proteção ambiental na Amazônia legal, seja pelos interesses dos grupos de pressão junto aos tomadores de decisão, seja por ineficiência da burocracia da administração pública. Porém, o que se conserva de maneira clara é o continuum de desmatamento. Esse conjunto, sem sombra de dúvida, repercute no ambiente da cooperação internacional desconstruindo o protagonismo do Brasil no nível internacional e doméstico, fazendo-o, neste momento, um ator de baixa confiança.

Assim, Galvão e Nascimento (2014) afirmam que o grande desafio político na Amazônia reside no fortalecimento das

instituições locais para o crescimento da governança democrática. Esta poderá dar respostas concretas a esses desafios, garantindo, dessa forma, estabilidade política, uma melhor representação e melhoria do controle público, três atributos primordiais da democracia. Acreditamos que a Agenda Ambiental, tão importante para o desenvolvimento sustentável, possa ser o grande catalisador para a construção dessa governança, sobretudo para as municipalidades amazônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde Braudel (1986) com esmiuçar dos cotidianos econômicos das grandes cidades do ocidente e do não ocidente (Sec. XV-XVIII), estudiosos do sistema-mundo tem se debruçado para compreender os rastros históricos do sistema capitalista, cuja principal dimensão reside na acumulação. Segundo Wallerstein (2005) a economia capitalista tem sido a economia do sistema-mundo. Nessa perspectiva Giovanni Arrighi (1996) aponta para quatro ciclos de acumulação que caracterizaram o longo século XX. Cada estágio com sua dinâmica própria que se entrelaça e suplanta os demais ciclos anteriores. Wallerstein (2001) diz que no desenrolar desse sistema econômico que acima de tudo também é social, se afirmarão zonas de acumulação que alimentarão o sistema capitalista. Desta forma segundo este autor tem-se um centro, uma semiperiferia e a histórica periferia, cada qual desempenhando atividades específicas de reprodução do capital e, segundo Myrdal (1968) o padrão estabelecido por essa dinâmica também se reproduz dentro dos Estados nacionais, aprofundando ainda mais as desigualdades entre regiões.

Dentro desta visão centro-periferia do sistema capitalista, no avançar da modernidade apresentam-se desafios não tão novos,

como a preservação ambiental e consequentemente a construção de mecanismos multilaterais com vista à harmonização capital e natureza. No Sistema Internacional de Estados esses mecanismos são os Regimes internacionais que operam com diversos temas e agendas. Robert Gilpin (2002) e Susan Strange (1988) dizem que esses mecanismos são sustentados e controlados pelo que chamam de estabilidade hegemônica e poder estrutural, perspectivas centrais dentro do processo de desenvolvimento do sistema capitalista. O regime climático e seu processo decisório parece não fugir a esse fino arranjo do sistema capitalista, que assim percorrem a periferia de Wallesrstein (2001) e os processos de acumulação de Arrighi (1986).

Quando o regime climático enquadra os Estados Nações, vislumbram-se dois grupos distintos, as nações de capitalismo avançado (centro), nações semiperiféricas e periféricas do sistema capitalista, que de acordo com a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas e o Protocolo de Quioto tem responsabilidades diferenciadas. Mas essa divisão dentro do regime climático não afeta os papéis previamente estabelecidos pela economia-mundo- de centro e periferia.

No regime internacional do clima, o Brasil tem se destacado na construção e institucionalização de políticas de combate às mudanças climáticas, tanto no nível nacional, quanto no nível subnacional dos governos estaduais e de cidades – com a criação do Fórum Brasileiro sobre Mudanças Climáticas (FBMC), do Painel Brasileiro do Clima (PBMC), do programa de combate ao desmatamento da Amazônia (PPCDAm) –, bem como implementação dos fóruns estaduais e leis estaduais. No entanto, embora essas ações criem as necessárias institucionalidades, parecem um tanto paliativas, uma vez que não impactaram e nem implicaram na mudança da base produtiva das unidades políticas da Amazônia brasileira, ainda centrada na mineração, na produção de

energia a partir de grandes construções hidrelétricas, extração de madeira e outras atividades que geram grande impacto ambiental, corroborando e reafirmando seu papel de periferia do sistema, uma vez que cumpre o papel de produtora de matéria-prima, enquadrando-se dentro do modelo econômico do sistema-mundo.

As últimas decisões tomadas pelo governo brasileiro e governos estaduais da Amazônia corroboram com esse estado de coisas. Ao afrouxarem o controle institucional e de *accountability* permitindo o avanço de atividades predatórias, percebe-se uma tendência para um jogo de soma zero quando comparamos os compromissos assumidos dentro regime internacional do clima e o comportamento dos governos nacional, subnacional em beneficiar o grande capital, principalmente os governos amazônicos.

É dentro desse padrão do sistema- mundo, e no melhor estilo de Wallerstein (2001), de mero produtor e exportador de matéria-prima, do axioma dos ciclos de acumulação capitalista, que Arrighi (1996) usou para nomear sua obra, o longo século XX, que o conjunto da sociedade tem a esperança que a governança climática se efetive, que possa contribuir para construir um novo padrão de sustentabilidade, o que dependerá de uma democracia robusta, e de um Estado que respeite os anseios da sociedade. Porém pela análise do comportamento do capitalismo enquanto sistema social histórico dominante, destacado por Braudel (1986), Arrighi (1996) e Wallerstein (2001), parece que essa esperança não se enquadra na engenharia dos ciclos de acumulação capitalista. O padrão que descortinamos nesse estudo parece, pelo contrário, obedecer ao *modus operandi* do longo século XX e sua lei de ferro de acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. "Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações". **Estudos avançados**, vol. 26, n. 74, 2012.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.

BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**. Lisboa: Editora Teorema, 1986.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 8107/2017**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 14/07/2017.

CHANG, H. J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

FRIEDEN, J. **Capitalismo global**: história econômica e política do século XX. Rio de janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

GALVÃO, J.; NASCIMENTO, D. "A agenda ambiental nos planos de governo dos candidatos a prefeito das capitais da Amazônia Legal nas eleições de 2012". *In*: BAHIA, M. C.; NASCIMENTO, D. M. (orgs.). **Estado, sistemas produtivos e populações tradicionais**. Belém: Editora NAEA, 2014.

GILPIN, R. **A economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

IPAM - Instituto de Pesquisa da Amazônia. "CAR é insuficiente para coibir o desmatamento e estimular a regularização". **Portal**

Eletrônico do IPAM [2017]. Disponível em: <http://ipam.org.br>. Acesso em: 03/07/2017.

KRASNER, S. "Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: regimes como variáveis intervenientes". **Revista Sociologia Política**, vol. 20, n. 42, 2012.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)**: 3ª fase (2012-2015) pelo uso sustentável e conservação da Floresta. Brasília: MMA, 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 14/05/2017.

MME - Ministério de Minas e Energia. **Portaria no 128, de 30 de março de 2017**. Brasília: MME, 2017. Disponível em: <http://www.mme.gov.br>. Acesso em: 11/04/2017.

MPF - Ministério Público Federal. **Inquérito Civil Público nº 1.23.000.000661/2015-70**. Brasília: MPF, 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br>. Acesso em: 02/07/2017.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Salvador: Editora Sagga, 1968.

NETO, M. "Hydro não pagará R$7,5 bilhões em impostos". **Portal Eletrônico do Diário on line** [15/01/2017]. Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br>. Acesso em: 15/01/2017.

NOGUEIRA, M. "Nova era do petróleo na Foz do Amazonas dispara alerta por ameaça a ecossistemas". **Portal Eletrônico Reuters**

Brasil [12/05/2015]. Disponível em: <http://br.reuters.com>. Acesso em: 12/05/2017.

OLIVEIRA, A. **Políticas Ambientais e Desenvolvimento Regional**: a perspectiva do pensamento institucionalista evolucionário (Tese de Doutorado em Economia). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

PECEQUILO, C. **Teoria das relações internacionais**: o mapa do caminho- estudo e prática. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016.

REI, F.; SETZER, J.; CUNHA, K. "A Rio+20 e o quadro institucional pelo desenvolvimento sustentável: o papel dos governos subnacionais na governança ambiental global". **Revista de Direito Internacional**, vol. 09, n. 03, 2012.

RUGGIE, J. "Epistemology, ontology, and the study of international regimes". *In*: RUGGIE, J. G. **Constructing the World Polity**: Essays on International Institutionalization. London: Routledge, 1998.

SEFA/PA - Secretaria da Fazenda no Pará. **Resolução nº 014, de 10 de julho de 2015**. Brasília: SEFA/PA, 2015. Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br>. Acesso em: 07/07/2017.

SEFA/PA - Secretaria da Fazenda no Pará. **Resolução nº 020, de 20 de agosto de 2015**. Brasília: SEFA/PA, 2015. Disponível em: <http://www.sefa.pa.gov.br>. Acesso em: 07/07/2017.

SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. A. "Fundamentos Normativos para uma Geopolítica Ambiental nas Relações Internacionais". **Anais do 1º SIMPGEO/SP**. Rio Claro: UNESP, 2008.

SIQUEIRA, C. **Do Global ao Nacional**: a gênese da governança e das políticas públicas sobre mudança do clima no Brasil- (1992-2012) (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Pará: UFPA, 2012.

SOUZA, M. "Governo abre reserva de ouro na Amazônia". **Portal Eletrônico Valor Econômico** [11/04/2017]. Disponível em: <http://www.valor.com.br>. Acesso em: 13/05/2017.

STRANGE, S. **States and Markets.** Londres: Pinter, 1988.

VALE, P M. **Economia das Mudanças Climáticas**: uma avaliação dos principais modelos (Dissertação de Mestrado em Economia). Campinas: UNICAMP, 2010.

VIOLA, E. "Brasil na Governança Global do Clima, 2005-2012: A Luta entre Conservadores e Reformistas". **Contexto Internacional**, vol. 35, n. 1, 2013.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de Sistema - Mundo**: uma introdución. México: Siglo XXI, 2005.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

CAPÍTULO 3

O aumento do desmatamento na Amazônia Legal: Crítica a partir da atuação do Estado e da racionalidade neoliberal

O AUMENTO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL: CRÍTICA A PARTIR DA ATUAÇÃO DO ESTADO E DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Nírvia Ravena de Souza

Tienay Picanço da Costa Silva

O presente capítulo objetiva analisar o aumento do desmatamento na Amazônia Legal, a partir da atuação do Estado e da consolidação do neoliberalismo enquanto racionalidade. Com base no aporte bibliográfico e documental e no aumento do desmatamento ocorrido durante os primeiros 18 meses de gestão do presidente Jair Bolsonaro, esta crítica assume a existência de dispositivos disciplinares voltados à concorrência e à valorização da esfera privada, ambas favoráveis aos interesses do mercado e, consequentemente, à degradação ambiental. Assim sendo, a intensificação do processo de desmonte das políticas ambientais sofrido entre os meses de janeiro de 2019 e julho de 2020 é entendido enquanto um retrocesso, cujos vetores se ligam à coalização entre o Estado neoliberal e as grandes corporações, representada pela simbiose entre gestores públicos e ruralistas. A agenda ambiental brasileira segue, portanto, militarizada e instrumentalizada pelos interesses essencialmente concorrenciais e economicistas, ratificando a insustentabilidade dos ideais ambientais e os padrões valorativos e comportamentais que constituem o Capital e o histórico de colonização, ocupação e desenvolvimento da Amazônia.

As pressões ambientais internacionais sobre a Amazônia e os planos desenvolvimentistas do Brasil estão contraditoriamente atrelados à preservação dos recursos naturais e à atração e (re) produção do capital. A flexibilização da atuação dos Estados frente aos interesses da economia global desencadeia uma crise ambiental

capaz de se retroalimentar através de políticas governamentais, orientadas sob os padrões valorativos e comportamentais do neoliberalismo.

É diante deste panorama, e com base em aportes bibliográficos e documentais, que o presente capítulo objetiva discutir o aumento do desmatamento na Amazônia Legal, a partir da crítica à atuação do Estado e da consolidação do neoliberalismo enquanto racionalidade. Apesar da continuidade entre os governos civis e militares, no referente à exploração dos recursos ambientais da região amazônica, o aumento do desmatamento e a intensificação do desmonte das políticas ambientais entre os anos de 2019 e 2020 merecem destaque, não somente pelo alcance midiático das polêmicas geradas pelo governo, mas também pelas rupturas político diplomáticas que possam estar sendo geradas e pelos retrocessos impostos ao Brasil e às comunidades e populações amazônicas, justamente em um momento de vulnerabilidade inédita, por conta da pandemia da COVID-19 (SENHORAS, 2020).

Deste modo, atentando à degradação ambiental ocorrida durante os primeiros 18 meses de gestão do presidente Jair Bolsonaro e assumindo a existência de dispositivos disciplinares voltados à concorrência e à valorização da esfera privada (favoráveis, ao mesmo tempo, à degradação ambiental e aos interesses do mercado), este capítulo se divide em 04 tópicos: o tópico 01, voltado à compreensão da racionalidade neoliberal e da atuação do Estado; o tópico 02, no qual a insustentabilidade ambiental frente ao capital é defendida; o tópico 03, especificamente direcionado ao desmatamento e à crise ambiental na Amazônia; e por fim, o tópico 04, destinado à ratificação do retrocesso da gestão ambiental sob o governo de Jair Bolsonaro e o forte alinhamento entre a gestão pública e o setor ruralista.

A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A ATUAÇÃO DO ESTADO

A análise das políticas ambientais governamentais destinadas à Amazônia pressupõe a compreensão do neoliberalismo enquanto um novo modelo de regulação em escala global (DARDOT; LAVAL, 2016), capaz de dirigir a política, a economia e a cultura do sistema mundial, direcionando o modo com que os homens interagem e afetam a natureza (HEYNEN; ROBBINS, 2005). Nesse sentido, "a grande virada" responsável pela instauração do modelo neoliberal deve ser entendida não somente como uma luta ideológica (contrária ao Estado de bem estar social), mas como a ampliação e codificação de um modelo disciplinar capaz de impor o neoliberalismo enquanto "racionalidade geral" (DARDOT; LAVAL, 2016), responsável pela uniformização de condutas, mesmo a partir da crença ilusória de livre escolha.

Sob esta perspectiva, a racionalidade neoliberal fundamenta-se no pensamento concorrencial e, consequentemente, eleva a valorização e apropriação do público pelo privado. O avanço do capital, a capilarização do neoliberalismo e o agravamento da crise ambiental na Amazônia formam uma intrínseca relação, fortalecendo o argumento de que o desafio ambiental tende a ser apropriado por uma perspectiva essencialmente econômico-financeira (PORTO-GONÇALVES, 2012), pela qual o Estado e os demais atores políticos se articulam em prol da manutenção dos seus respectivos interesses.

Diante deste arranjo, qual o lugar ocupado pelo Estado? Qual a responsabilidade do Brasil diante do aumento do desmatamento e do agravamento da crise ambiental na Amazônia? É preciso ressaltar que os agentes nacionais e transnacionais redimensionaram a soberania Estatal nas últimas décadas; a revolução tecnológica e a

globalização neoliberal, sob a égide do capitalismo financeiro, afetam o poder e o controle do Estado, mas jamais o anulam. Portanto, em um sistema interdependente, o Estado não é isento e nem pode ser interpretado a partir da condição de passividade diante das forças não governamentais que o pressionam, incluindo as forças do mercado.

Embora o Estado se torne mais um, dentre os agentes operantes do sistemas político e econômico, a sua ação se mantem ativa e juridicamente diferenciada diante das forças mercadológicas; é através da desregulamentação e da liberalização dos mercados, ou de acordos internacionais de livre-comércio, que os Estados permitem que a globalização financeira e o comércio internacional sejam fortalecidos (MATIAS, 2005). Os agentes econômicos, por sua vez, dependem da infraestrutura política e jurídica do Estado, fato que sugere a desconstrução da ideia de "passividade governamental" e "desobrigação do Estado", confrontando o mito do mercado autorregulador, fortemente retomado pela ideologia neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). Logo, diante do neoliberalismo, o Estado não está "ausente", muito pelo contrário, segue redimensionando seu campo de ação, atraindo investimentos, e flexibilizando condições legais, fiscais e sociais para o desenvolvimento do capital.

É nesse sentido que o "compromisso neoliberal" tem caráter político disciplinar e dá-se ao governo o papel de "guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais" e "vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio oficioso de grandes oligopólios" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191); pode-se dizer, portanto, que as fronteiras entre as ações do Estado e do Mercado estão cada vez mais fluidas. Ao longo do século XX, a ascensão do modelo intervencionista do *welfare-state* se encaixou em um momento no qual se reconhecia o mercado enquanto um importante mecanismo sinalizador da economia, capaz de orientar os

investimentos com eficiência, porém, em um horizonte temporal curto e estritamente econômico-empresarial, sendo incapaz de lidar com estratégias envolvidas no planejamento de médio e longo prazo (BUARQUE, 2008), o que ratificava as responsabilidades e capacidades da gestão do Estado; por sua vez, o desmantelamento da era intervencionista marcou a ascensão da era neoliberal, a partir de uma inversão valorativa e comportamental dos agentes políticos e econômicos.

Deste modo, o século passado presenciou movimentos de valorização e de limitação das crenças depositadas nas capacidades do Estado e do mercado em amenizarem as violências e os conflitos causados pelo capitalismo. Nas últimas décadas, os governos neoliberais têm investido na construção de arranjos institucionais mais ou menos favoráveis à soberania dos mercados, mesmo que para isso seja necessária a flexibilização da soberania nacional; uma vez instaurado o modelo Neoliberal no Brasil (ainda no início da década de 1990), os vínculos entre o Estado e as corporações se tornam suficientemente estreitos para sustentar a hipótese de que estaríamos vivendo uma nova fase do Capitalismo de Estado: a do "Estado-Corporação", um modelo estatal com maior capacidade e disponibilidade para atender às pressões do mercado (MARQUES, 2018), satisfazendo, assim, os interesses do capital.

A evolução do capital não ocorre homogeneamente, o que nos faz supor que o estabelecimento deste "Estado-corporação" no Brasil pode apresentar particularidades. Se as condições e os desdobramentos da difusão da razão neoliberal apresentada por Dardot e Laval (2016) dependem de construções ideológicas e institucionais, flexíveis nas subjetividades do tempo e do espaço, é necessária a reflexão do modo com que esta racionalidade se faz presente na construção do Estado Brasileiro, e mais especificamente, na construção das políticas de desenvolvimento direcionadas à região Amazônica.

As privatizações, as aberturas de mercados e os explícitos incentivos empresariais concedidos pelo Estado serviram para atrair capital e empreendedores para diversos setores da economia, e, consequentemente, favoreceram a migração de grupos em direção à fronteira econômica que se expandia na Amazônia (CASTRO, 2001). Neste ínterim, a atuação do Estado brasileiro através de suas políticas desenvolvimentistas seguiu ambígua, acirrando as contradições no território Amazônico, na medida em que os programas pensados para a região potencializam, ao mesmo tempo, o crescimento econômico e as desigualdades sociais (CASTRO, 2001).

A atuação do Estado Brasileiro na Amazônia gera o "desenvolvimento" proposto pela visão crítica de Porto-Gonçalves (2015), causador de desintegração espacial e sociocultural e do acirramento de conflitos ambientais. Os grandes projetos de infraestrutura e a dinâmica de "integração" da Amazônia às demais regiões serviu bem mais para assegurar a soberania nacional sobre o território Amazônico e os planos econômicos no Brasil, do que para validar e salvaguardar a biodiversidade e os direitos das populações da região. Esta postura governamental (repetida em diferentes tempos históricos) se faz presente hoje, sob a égide do neoliberalismo e do capitalismo financeiro.

O fortalecimento do capitalismo financeiro está naturalmente acompanhado de consequências sociais, dentre elas, Dardot e Laval (2016) destacam a concentração de renda e patrimônio, cuja aceleração se deve: a financeirização da economia; a deflação salarial e o aumento do poder dos detentores dos capitais; ao acirramento da competitividade entre as forças de trabalho em escala mundial; e ainda, a "capitalização da vida individual"[28]. Estas

[28] A "Capitalização da vida humana" trata-se de uma consequência subjetiva do capitalismo financeiro que, segundo Dardot e Laval (2016, p. 201) ocorre no momento em que "cada

consequências assolam fortemente o Brasil e os estados amazônicos, em uma espécie de "ecocídio cíclico", legitimado pelas ações estatais.

A INSUSTENTABILIDADE DOS IDEAIS AMBIENTAIS FRENTE AO CAPITAL

Os postulados de sustentabilidade procuram "assegurar a permanência e continuidade a médio e longo prazo dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente" (BUARQUE, 2008, p. 15). A partir deste discurso de equilíbrio (entre os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais) o ambientalismo e os ideais sustentáveis ganham ainda mais poder nas esferas políticas, primeiro, por despontarem enquanto uma alternativa a visões clássicas de sistemas capitalistas de vida, em um momento de retirada relativa, tanto simbólica, quanto concreta, do marxismo e do "socialismo real" (RIBEIRO, 1991) e, ainda, por serem o "caminho universalmente desejável", legitimado pelas ex-metrópoles, economicamente desenvolvidas e propulsoras das dinâmicas de exploração e degradação ambiental que sustentam o capital.

No entanto, há de se considerar a tese levantada por Marques (2018), de que o capitalismo é insustentável em termos ambientais e que acreditar na capacidade de "educá-lo" para a sustentabilidade, consiste na mais extraviadora ilusão do pensamento político, social e econômico na contemporaneidade. O fato é que o estabelecimento da propriedade privada e alocação dos recursos em prol do lucro fazem da sociedade de mercado uma realidade inóspita a qualquer

sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se".

relação que busque ressignificar a relação entre a humanidade e natureza.

No sistema de mercado que direciona as sociedades contemporâneas, todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa, qualquer que seja a fonte da renda da pessoa, essa depende da venda de algo, nem que seja da força de trabalho. Como afirma Karl Polanyi (2000), o fortalecimento da dinâmica industrial e a afirmação da sociedade de mercado são responsáveis pela transformação daquilo que é a substancia natural humana (natureza e homem) da sociedade em mercadoria, logo, a natureza é objetificada e transacionada no mercado visando lucro.

Assim sendo, as possiblidades de exploração da natureza seguem intensificadas, uma vez, pois, que a própria revolução técnica transforma o poder de manipulação da matéria, aumentando os domínios sobre a condução da sociedade e do ambiente e desorganizando as relações humanas (PORTO-GONÇALVES, 2015); sob tais condições, dificulta-se o estabelecimento de um sistema produtivo que não fortaleça as engrenagens socialmente destrutivas daquilo que Polanyi (2000) chamou de moinho satânico[29].

Se o capitalismo se sustenta graças ao fluxo assimétrico de matérias primas e à desigualdade de capacidades produtivas, o discurso da sustentabilidade ambiental precisou se adaptar às demandas do mercado, forjando a ideia de livre concorrência e de compartilhamento de proveitos via compensação. Fortalecem-se, portanto, a economia verde e o mercado de carbono, tratando a

[29] Polanyi (2000), na segunda parte da obra "A grande transformação", se atém a descrever a ascensão e queda da economia de mercado, utilizando-se da expressão "moinhos satânicos" para destacar as condições sociais da revolução industrial como um verdadeiro abismo de degradação humana. Observando o cenário da Inglaterra, Polanyi (2000, p. 58) descreve: "a gente do campo se desumanizava em habitantes de favelas; a família estava no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente sob montes de escória e refugos vomitados pelos "moinhos satânicos".

estabilidade climática da terra enquanto uma mercadoria quantificável, leiloada e concedida a empresas privadas e outros poluidores, dentro de uma relação "custo-benefício" via mecanismos de mercado (LOHMANN, 2016).

De modo simplificado, o investimento da maioria dos governos tem sido direcionado ao aumento da lucratividade da floresta em pé, afim de evitar que ela seja derrubada. No entanto, desconstruir os padrões produtivos exploratórios depende da reestruturação das condições de acesso e uso dos recursos naturais, os quais são altamente desiguais. Assumir esta desigualdade denota a legitimidade da construção teórica do "imperialismo ecológico", cujo interesse repousa nas dinâmicas desiguais de poder e na dependência de uma divisão hierárquica do trabalho no sistema-mundo moderno-colonial, resultante do colonialismo e de processos desiguais de desenvolvimento (FRAME, 2015).

O cenário aqui disposto aponta para a insuficiência do neoliberalismo e do paradigma da sustentabilidade em contornar a crise ambiental global e, se em alguns países, os processos de abertura de mercados e de atração de investidores internacionais possam ser melhor sucedidos, no Brasil (e especialmente na Amazônia), tais processos se puseram enquanto saídas frustradas diante da necessidade de enfrentamento dos problemas econômicos emergentes. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2015) assinala que a financeirização generalizada (própria do atual estágio do capital) coexiste com a elevação da produção material, e embora o aumento da produtividade até possa gerar benefícios econômicos, este se dá através da geração de mais prejuízos ambientais e sociais; é como se estivéssemos tentando "curar a ferida com o próprio veneno".

Ainda sob esta perspectiva, Porto-Gonçalves (2015) assinala que no livre comércio, o desejável é a circulação de proveitos e não de rejeitos, ficando estes últimos fixados em um determinado lugar, em benefício daqueles que estão "fora". Deste modo, dentre as

contraditoriedades da dinâmica do mercado diante da questão ambiental, está o fato da livre circulação de bens e mercadorias não ser capaz de estender sua lógica aos custos ambientais derivados dos processos produtivos, fazendo com que determinados agentes hegemônicos lucrem com a operacionalização de práticas que beneficiam os seus territórios, através da dominação dos que possam ser considerados entraves ao desenvolvimento, ou, do silenciamento daqueles que são sumariamente excluídos desse processo.

No caso da Amazônia, é imprescindível lembrarmos quais grupos estão sendo responsáveis pelo descontrole da degradação ambiental, e, consequentemente, pelo silenciamento e exclusão sumária de comunidade e populações tradicionais. Lembremos, portanto, do "impressionante crescimento do poder político dos ruralistas, uma coalizão de latifundiários produtores de soja e outros atores da economia" (FEARNSIDE, 2020, p. 364), ávidos pela expansão dos grandes projetos de infra-estrutura direcionados à Amazônia, vendidos em nome no progresso e da modernização.

De acordo com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), em julho de 2020, a maioria (59%) do desmatamento ocorreu em áreas privadas ou sob diversos estágios de posse (FONSECA *et al.*, 2020), logo, o desmatamento em assentamentos ou em terras indígenas é fortemente inferior àqueles detectados nas grandes propriedades ligadas ao agronegócio. Apesar dos dados apresentados, "a especulação de terras e os incentivos financeiros do governo tem acrescentado à rentabilidade de derrubar floresta para pasto, até mesmo quando a produção de carne de boi é desprezível" (FEARNSIDE, 2020, p. 88). Não surpreende, portanto, as informações do último censo agropecuário que revelam os 51 milhões de hectares destinados a pastos plantados na Amazônia (IBGE, 2017).

Entre 1990 e 2003, o rebanho bovino na Amazônia aumentou de 26,6 milhões para 64 milhões de cabeças, o que representou uma

taxa de 140% de ampliação da criação. Em 2017, foi atingida a marca de 172, 7 milhões de cabeças (IBGE, 2005; 2017). Recentemente, o estudo intitulado "As maçãs podres do agronegócio brasileiro", organizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), afirmou que a União Europeia importa do Brasil cerca de 190 mil toneladas de carne bovina por ano, além disso, a pesquisa sinalizou que pelo menos uma em cada oito das 4,1 milhões de cabeças negociadas em matadouros, advém de propriedades ligadas ao desmatamento ilegal (RAJÃO *et al.*, 2020).

Com o fortalecimento da coalizão entre o governo, os agentes econômicos e a bancada ruralista, as expectativas de expansão do agronegócio sob o afrouxamento das fiscalizações não poderiam ser melhores. Apesar dos antagonismos político-partidários, há um consenso: a natureza não passa de um subsistema da economia (MARQUES, 2018). Diante das pressões do mercado e das concessões políticas e econômicas por parte do Estado, a Agenda ambiental brasileira segue instrumentalizada pelos interesses do agronegócio, enquanto que os estados Amazônicos servem de palco para o desmatamento, visto como tragédia naturalizada e necessária ao crescimento econômico do país.

A CRISE AMBIENTAL E O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

As análises da crise ambiental na Amazônia brasileira não devem consistir apenas na elaboração de projeções ambientais, e sim, no reconhecimento do fato de que, no presente, estamos vivendo uma sobreposição de colapsos na região, cuja superação depende da reestruturação de arranjos ideológicos, políticos e econômicos. Nesse sentido, Marques (2018, p. 67) assume que as crises ambientais, de modo geral, estão "produzindo rupturas nos

equilíbrios físicos, químicos e biológicos sobre os quais se alicerça a teia da vida", o que corrobora para que os impactos diretos e indiretos da deterioração dos recursos naturais recaiam sobre as sociedades.

No entanto, os impactos da crise ambiental não são indiscriminados ou homogêneos e, no caso da Amazônia Legal, devemos assumir recortes históricos e territoriais para que, a partir das dinâmicas de ocupação e exploração dos territórios, possam ser elucidadas as peças que movem a grande engrenagem que destrói a floresta amazônica e acirra os conflitos em torno dos recursos naturais; engrenagem esta, capitalista, sustentada economicamente e institucionalmente pelos agentes responsáveis pelo progresso e desenvolvimento, fundamentais à consolidação da modernidade.

A história de ocupação e exploração do território amazônico se constrói sobre bases assimétricas de poder, e com o deslocamento da hegemonia do capital comercial para o capital financeiro e industrial ocorrido na região a partir dos anos de 1960 (PORTO-GONÇALVES, 2015), os processos de violência e exclusão foram intensificados e reorientados, sob a lógica concorrencial do mercado. Assim sendo, desde os anos de 1960 e especialmente a partir da construção da Belém-Brasília, a expansão da fronteira econômica na Amazônia estruturou-se politicamente de modo a permitir a integração do mercado nacional[30] e acumulação do capital (CASTRO, 2001), e a acelerar a inserção de investidores nacionais e transnacionais na região.

Nesse sentido, a crise ambiental e a insustentável utilização dos recursos naturais surgem de uma estrutura mercantil, escravagista, colonial e evolucionista, que não somente construiu um

[30] Os prejuízos (ambientais, econômicos e sociais) à Amazônia, decorrentes das estratégias de integração de mercados, ocorrem em função desta integração estar atrelada à capacidade de trocas e ao poder de negociação de cada país em face de seus recursos e territórios (CASTRO, 2001).

fosso entre os povos (do ponto de vista racial, econômico e social), mas também, entre os modos de pensar a natureza, sua importância e utilização. Cabe aqui ratificar a afirmação de Porto-Gonçalves (2018, p. 23) de que "o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens"; se cada sociedade é responsável por construir seu padrão de produção material e sua interação com a natureza, certamente, o modelo ocidental e colonizador de interação com o meio ambiente não enxergou outro caminho senão a transformação em mercadoria, a expropriação e acumulação.

No caso da Amazônia legal, os fluxos migratórios e os programas de colonização para a região sempre estiveram, portanto, subordinados aos planos economicistas do Brasil e orientados pelo desejo de exploração e lucro. Nesse sentido, "a expansão das frentes pioneiras em direção à floresta tropical saltava aos olhos das elites nacionais, interessadas na abertura de novos territórios de recursos e oportunidades" (CASTRO; CAMPOS, 2015, p. 28), fato que segue inalterado, mesmo com o relativo avanço das políticas ambientais no Brasil.

Assim sendo, a realidade da Amazônia enquanto fronteira de exploração segue transpondo décadas e se readaptando, em um processo de retroalimentação junto ao avanço do capital. Da era mercantil ao capitalismo financeiro, a região atravessou diferentes ciclos econômicos, os quais mantêm, em maiores ou menores proporções, os padrões destrutivos sobre a floresta. Destaca-se, aqui, a economia extrativista voltada a produção de commodities - especialmente a pecuária, as monoculturas e a mineração - duramente responsável pelo desmatamento da região e representativa do momento de transição do século XX para o século XXI.

No Pará, estado com maior índice de desmatamento da Amazônia Legal[31], o setor minero-metalúrgico corresponde a mais de 70% da produção industrial, enquanto a agroindústria animal e vegetal representa outros 20% (CASTRO; CAMPOS, 2015). A mineração e o agronegócio lideram, assim, a lista de prioridades econômicas não somente do Estado do Pará, mas, dos demais 8 estados que compõem a Amazônia brasileira e que invariavelmente tiveram seus territórios afetados por projetos de infraestrutura ligados à extração e ao escoamento de minério, boi e grãos. Este desenvolvimento de infraestrutura na Amazônia "desata uma cadeia traiçoeira de investimentos e exploração que pode destruir mais florestas do que as próprias plantações" (FEARNSIDE *apud* MARQUES, 2018, p. 137).

É evidente que a crise ambiental na Amazônia extrapola o desmatamento e que este último está ligado a uma combinação de fatores, incluindo incêndios e a construção de grandes projetos (rodovias, ferrovias e hidrelétricas), etc. No entanto, ações de empresas ligadas ao setor madeireiro, a monocultura da soja e a pecuária, correspondem a cerca de 70% do desmatamento na Amazônia, fazendo com que o agronegócio, o capital coorporativo internacional e a grande propriedade rural caminhem de maneira indissociável (MARQUES, 2018).

Apesar de propriedades de pequeno porte também serem responsáveis pela produção de pasto, Fearnside (2020) afirma que a maior fração do desmatamento da floresta está ligada ao agronegócio feito por fazendas de porte médio e grande. De acordo com o autor, o investimento em pastagens e nos "negócios Amazônicos" também se liga a demais atividades ilícitas, como corrupção, lavagem de dinheiro e garimpagem.

[31] Detectado pelo Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD), o desmatamento ocorrido em julho de 2020 no estado do Pará alcançou 42%, estatística superior aos demais estados da Amazônia Legal (FONSECA *et al.*, 2020).

Nesse sentido, estima-se que cerca de 20% das exportações do Brasil estão potencialmente vinculadas ao desmatamento ilegal (RAJÃO *et al*., 2020) na Amazônia. Diante desse quadro, é preocupante admitir o poder dos empresários do *agrobusiness* enquanto agentes ativos nas arenas decisórias relacionadas a elaboração e implementação de políticas ambientais, bem como a potencialidade do desenvolvimento de atividades ilegais na Amazônia, subsidiadas política e economicamente, não somente pelo Mercado, mas também pelo Estado.

É considerando todo o contexto de afirmação e avanço das atividades econômicas exploratórias (e frequentemente ilegais) direcionadas à Amazônia que tem sido geradas, enquanto resultado, as crescentes taxas de desmatamento florestal na região. Se considerarmos o período pós-redemocratização, concomitante a inauguração da era neoliberal no Brasil, destaca-se um pico de desmatamento no ano de 1995 (resultado do Plano Real) e em 2005, uma queda nos índices, devido a taxas de câmbio desfavoráveis à exportação, fazendo com que até o ano de 2012, os estudos apresentassem uma redução de 84% do território desmatado, em relação ao ano de 2004. (FEARNSIDE, 2020). Diante da relativa estabilização do desmatamento na Amazônia entre os anos de 2004 e 2012, o discurso de desresponsabilização ambiental, engendrado na região, pareceu ganhar ainda mais força.

O aumento das pressões mercadológicas sobre o regulamento ambiental incidiu sobre flexibilização do Estado em favor do agronegócio, flexibilização esta, bem representada pela revisão do Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012), ocorrida durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. De acordo com Marques (2018), desde a implementação do Código florestal

(responsável pela anistia[32] de crimes de desmatamento anteriores) de 2012 até o ano de 2016, o desmatamento na Amazônia Legal aumentou em 75%. Nos anos de 2018, 2019 e nos primeiros meses do ano de 2020, as taxas de desmatamento alcançaram patamares ainda maiores, alarmantes para os setores que defendem uma Agenda ambiental favorável ao controle da perda florestal.

O ano de 2016 merece destaque por ter sido decisório, não somente pela instauração da crise política desencadeada pelo processo de *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, mas também, pela elevação da aliança entre o governo e o agronegócio a um novo patamar e, consequente, para a retomada do agravamento dos índices do desmatamento nos estados amazônicos. Desde o ano anterior (2015), a senadora Katia Abreu, ex-presidente da Confederação da Agricultura e Agropecuária do Brasil (CNA), havia sido nomeada ministra da Agricultura e Pecuária do Brasil. Tal nomeação refletiu "o alinhamento político, econômico e ideológico do bloco governamental aos interesses protagonistas do desmatamento" (MARQUES, 2018, p. 120), cuja continuidade se fez presente até o final do governo de Michel Temer e segue renovada na gestão do presidente Jair Bolsonaro e do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, nomeado em dezembro de 2018.

A FLORESTA CADA VEZ MAIS NO CHÃO: POR QUE ESTAMOS RETROCEDENDO?

A gestão ambiental nos primeiros 18 meses do governo de Jair Bolsonaro foi conturbada, repleta de polêmicas e descontrole,

[32] A revisão do Código Florestal Brasileiro de 2012 "perdoou o débito em Reservas Legais de 'pequenas' propriedades, variando de 20 hectares no Sul do país a 440 hectares na Amazônia. Sob essas novas regras, 90% das propriedades rurais do Brasil tornaram-se anistiáveis" (MARQUES, 2018, p. 120).

no referente ao enfrentamento do desmatamento na Amazônia. De acordo com Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), entre os meses de agosto de 2019 a julho de 2020, o desmatamento nos estados da Amazônia legal foi de 6.536 quilômetros quadrados, o que corresponde a um aumento de 29%, se comparado ao período de agosto de 2018 a julho de 2019. Esses dados estão disponíveis no Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal de julho de 2020 (FONSECA *et al.*, 2020), que apresenta ainda o aumento de 110% do desmatamento ocorrido em julho de 2020 em relação à degradação detectada em julho de 2019.

As políticas ambientais no Brasil estão retrocedendo e o agravamento da crise sob o governo de Jair Bolsonaro não surpreende, caso tomemos em consideração o seu programa de governo, cuja citação da expressão "meio ambiente" é feita apenas uma única vez pelo então candidato, mais especificamente na página 68 do documento, na seção referente ao novo modelo institucional da agricultura (BRAGANÇA, 2018). Ao longo do período eleitoral, o discurso de Jair Bolsonaro se ateve a uma retórica "anti-ambientalista", a qual desvelou não apenas a postura de desresponsabilização diante da Agenda Ambiental do país, mas também o desconhecimento acerca das demandas da região amazônica e o negacionismo diante dos riscos socioeconômicos e ambientais gerados a partir da ação antrópica.

Desde o início do novo governo, em janeiro de 2019, instaurou-se um processo de desmonte da Agenda ambiental do país. Como destaca Fearnside (2019), o Ministério do Meio Ambiente (ameaçado de extinção desde o período eleitoral) e o Ministério da Agricultura foram concedidos a dois ruralistas, a perseguição à ONGS foi instaurada através da suspensão de contratos destas com o BNDES, havendo ainda, a promessa do presidente de que "nem um único centímetro" de terras indígenas seriam demarcadas durante seu mandato. Diante deste cenário, o aumento da degradação

ambiental que visualizamos nos meses consecutivos parecem fazer parte de um projeto institucional, cuja arquitetura beneficia, naturalmente, o agronegócio.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) sofreu um corte de 23% na sua verba para despesas discricionárias, ou seja, a verba que o órgão tem liberdade decisória de gasto (RODRIGUES, 2019). Além disso, o MMA teve o seu setor de controle do desmatamento transferido para o Ministério da Agricultura, e com base no plano de afrouxamento das fiscalizações, Tereza Cristina Dias (ministra da agricultura) propõe flexibilizar ainda mais o código florestal brasileiro, estendendo os prazos para a recuperação ambiental em áreas desmatadas ilegalmente (FERRANTE; FEARNSIDE, 2019), assinalando uma postura de permissividade e conivência com os agentes responsáveis pelo desmatamento.

O Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), fundamentais à efetivação da fiscalização ambiental, também têm sofrido alterações desfavoráveis ao controle do desmatamento e dos demais crimes ambientais. Embora os obstáculos políticos e jurídicos impostos à aplicação da legislação ambiental não sejam novidade, a diferença entre as gestões de Jair Bolsonaro e Ricardo Salles e os governos anteriores está no clima de "caça às bruxas" estabelecido contra os funcionários dos órgãos de fiscalização, e ainda, no nível de militarização da Agenda ambiental nacional, o mais alto desde a redemocratização do país.

De acordo com Martins e Ribeiro (2020), "o número de militares escalados desde 2019 para diversos postos do governo chegou a ultrapassar, nos cargos de alto escalão, a proporção de militares para civis existente nos próprios governos da ditadura militar brasileira (1964-1985)"; a substituição dos coordenadores e fiscais do IBAMA e ICMBIO por militares e o estabelecimento das

operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), bem como a reativação do Conselho nacional da Amazônia Legal (CNAL)[33], não garantem a melhoria dos serviços de fiscalização, fato comprovado pelo aumento do desmatamento nos últimos meses.

As operações de GLO na Amazônia têm sido instituídas e ampliadas via Decretos presidenciais[34]. A militarização da política ambiental gera insegurança e evoca o papel das Forças Armadas na ditadura militar na "integração" da Amazônia ao restante do território nacional, através de um processo violento, autoritário e sem transparência (MARTINS; RIBEIRO, 2020); a militarização representa, portanto, retrocesso e riscos à democratização da arena decisória voltada ao desenvolvimento regional.

Inevitavelmente, a erosão da política ambiental e o aumento do desmatamento sob o governo de Jair Bolsonaro impactaram as relações internacionais do Brasil. Com as salvaguardas socioambientais preteridas e o encerramento das atividades da Secretaria de Mudanças Climáticas, a Alemanha e, posteriormente, a Noruega, suspenderam seus respectivos apoios financeiros ao Fundo Amazônia[35], criado pelo Governo Federal em 2008 e gerido pelo BNDES. A parceria do Brasil com os governos da Noruega e

[33] O Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) foi reativado e transferido do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência, via Decreto de N° 10.239/2020. O CNAL não inclui em sua gestão os governadores dos 09 estados da Amazônia e conta com a forte presença de militares na secretaria executiva.

[34] Na Amazônia, as operações de GLO tiveram início em 24 de agosto de 2019 por meio do Decreto Nº 9.985/2019. Logo depois, o prazo foi ampliado até 24 de outubro de 2019 por meio do Decreto Nº 10.022/2019. Em 2020 foram editados mais três Decretos (Decreto Nº 10.341/2020, Decreto Nº 10.394/2020 e Decreto Nº 10.421/2020), que no conjunto estabeleceram o prazo de 11 de maio a 06 de novembro para as referidas operações." (CARDOSO *et al.*, 2020).

[35] O Fundo Amazônia Consiste em uma iniciativa pioneira de captação e gestão de recursos de doações voluntárias para reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável a região Amazônica (MARCOVITCH; PINSKY, 2014).

da Alemanha demonstraram "a viabilidade política da gestão da cooperação internacional como meio de mitigar as emissões de gases de efeito estufa, via preservação da floresta tropical" (MARCOVITCH; PINSKY, 2014), no entanto, os novos caminhos assumidos pelo Brasil em relação às políticas climáticas afetou a continuidade da captação de recursos e tem sido um ponto de vulnerabilidade para o Ministério das Relações Exteriores.

A limitação orçamentária das ações desenvolvidas na Amazônia e a crise econômica e sanitária causada pela pandemia da COVID-19 tem gerado preocupação ao Governo Federal, talvez não suficientes para alterar o quadro de deterioração das políticas ambientais. Mesmo diante das pressões da sociedade civil e da comunidade internacional, o Brasil segue sustentando os interesses de uma ampla coalização do capital internacional e de setores poderosos da sociedade brasileira (MARQUES, 2018) ligados a destruição das florestas na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência do neoliberalismo e da Agenda ambiental global ocorrem na segunda metade do século XX, em um momento no qual o desafio de lidar com os conflitos envolvendo capitalismo, sociedade e meio ambiente é apropriado, estrategicamente, pelos protagonistas que vêm comandando o período neoliberal a partir de uma racionalidade concorrencial e essencialmente econômico-financeira.

O posicionamento geopolítico do Brasil e sua soberania territorial sobre 60% do território amazônico direcionam as cobranças da comunidade internacional sobre o governo brasileiro e sua respectiva postura diante da Agenda ambiental global. Nos

últimos meses, as tensões econômicas, políticas e democráticas giraram em torno do expressivo aumento do desmatamento na Amazônia Legal e dos discursos de desresponsabilização ambiental, proferidos pelo presidente e alguns dos demais representantes governamentais.

Internamente, o Brasil atravessa um processo de desmonte das políticas ambientais, acompanhada de cortes orçamentários, boicotes, militarização dos órgãos de fiscalização ambiental e ainda, do descompasso entre o governo federal e os governos subnacionais, no condizente às ações voltadas ao território nacional amazônico.

Com a reativação de um Conselho Nacional da Amazônia Legal que não integra o Ministério do Meio Ambiente, tampouco os governadores dos 09 estados que compõe a região, a gestão de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão tenta se sustentar com base no negacionismo científico e na minimização da gravidade dos dados que apontam não apenas a perda da cobertura florestal, mas uma tragédia ambiental anunciada e naturalizada, como desdobramentos políticos, econômicos, sociais e culturais. Enquanto isso, o Ministério do Meio Ambiente de Ricardo Salles e o Ministério da Agricultura de Tereza Cristina Dias se alinham sob o discurso economicista favorável aos ruralistas e aos demais agentes do mercado que ditam as regras do jogo neoliberal, pensado a partir e através das sociedades contemporâneas e globalizadas.

Este arranjo tende a regular as ações e os processos em várias dimensões da vida, afastando as demandas dos cidadãos (CASTRO, 2014) e compelindo a coalização entre Estado e corporações. Sobre o Estado, este “muda de forma e função, à medida que se acentua a competição capitalista mundial, e seu objetivo é menos administrar a população para melhorar seu bem-estar do que lhe impor a dura lei da globalização” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 15)

No caso brasileiro, a presença direta ou indireta do Estado nas grandes organizações empresariais é crescente (MARQUES, 2018), o que elucida uma espécie de relação simbiótica entre gestores públicos e empresários, mais especificamente ruralistas. Por fim, o enfrentamento do desmatamento e da crise ambiental da Amazônia não pode ocorrer sem reestruturação da atuação do Estado e dos padrões de interação para com o mercado e a sociedade civil.

Diante da "Agenda da morte" que inclui os avanços da mineração, da agricultura e da pecuária em terras indígenas, bem como a abolição das reservas legais (FERRANTE; FEARNSIDE, 2019); nos resta, portanto, as formas de resistência, na tentativa de abandono das ilusões do pensamento moderno capitalista e colonial. De modo mais pragmático, podemos também torcer para que a pressão internacional dos importadores dos produtos agrícolas force o governo de Jair Bolsonaro a rever a sua política ambiental, nefasta à Amazônia e àqueles que a habitam.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, D. "Bolsonaro defende o fim do Ministério do Meio Ambiente". **Portal Eletrônico do OECO** [01/10/2018]. Disponível em: <https://www.oeco.org.br>. Acesso em: 05/10/2020.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

CARDOSO, A; SARAIVA, L.; GERBASE, L; OLIVEIRA, T. "Recursos anticorrupção e militarização da política socioambiental na Amazônia". **Portal Eletrônico INESC** [08/2020]. Disponível em: <https://www.inesc.org.br>. Acesso em: 05/10/2020.

CASTRO, E. "Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de Mercados". *In*: COELHO, M. C. N.; CASTRO, E.; MATHIS, A.; HURTIENNE, T. (orgs.). **Estado e Políticas públicas na Amazônia Gestão do Desenvolvimento Regional**. Belém: Editora CEJUP, 2001.

CASTRO, E. "Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais". *In*: LIMONAD, E; CATRO, E. (orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?.** Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2014.

CASTRO, E.; CAMPOS, I. (orgs.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: Editora NAEA, 2015.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. "Global Forest Resources Assessment". Roma, Itália. **Portal Eletrônico da FAO** [2005]. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 05/10/2020.

FEARNSIDE, P. M. "Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: Um Desafio à Sustentabilidade na Amazônia". **Sustentabilidade International Science Journal**, vol. 1, n. 1, 2019.

FEARNSIDE, P. M. **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica**. Manaus: Editora do INPA, 2020.

FERRANTE, L.; FEARNSIDE, P. "O novo presidente do Brasil e "ruralistas" ameaçam o meio ambiente, povos tradicionais da

Amazônia e o clima global". **Portal Eletrônico Researchgate** [2019]. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 05/10/2020.

FONSECA, A.; JUSTINO, M.; CARDOSO, D.; RIBEIRO, J.; SALOMÃO, R.; SOUZA JR., C.; VERÍSSIMO, A. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal**. Belém: Imazon, 2019. Disponível em: <https://imazon.org.br>. Acesso em: 05/10/2020.

FONSECA, A.; JUSTINO, M.; CARDOSO, D.; RIBEIRO, J.; SALOMÃO, R.; SOUZA JR., C.; VERÍSSIMO, A. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal**. Belém: Imazon, 2020. Disponível em: <https://imazon.org.br>. Acesso em: 05/10/2020.

FRAME, M. L. "The Neoliberalization of Nature: The Highest Stage of Ecological Imperialism?". *In*: MOORE, J. W. **World Society, Planetary Natures**: Crisis and Sustainability in the Capitalocene and Beyond. New York: World Society Foundation, 2015.

HEYNEN, N; ROBBINS, P. "The neoliberalization of nature: Governance, privatization, enclosure and valuation". **Capitalism Nature Socialism**, vol. 16, n. 1, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultural Census 1995-96**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/10/2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/10/2020.

LOHMANN, L. "Neoliberalism's climate". *In*: SPRINGER, S.; BIRCH, K.; MACLEAVY, J. **The handbook of Neoliberalismo**. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2016.

MARCOVITCH, J.; PINSKY, V. C. "Amazon Fund: financing deforestation avoidance". **RAE-Revista de Administração de Empresas**, vol. 49, n. 2, 2014.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

MARTINS, P.; RIBEIRO, D. "Quais as ameaças por trás da militarização do combate ao desmatamento na Amazônia?". **Portal Eletrônico Terra de Direitos** [06/2020]. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br>. Acesso em: 05/10/2020.

MATIAS, E. F. P. **A humanidade e suas fronteiras, do Estado Soberano a sociedade Global**. São Paulo: Editora Paz e Terra**,** 2005.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

RAJÃO, R.; SOARES FILHO, B.; NUNES, F.; BÖRNER, J.; MACHADO, L.; MACHADO, D.; OLIVEIRA, A.; PINTO, L.;

RIBEIRO, V.; RAUSCH, L.; GIBBS, H.; FIGUEIRA, D. "The rotten apples of Brazil's agribusiness". **Science**, vol. 369, 2020.

RIBEIRO, G. L. "Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova Ideologia/utopia do desenvolvimento". **Revista de Antropologia**, n. 34, 1991.

RODRIGUES, S. "Governo corta R$ 187 milhões do MMA". **Portal Eletrônico do OECO** [07/05/2019]. Disponível em: <https://www.oeco.org.br>. Acesso em: 15/05/2020.

SENHORAS, E. M. "Covid-19 e os padrões das relações nacionais e internacionais". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

CAPÍTULO 4

A Operação Ágata e o tráfico de drogas na região fronteiriça amazônica

A OPERAÇÃO ÁGATA E O TRÁFICO DE DROGAS NA REGIÃO FRONTEIRIÇA AMAZÔNICA

Bruna Brasil Santana

O tráfico e o consumo de drogas transformou-se em uma preocupação internacional, inclusive sendo visto como uma real epidemia. Durante os anos 1980 as atenções mundiais voltaram-se para nossa vizinha, Colômbia, em razão da guerra que o país estava travando contra os cartéis e o narcotráfico em suas fronteiras, contudo, somente nos anos 90 esse assunto transformou-se em um caso de defesa e segurança nacional no Brasil. Desde então, as drogas vêm tomando cada vez mais espaço na pauta de preocupações do governo federal, em especial na Amazônia, conhecida porta de entrada desses ilícitos, provenientes de países latinos como Peru, Colômbia e Bolívia. Um dos meios que o Estado encontrou para barrar o narcotráfico transfronteiriço foram os programas de monitoramento e crescente aumento de operações especiais na fronteira. Este trabalho visa entender em que medida a Operação Ágata vem ajudando no combate ao narcotráfico nas fronteiras da Amazônia Legal.

Durante parte do século XX o Brasil viveu a ditadura militar, que se estendeu de 1964 até 1985, período em que o país foi controlado pelos militares, que não pouparam esforços para manter-se no poder. Nesse momento histórico, o grande perigo que rondava a defesa nacional era a ameaça comunista, por isso, as forças armadas brasileiras passaram a ver essa corrente política-ideológica como prejudicial aos interesses e à soberania nacional. Foi também neste mesmo momento que os militares voltaram sua atenção para a Amazônia Legal, disseminando a ideia de que se tratava de uma grande imensidão de terra desabitada, e pronta para ser habitada por imigrantes que vinham todo o país. Um dos receios do governo militar era, segundo eles, que a região amazônica pudesse ser

invadida por forças estrangeiras, desde então a região passou a ser parte importante da política militar brasileira.

A partir dos anos 90 mudou-se o entendimento acerca dos perigos à região, que não mais estavam relacionados a golpes esquerdistas ou com uma revolução comunista, mas sim a ameaças transnacionais, especialmente, o narcotráfico. Nesse período, surgiram vários projetos com o intuito de melhor proteger a região e levar o desenvolvimento aos seus habitantes, como o Calha Norte, o Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM e o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM.

Nos anos 2000, com o avanço do tráfico e do consumo de entorpecentes à nível mundial, as autoridades brasileiras passaram a intensiva a vivificação das fronteiras, em grande parte através da presença dos homens das forças armadas brasileiras na área que, muitas vezes, passavam a desempenhar a função de único elo de ligação entre os moradores dessas regiões com o poder central, em Brasília, inclusive fornecendo atendimentos básicos à essas populações.

Outro plano desenvolvido pelo governo federal com o intuito de reprimir o tráfico de ilícitos na área, e também o aumento da violência em cidades fronteiriças (que já vinha ocorrendo ao longo dos últimos anos), foi a Operação Ágata, que teve início em 2011 e conta com militares das três forças armadas, além de um contingente de outros órgãos federais, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a Polícia Federal.

O que se pretende com este artigo é entender em que medida as Operações Ágata vêm contribuindo para reduzir o tráfico de drogas na Amazônia fronteiriça. Para tanto, o trabalho estará dividido em 3 partes: a primeira, de caráter teórico irá explicar os conceitos utilizados ao longo do artigo; em um segundo momento se entrará no contexto histórico dos projetos de defesa para a Amazônia

Legal e na importância que o combate ao tráfico de entorpecentes vem recebendo em âmbito federal; por fim, se falará sobre a Operação Ágata e suas ações de repressão ao narcotráfico nas fronteiras amazônicas.

A importância desta pesquisa encontra-se na pouca quantidade de trabalhos acadêmicos realizados com o intuito de estudar essa operação no âmbito estritamente amazônico e na necessidade de entender a benesses que estes esforços federais estão desempenhando por essas localidades.

CONCEITOS DE SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL

Há uma série de proposições e conceitos quando tratamos de segurança e defesa nacional, muitos autores já se debruçaram sobre o assunto, em sua maioria cientistas políticos e estudiosos das forças armadas, no entanto há entre eles alguns pontos comuns.

Autores como Caroline Thomas entendem o tema *segurança nacional* como um assunto que não está ligado unicamente a questões militares, mas também a uma série de conceitos transversos como segurança alimentar, segurança pública, segurança ambiental e sistema de saúde (THOMAS, 1987). De forma mais direta, Marco Cepik entende o tema como "uma condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia", sendo assim o autor já esclarece que segurança nacional está intrinsicamente ligado aos Estados Nacionais e suas bases territoriais, e que por ser uma condição desejável de ser obtida, funciona como "a principal justificativa para o exercício da soberania e o monopólio estatal do uso legítimo de meios de força" (CEPIK, 2011).

Ao fugir um pouco dos conceitos acadêmicos, nos deparamos com a definição feita pelo próprio governo brasileiro através do que se convencionou chamar de Política Nacional de Defesa (PND), documento que trata do planejamento de ações destinadas à defesa nacional e que estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores civis e militares para este fim. Segundo o PND: "Segurança é a condição que permite ao país a preservação da soberania e da integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais" (BRASIL, 2012).

O mesmo documento federal também trata do conceito de Defesa Nacional como um: "conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas" (BRASIL, 2012).

Autores como Menezes analisa Defesa Nacional como sendo "uma atividade dirigida pelo Estado" que tem como objetivo dar proteção à nação "contra uma possível ameaça exterior" que possa vir a atentar contra a integridade e a soberania deste Estado e, nesse contexto, a defesa nacional deve estar centrada na política militar (MENEZES, 1998).

Dessa feita, é possível entender o termo como uma medida que deve ser tomada para se alcançar a Segurança Nacional, que é o objetivo final. Frisa-se que a Defesa Nacional não se trata de uma única ação estatal/militar, mas sim de um conjunto de ações que, interligadas, constroem um ambiente de Segurança Nacional.

A expressão "Defesa Nacional" está sempre presente nos dicionários de política, e tem sido um tema recorrente entre os cientistas políticos, desde os primórdios do estudo das relações

interestatais. Nicolau Maquiavel em sua famosa obra O Príncipe já fazia uma análise de como se defender um Estado e que hoje pode ser resumida em três prerrogativas básicas: direção política, armas nacionais (ou forças armadas) e alianças com outros Estados (OLIVEIRA, 2005).

Dentre os Estados existentes atualmente no mundo, quase todos utilizam as Forças Armadas como proteção; no Brasil, as Forças Armadas (FAA) são representadas por Exército, Marinha e Aeronáutica, segundo a Constituição Federal de 1988:

> Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à **defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais** e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (grifo nosso).

Por sua vez, o artigo 144 do mesmo dispositivo legal ao tratar sobre as forças de segurança pública deixa explicitado:

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
>
> I - polícia federal;
>
> II - polícia rodoviária federal;
>
> III - polícia ferroviária federal;
>
> IV - polícias civis;

> V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.
>
> VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.
>
> § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:
>
> II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência (BRASIL, 1988).

Nesta primeira leitura é possível entender que não é dever das Forças Armadas o combate ao tráfico de entorpecentes, sendo responsabilidade da Polícia Federal este tipo de repressão, contudo, a Lei Complementar nº 97 de 09 de Junho de 1999 vai além, ao definir as normas gerais para a organização, preparo e emprego das FAA, indicando-as como subsidiárias gerais para "cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil", conforme foi determinado pelo Presidente da República (BRASIL, 1999). Essa mesma lei indica, ainda:

> Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de **ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre**, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, **contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo**, executando, dentre outras, as ações de:

> I - patrulhamento;
>
> II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e
>
> III - prisões em flagrante delito (grifo nosso).

Do exposto acima é cabível a conclusão de que um dos objetivos primordiais das FAA é a manutenção da soberania nacional e do próprio estado democrático de direito, representado pelas instituições democráticas nacionais. Para tanto, é necessário que haja o patrulhamento contínuo das extensas áreas fronteiriças nacionais.

Segundo Valério Mazzuoli, é possível entender soberania como

> o direito que o Estado tem de se autogovernar, sem a ingerência indevida de qualquer outro Estado. Nesse sentido, nenhum Estado ou grupo de Estados têm o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos interiores ou exteriores de qualquer outro (MAZZUOLI, 2015, p. 542).

Por último deve-se entender a "faixa de fronteira" como "a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres" e que "é considerada fundamental para a defesa do território nacional" (BRASIL, 1988).

Assim, apesar de o tráfico de entorpecentes dever ser combatido pelas forças de segurança pública, cabe às Forças Armadas nacionais o controle das faixas de fronteira, inclusive atuando de certa forma com poder de polícia nesta área com o fito de salvaguardar o território nacional de ameaças externas, estejam

elas relacionadas com governos estrangeiros ou com a ações ilícitas de entes privados.

TRÁFICO DE DROGAS TRANSFRONTEIRIÇO NA AMAZÔNIA E PROJETOS DE DEFESA

O combate ao tráfico internacional de drogas vem sendo cada vez mais debatido nos órgãos internacionais devido ao seu aumento exponencial e seu reflexo na economia, política e segurança mundiais. Segundo dados do relatório do Escritório das Nações Unidas Contra as Drogas e o Crime (UNODC) de 2020, por exemplo, mostra que a área total de plantações de coca no mundo é de 225 mil hectares (UNODC, 2020).

O relatório da UNODC também evidencia que produtos como a cocaína e a maconha são, em sua maioria, provenientes de três países sul-americanos e amazônicos: Colômbia, Peru e Bolívia; somente a Colômbia é responsável por 35% de toda plantação de coca do mundo. O Brasil também é mencionado no relatório como sendo o país mais utilizado para a exportação de cocaína para os países da África e que, posteriormente, será enviada para a Europa. Além disso o Brasil aparece como o terceiro país da América do Sul com a maior quantidade de coca cultivada, representando 6% do total mundial, o que equivale a cerca de 200 toneladas cultivadas anualmente em território nacional (UNODC, 2020).

O Brasil também figurou no relatório como o segundo país da América do Sul com a maior apreensão de coca, ficando atrás somente da Colômbia, com cerca de 79 toneladas apreendidas.

A região amazônica há muito, é marcada pelo contrabando e descaminho de produtos legais e ilegais. No âmbito do narcotráfico, a Amazônia brasileira transforma-se em uma porta de entrada de

drogas no país e um corredor de exportação para mercados europeus, além de área onde pode-se encontrar laboratórios clandestinos. É possível entender o motivo de esta região ser tão utilizada pelos traficantes ao analisar a organização multimodal utilizada para o transporte desses ilícitos: aviões, carros e barcos, com destaque para esse último, devido, sem dúvida, a grande quantidade de rios presentes na região, o que dificulta o trabalho de órgãos de repressão, como as Forças Armadas e a Polícia Federal (COUTO; LIRA, 2015). Dessa forma, "as particularidades geográficas da Amazônia oferecem facilidades para a prática do ilícito" (ISHIDA, 2006, p. 04).

Segundo Procópio e Vaz (1997), o Brasil deixou de

> [...] ser apenas uma rota privilegiada do narcotráfico internacional, tal como tradicionalmente se fez acreditar. O Brasil processa, importa e exporta vários tipos de drogas. Tornou-se importante centro de produção e de consumo, além de fornecer novas drogas alternativas para os mercados interno e externo e de se ter constituído em mais uma peça da engenharia do crime do narcotráfico internacional.

Algumas pesquisas mostram que falta da presença estatal contribui para um aumento do tráfico de drogas em regiões pobres. É o que pode ser evidenciado nas favelas do Rio de Janeiro onde "os traficantes aproveitam o vácuo do poder público" e criam "núcleos paralelos de poder, imiscuindo-se até mesmo nas formas tradicionais de exercício de poder" (BEATO FILHO, 1999).

No ambiente fronteiriço a situação não é diferente, segundo Couto e Lira:

> [...] imensos vazios demográficos acompanham as fronteiras amazônicas, sobretudo aquelas próximas aos principais produtores de coca, onde os narcotraficantes implantam laboratórios de processamento da droga e envolvem populações ribeirinhas pobres na escala de ação das redes, o narcotráfico se apresenta como oportunidade, e mediante as contradições algumas pessoas são facilmente cooptadas e passam a desempenhar o papel de atravessadores (ou mulas), se inserido definitivamente no circuito produtivo do tráfico de drogas (COUTO; LIRA, 2015).

O que se busca neste ponto do debate é tentar entender até que ponto o tráfico de entorpecentes tem impacto no aumento da violência em determinadas regiões onde ele está mais presente. Não se está falando aqui que o narcotráfico é o único responsável pelo aumento na violência nos municípios brasileiros, mas sim que a presença da droga (e do próprio narcotráfico) nesses ambientes é um catalisador de ações violentas. Segundo Goldstein (1985) existiriam três contextos distintos que explicariam os homicídios (e consequentemente a violência) originados do contrabando de entorpecentes:

> 1) Em razão dos efeitos farmacológicos das drogas, que podem deixar o usuário mais irritado, impaciente e violento;
>
> 2) A compulsão econômica, que está diretamente relacionada ao vício e à necessidade de obter recursos financeiros para mantê-lo; e
>
> 3) A violência sistêmica, neste caso mais ligada ao tráfico: disputas territoriais entre traficantes, cobrança de dívidas, eliminação de informantes, afirmação de códigos de conduta, entre outras.

Com o fim da Guerra Fria, surgem “novas ameaças”, que não estão mais ligadas ao comunismo, mas sim ao terrorismo internacional, ao contrabando, biopirataria e narcotráfico (COUTO, 2013). O aumento na violência urbana ocasionada pelo tráfico de drogas, a disparada no consumo interno desses produtos e a descoberta de associações entre traficantes colombianos, peruanos e brasileiros alertou o governo federal sobre a necessidade urgente de se utilizar todo o aparato defensivo do Brasil no combate às drogas, inclusive reduzindo a porosidade das fronteiras amazônicas (OLIVEIRA, 2016).

Por conta dessas situações, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002) e o governo Lula (2002 – 2010) houve uma maior preocupação com a presença militar na região, e com os programas de vigilância e combate ao tráfico (MACHADO, 2007), não por outro motivo a Lei Complementar nº 97 (que trata sobre as Forças Armadas), já mencionada acima, foi assinada durante o governo FHC.

O primeiro programa a atuar nesse sentido foi instituído ainda nos anos 1980, logo após o fim da ditadura militar. O Projeto Calha Norte (PCN) surgiu em 1985 e tem como objetivo principal o aumento da presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a Defesa nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região. Dentre seus objetivos estratégicos pode-se citar a fixação do homem na área de atuação do PCN; a “ocupação de vazios estratégicos” e uma contribuição para a defesa nacional; além do aumento das relações bilaterais e da presença militar na área; e intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes (BRASIL, 2017).

De acordo com Nascimento (2006):

> O Projeto Calha Norte foi concebido sob a influência da doutrina de segurança nacional e atualmente vem sendo redefinido para adequar-se aos novos padrões de segurança globais, a exemplo do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), com o qual se complementam as três dimensões da segurança: o PCN visa garantir a segurança terrestre e marítima e, o SIVAM, a vigilância aérea. Ambos estão integrados ao Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) (NASCIMENTO, 2006, p. 99).

O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), também é um importante programa do campo da defesa. Apresentado no início dos anos 1990 ao então presidente Fernando Collor de Melo pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), contudo somente foi lançado oficialmente em julho de 2002. De acordo com documento da SAE de 1994, o SIVAM tem como objetivos

> Estabelecer uma vigilância sistematizada na região, com o acréscimo da segurança do tráfego aéreo e construir um sistema eficiente de produção e processamento de informações qualificadas sobre e para a Região Amazônica com funções de subsidiar ações governamentais coordenadas (BRASIL, 1994).

De forma sucinta, trata-se de uma "infraestrutura técnica e operacional" relacionada a outro programa, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) (LOURENÇÃO, 2003). De fato, o SIVAM foi uma resposta às críticas ao governo brasileiro e sua necessidade de defender a região amazônica contra o desmatamento ilegal.

Junto com o SIVAM, o SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) também foi implementado em 2002, e tem como objetivo "integrar informações e gerar conhecimento atualizado para

articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônica Legal brasileira". O SIPAM surgiu através de uma necessidade de obtenção de dados confiáveis sobre a região amazônica, de modo a melhorar o planejamento de ações civis e militares na área (MENEZES; SILVA, 2007).

Os objetivos do SIPAM são

> [...] gerar conhecimentos atualizados sobre a Amazônia brasileira; criar condições para que os órgãos setoriais do Governo se integrem na busca de soluções para a proteção da Amazônia; sistematizar o controle, a fiscalização, a monitoração e a vigilância da região; expandir e aprimorar os meios de comunicações; e integrar diferentes recursos técnicos com o objetivo de reduzir o esforço, assegurar a dinâmica do processo e a eficácia dos resultados (FEDOZZI, 2003, p. 46).

Nota-se, então, que os projetos Calha Norte e SIVAM/SIPAM são, atualmente, as mais importantes formas de monitoramento da Amazônia Legal. No âmbito social são responsáveis pela maior presença das forças armadas em regiões pouco habitadas e, muitas vezes, representam os interesses do governo federal frente essas populações; militarmente falando, são capazes de detectar pistas de pouso clandestinas e a entrada de voos não reconhecidos no espaço aéreo nacional. Esse tipo de conhecimento é de grande importância para as FAA no combate ao contrabando e ao narcotráfico.

Em 2012 o governo federal lançou a Estratégia Nacional de Defesa (END), que "estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas", visando a garantia da defesa nacional em tempos de paz e em tempos de guerra. A END

também propõe a redução na concentração de unidades militares na região sul e sudeste, transferindo-as para a Amazônia, evidenciando a importância que a região passa a ter para a administração central. Dentre as diretrizes presentes no END:

> 10. Priorizar a região amazônica.
>
> A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (END, 2012).

OPERAÇÕES ÁGATA E COMBATE NARCOTRÁFICO

Essas medidas visando proteger e vigiar com mais afinco o território e as fronteiras da Amazônia brasileira se estenderam para além dos governos Lula e FHC, abrangendo também o governo de Dilma Rousseff, em parte devido aos grandes eventos esportivos de âmbito internacional que o Brasil sediou nos últimos anos como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Em 2011 foi criado o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) através do decreto nº 7.496 do governo federal e que teve com seu sucessor o Programa de Proteção Integrado de Fronteiras - PPIF (decreto nº 8.903/2016), cujo objetivo é o "fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão aos delitos transfronteiriços" através de objetivos que visem "integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira" (BRASIL, 2016).

Buscando essa integração entre diferentes órgãos governamentais, a PEF deu início à duas operações principais (que posteriormente foram continuada já no âmbito da PPIF) abarcando várias instituições federais visando a defesa fronteiriça: Operação Sentinela e Operação Ágata.

Segundo o site do ministério do defesa, o objetivo da operação Ágata é a realização de "missões táticas destinadas a coibir delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais". Trata-se de uma operação conjunta entre várias forças: Forças Armadas (comandadas pelo Estado Maior Conjunto das Forças Armadas), polícias civil e federal, Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, entre outras.

> A Operação Ágata é uma ação militar, de natureza episódica, conduzida pelas Forças Armadas em pontos estratégicos da Faixa de Fronteira terrestre e molhada brasileira, instituída no âmbito das políticas do Governo Federal, criadas com o objetivo de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na região das divisas e de incrementar o apoio à população local. Trata-se de uma política para a realização de operações conjuntas das Forças Armadas brasileiras, com o apoio de órgãos e agências federais, estaduais e municipais (FIGUEIREDO, 2017).

Segunda Silva (2017) esta operação seria "a principal ferramenta usada pelo Ministério da Defesa no combate aos delitos transfronteiriços principalmente o narcotráfico, além de ser a maior concentração de agências governamentais e não-governamentais no combate a tais ilícitos".

Outra vertente dessa operação é o trabalho social desempenhado por membros das forças armadas nos locais de fronteira, dando continuidade à estratégia da presença e da vivificação da fronteira, já enraizada na política dessas instituições: até o ano de 2016 a Ágata prestou mais de 1.128.872 atendimentos médicos, odontológicos e de entrega de medicamentos (FIGUEIREDO, 2017). São com essas ações que os militares conseguem reforçar sua importância à população fronteiriça, além de poder contar com seu apoio para que a Operação continue acontecendo com sucesso.

Com o surgimento da PPIF em 2017, a Operação Ágata sofreu por uma reformulação passando a acontecer de forma sazonal, e com curta duração, durante o ano. Essa operação, portanto, não é permanente, mas vem ocorrendo com frequência em um espaço de tempo pré-determinado. As ações tiveram início ainda em 2011 com a Operação Ágata-1, abarcando fronteiras na região norte, em especial o Amazonas, naquele mesmo ano foram deflagradas a Ágata-2 e Ágata-3, respectivamente nos estados do sul do país, e no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre e Amazonas (FAGUNDES; RÜCKERT, 2014).

A pesquisa para este artigo foi iniciada em 2016, ainda sob a égide do governo Dilma Rousseff e Michel Temer, com a posse do atual presidente Jair Bolsonaro em 2019 e as reformulações feitas por ele, os dados existentes sobre a Operação Ágata que existiam no site do Ministério da Defesa agora tornaram-se privados, portanto inacessíveis ao grande público. De fato, existem informações sobre a continuidade desta Operação, mas os relatórios, que eram lançados regularmente, acerca das apreensões e do desenrolar da Ágata não podem mais ser acessados.

Não é possível afirmar com certeza qual foi o motivo que levou a essa tomada de decisão por parte do governo, mas desde 2017, já havia a ideia de que as informações acerca da Operação

Ágata (onde ela aconteceria, em que período e etc) não deveriam mais ser publicadas.

Desta feita, as informações que tenho são somente aquelas até o ano de 2016 (e que estavam disponível no site do Ministério da Defesa até 2018), conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Operações Ágata

Ano	Área de atuação	Efeitos Empregados	Quantidade drogas apreendidas
2011	AM	3.044	3 toneladas
2011	RS / PR / SC	8.705	
2011	MT / MS / RO / AC / AM	7.146	
2012	AP / PA / AM / RR	8.494	10 toneladas
2012	RS / SC/ PR / MS	11.045	
2012	RO / MT / MS / AC	12.338	
2013	Do Oiapoque (AP) ao Chuí (RS)	33.288	20 toneladas
2014	Do Oiapoque (AP) ao Chuí (RS)	33.302	37 toneladas
2015	RO ao PR	5.565	4 toneladas
2015	Do AC ao AP	9.000	45 toneladas
2016	De RR ao RS	11.694	10 toneladas

Fonte: Ministério da Defesa.

Através da análise da tabela, é possível notar que das operações Ágata realizadas até 2016, somente duas delas não envolveram estados da região norte (Ágata-2 e Ágata-5), isso demonstra a grande importância que os órgãos de defesa e segurança nacional dão à Amazônia, uma vez que toda a região já fez parte da operação. Dentre os estados do norte do país, o Amazonas foi aquele que por mais vezes foi palco da Ágata, é possível que isso se deva a grande extensão de sua fronteira que tem como vizinhos o Peru,

Colômbia, Bolívia e Venezuela; além, é claro, de ser o maior estado do país em extensão territorial e de ser a entrada brasileira do rio Amazonas, já mencionado como grande corredor fluvial de entrada dos narcóticos vindo dos vizinhos produtores.

Também é importante pontuar a quantidade de entorpecentes apreendidos durante as operações, evidenciando, mais uma vez, a fragilidade das fronteiras brasileiras quando se trata desses produtos: Até aquele momento foram 128.552 Kg de drogas, o que corresponde a quase 130 toneladas de maconha, cocaína e pasta base que entrariam no Brasil.

Apesar de o Brasil ter percebido o narcotráfico como um tema crucial para a defesa e a segurança nacional desde meados dos anos 90, e ter investido em programas e ações visando a redução e o combate a este tipo de crime na região amazônica, o último relatório nacional lançado pelo governo brasileiro sobre drogas foi em 2010 (antes do início da Operação Ágata), e tratava unicamente do consumo desses ilícitos, e não sobre sua produção e o narcotráfico. Além disso, também não existem relatórios regionais que tratem sobre o caso, e mesmo o relatório nacional não apresenta dados quantitativos específicos de cada região. Existem ainda dados aleatórios de algumas organizações que possuem pouca ou nenhuma credibilidade no âmbito acadêmico e, por isso, não ajudam na formação de um desenho preciso sobre o narcotráfico na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito militar, de defesa e segurança nacionais, as Operações Ágata têm sido um sucesso, e mesmo ao tratarmos das ações sociais para as populações fronteiriças desenvolvidas pela Ágata nota-se a importância e relevância para os habitantes dessa

região do país, por disseminar entre eles uma sensação de segurança e de não abandono, realizando mais do que estava previsto nos objetivos do Plano Estratégico de Fronteira.

No entanto, apesar da grande apreensão de entorpecentes realizada pelas 11 versões da Operação Ágata, as quais temos os dados, não é possível relacioná-las com o aumento ou a redução do tráfico de drogas no âmbito regional, pelo simples fato de o Brasil não realizar estudos frequentes sobre esse tipo de crime. Não há uma pesquisa oficial com informações sobre a quantidade de ilícitos que perpassam a fronteira amazônica.

É preciso, então, pontuar a necessidade urgente de realização e divulgação de pesquisas federais sobre o tráfico de drogas no país, somente através dessas pesquisas será possível entender melhor o mapa do tráfico no Brasil e combate-lo de forma mais efetiva e eficaz não somente nas cidades, mas também nas fronteiras nacionais, porta de entrada da droga no território brasileiro.

Mesmo sem os dados quantitativos por parte do governo federal, é possível tomar como base informações do relatório da ONU sobre o tráfico mundial de entorpecentes, que deixou claro o aumento na quantidade de cocaína apreendida pelo Brasil, mas, ainda assim, figuramos entre os maiores exportadores mundiais deste entorpecente.

Da mesma forma, não é possível afirmar que a Operação Ágata é a grande responsável por esse bom desempenho do Brasil no combate aos ilícitos penais, pelo simples fato de os relatórios acerca de apreensões feitas no âmbito dessa operação terem se tornado privativas, não mais estando disponíveis no site da Ministério da Defesa.

Ainda assim, a continuidade da Operação Ágata é mais do que uma necessidade para a defesa nacional, é uma necessidade para o Estado brasileiro pois através de sua realização e de sua

desbravação fronteiriça tem sido possível entender os impactos positivos e negativos que as políticas federais têm sobre essa região, além de conseguir mapear melhor o território nacional, suas nuances e os perigos que o circundam.

REFERÊNCIAS

BEATO FILHO, C. C. **"**Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial". **Revista São Paulo em Perspectiva**, vol. 13 n. 4, 1999.

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional. **Segurança e desenvolvimento da região ao norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas**. Brasília: Conselho de Segurança Nacional - Projeto Calha Norte, 1985. (Não Publicado).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 10/06/2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br>. Acesso: 10/06/2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Ágata**. Brasília: Ministério da Defesa, 2019. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br>. Acesso: 10/06/2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br>. Acesso: 10/06/2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria normativa nº 30 de 25 de agosto de 2017**. Brasília: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso: 10/06/2020.

BRASIL. Normas Gerais para a Organização, o Preparo e o Emprego das Forças Armadas. **Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999**. Brasília: Planalto, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 10/06/2020.

BRASIL. Programa de Proteção Integrada de Fronteiras. **Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016**. Brasília: Planalto, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 10/06/2020.

CEPIK, M. "Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas". **Revista Security and Defense Study Review**, vol. 1, 2001.

COUTO, A. C. "Políticas Públicas de Segurança para a Amazônia: entre a Globalização e as Redes Ilegais". *In*: NASCIMENTO, D. M.; PORTO, J. L. R. (orgs.). **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**Belém: Editora do NAEA, 2013.

COUTO, A. C.; LIRA, J. R. O. "A Globalização Perversa: Migrações Internacionais e Redes Ilegais na Amazônia". **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE**. Presidente Prudente: FCT, 2015.

FAGUNDES, F. C. R.; RÜCKERT, A. A. "Entendendo a Segurança Fronteiriça, uma Abordagem Multiescalar: O Caso da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai". **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão de Território**. Rio de Janeiro: Editora Letra 1, 2014.

FEDOZZI, M. C. G. **Situação da Amazônia e a realidade do sistema de proteção desenvolvido pelo Brasil na ampliação da segurança hemisférica** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Defesa Continental). Washington: Colégio Interamericano de Defesa, 2003.

FIGUEIREDO, S. M. **Operação Ágata**: O poder de polícia das Forças Armadas (Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços). Corumbá: UFMS, 2017.

GOLDSTEIN, PJ. "The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework". **Journal of Drugs Issues**, vol. 39, 1985.

HISSA, C. E. V. **A Mobilidade das Fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

ISHIDA, E. "Política de Segurança Integrada da Amazônia: Utopia ou Realidade?". **Portal Eletrônico Arqanalagoa** [2006]. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br>. Acesso: 10/06/2020.

LOURENÇÃO, H. J. **A defesa nacional e a Amazônia**: o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Campinas: IFCH, 2003.

MACHADO, L. O. "Medidas Institucionais para o controle ao tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região Amazônica brasileira". **Cadernos IPPUR**, vol. XXI, n. 01, 2007.

MAZZUOLI, V. O. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MENEZES, D. T. "A necessidade de uma política de defesa". **Parcerias Estratégicas**, vol. 3, n. 5, 1998.

MENEZES, M. J. P.; SILVA, L. O. M. "Projeto SIPAM como Sistema de Informação". **Anais do XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**. São Paulo: UNICAMP, 2007.

NASCIMENTO, D. M. **Projeto Calha Norte**: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na Governança Contemporânea (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: UFPA, 2005.

OLIVEIRA, E. R. **Democracia e Defesa Nacional**: a criação do ministério da defesa na presidência FHC. Barueri: Manole, 2005.

OLIVEIRA, G. A. G. "O Emprego do Exército Brasileiro no Combate às Novas Ameaças, com Ênfase na Luta Contra o Tráfico de Drogas". **Revista de Ciências Militares**, vol. IV, n. 01, 2016.

PROCÓPIO, A.; VAZ, A. C. "O Brasil no Contexto do Narcotráfico Internacional". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 40, n. 1, 1997.

RAMONEDA, J. "En el labiriento". *Apud*: TRINDADE JR, CS. C. "Pensando a noção de fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica". *In*: NASCIMENTO, D. M. (org.). **Amazônia e defesa**: dos fortes às novas conflitualidades. Belém: s/d, 2010.

SILVA, E. C. L. **Cooperação Interagências no Combate ao Tráfico Internacional de Drogas**: contribuições da operação Ágata no âmbito da fronteira brasileira Arco-Sul (Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Relações Internacionais). Santana do Livramento: UNIPAMPA, 2017.

THOMAS, C. **In Search of Security**: The Third World in International Relations. Boulder, C.O.: Lynne Rienner Publishers, 1987.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. "Relatório Mundial Sobre Drogas". **Portal Eletrônico UNODC** [2020]. Disponível em: <https://www.unodc.org>. Acesso: 28/06/2020.

ZAIA, S. L. "As Operações Ágata". **Conjunta Global**, vol. 02, n. 03, 2013.

SOBRE OS PESQUISADORES

SOBRE OS PESQUISADORES

Adalberto Fernandes Sá Júnior é graduado em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutor em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: adalberto.junior@ufms.br

Brenda Cardoso de Castro é graduada em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (UNAMA), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: brendatcc@gmail.com

Bruna Brasil Santana é bacharel graduada no curso de Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (UNAMA), bem como possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: bruna_brasil02@yahoo.com.br

Carlos Eduardo de Souza Siqueira é graduado em Administração pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: edu13siqueira@gmail.com

Celso Antônio Coelho Vaz é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre e doutor em Études Politiques pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Pós-doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: celsoantoniovaz@uol.com.br

SOBRE OS PESQUISADORES

Luísa Cruz Lobato é graduada em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (UNAMA). É mestre e doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio). E-mail para contato: l.cruzlobato@gmail.com

Nírvia Ravena de Souza é graduada em Ciências Sociais e mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). E-mail para contato: niravena@gmail.com

Rita de Cássia de Oliveira Ferreira é graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), especialista em Comércio Exterior pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: rita_oferreira@hotmail.com

Tienay Picanço da Costa Silva é graduada em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (UNAMA), mestre em Ciência Política e doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: tienay.costa@gmail.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2021

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2021